

PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NO AMAZONAS – PPCD-AM 2012-2015

Secretaria do
Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



PLANO ESTADUAL DE
PREVENÇÃO E CONTROLE
DO DESMATAMENTO NO
AMAZONAS
PPCD - AM 2012 – 2015



OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ
Governador do Amazonas

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA
Vice-Governador do Amazonas

REBECA GARCIA
Secretária de Governo do Estado do Amazonas

COORDENAÇÃO E SECRETARIA EXECUTIVA DO PPCD-AM

NÁDIA CRISTINA D'AVILA FERREIRA
Secretária de Estado do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

EXECUTORES DO PPCD-AM

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA TALOCCHI
Coordenador da Unidade Gestora de Mudanças
Climáticas e Unidades de Conservação - UGMUC

THEREZINHA FRAXE
Coordenadora do Centro Estadual de Unidades de
Conservação – CEUC

ANDERSON BITTENCOURT
Coordenador do Centro Estadual de Mudanças
Climáticas – CECLIMA

ANTONIO ADEMIR STROSKI
Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do
Amazonas – IPAAM

RAIMUNDO VALDELINO CAVALCANTE
Presidente da Agência de Desenvolvimento Susten-
tável do Amazonas – ADS

ERONILDO BRAGA BEZERRA
Secretário de Produção Rural do Estado do Amazonas
– SEPROR

EDIMAR VIZOLLI
Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento
Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do
Amazonas – IDAM

WAGNER FERREIRA SANTANA
Diretor Presidente do Instituto de Terras do Amazonas
– ITEAM

BONIFÁCIO JOSÉ
Secretário de Estado para os Povos Indígenas –
SEIND

CORONEL QOBM ROBERTO ROCHA GUIMARÃES
Subcomandante Geral para ações de Defesa Civil

CORONEL QOBM ANTÔNIO DIAS DOS SANTOS
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do
Estado do Amazonas

PARCEIROS DO PPCD-AM

Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM
Corpo de Bombeiros
Defesa Civil/AM
Delegacia de Meio Ambiente – DMA
Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas -
FAEA
Fundação Amazonas Sustentável - FAS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Ama-
zonas – FAPEAM
Fundação Vitória Amazônica – FVA
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis - IBAMA
Instituto de Conservação de Desenvolvimento Susten-
tável do Amazonas – IDESAM
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Prevenção de Fogo - PREVFOGO
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECTI
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
Secretaria de Segurança Pública – SSP
Serviço do Patrimônio da União - SPU
Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM
Tribunal de Justiça do Amazonas/Vara Especial de
Meio Ambiente e Assuntos Agrários – TJAM/VEMAQA
Universidade Estadual do Amazonas – UEA





Sumário

Introdução 7

Política Ambiental,
Produtiva e Fundiária
do Amazonas 11

Dinâmica Atual do
Desmatamento,
Queimadas e Incêndios
Rurais e Florestais
no Amazonas 57

Estratégia de
implementação do
PPCD-AM 2012-2015 73

Siglas e Acrônimos 109





Olhar para o passado é a chave para planejar o futuro. Essa frase, além de ser adotada no meio acadêmico, extrapola a idéia de que aprendemos observando o passado. É de uma simplicidade coerente, que nos induz a trilhar um caminho certo em busca da melhoria contínua.

Com base na análise do PPCD-AM Fase I (2009-2011), foi observado que muitas políticas públicas ambientais, produtiva e fundiária foram implementadas nesse período, denotando um esforço conjunto de diversas instituições governamentais e não governamentais para a manutenção da floresta. O Plano foi possível pelo estabelecimento da gestão ambiental no Estado

Nádya Cristina d'Ávila Ferreira

Secretária de Estado do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

do Amazonas, que neste ano de 2013 está completando 10 anos, um trabalho que deve ser continuado com afinco, de forma a estruturar e fortalecer ainda mais a governança ambiental no Amazonas.

Essa publicação resgata a história do Sistema SDS, assim como traz menção à outros organismos governamentais que tem interface com os Eixos Estratégicos do PPCD-AM: Ordenamento Territorial, Controle Ambiental e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis. Indica que a gestão ambiental do Amazonas agregou e conta com a sociedade civil, que participa de quatro grandes colegiados, efetivando a participação social mais do que de direito, mas como o dever de todos. O fortalecimento de ações que visam fortalecer as cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade é coerente com a vocação econômica, ambiental e social do Estado e que está consonante com os desafios de manutenção de nossa rica biodiversidade.

A publicação do “Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amazonas - PPCD-AM Fase II (2012-2015)” traz o conjunto de atividades que estão sendo ou que serão implementadas pelos diversos agentes executores e parceiros do PPCD-AM. Indica que nossos desafios são tão grandes quanto o território amazonense, mas com a maturidade e o conhecimento adquiridos no PPCD-AM da primeira fase teremos maior possibilidade de materializar acertos nos próximos três anos, que se traduzirá pela redução efetiva do desmatamento no Amazonas.



INTRODUÇÃO

O Amazonas ocupa a 5ª posição no ranking do desmatamento entre os Estados da Amazônia Legal, com uma das menores taxas de desmatamento acumulado e uma tendência de redução em relação à linha de base criada pela média do desmatamento entre 1996 a 2005, que é de 897 km².

O grande desafio, à semelhança dos demais estados da Amazônia, é manter essa tendência de queda até 2020 para alcançar a meta de redução de 80% em relação aos níveis de 2005, que é um dos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência do Clima de 2009, em Copenhague.

A dinâmica do desflorestamento no Amazonas está calcada, fortemente, na extração de madeira ilegal, seguida da conversão da floresta em pastagens e, posteriormente, em campos agrícolas. Ainda, mesmo que em menor intensidade, no corte e queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar. Essas duas formas de conversão da cobertura vegetal tem-se concentrado, cada vez mais, em pequenos polígonos (áreas inferiores a 25 hectares), de médias e pequenas propriedades em áreas de assentamento, o que dificulta sua detecção pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A estratégia da prevenção e do controle do desmatamento ilegal exigiu algumas adequações táticas, para responder mais efetivamente a essa nova dinâmica. Entre estas, destaca-se o lançamento, em 2009, do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amazonas (PPCD-AM), em consonância com o plano federal e as ações voltadas para fortalecimento da agenda ambiental, sobretudo, nos municípios mais críticos ao desmatamento do Amazonas. O PPCD-AM teve por objetivo *“fortalecer a governança ambiental no estado do Amazonas, controlar o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase nas áreas críticas de desmatamento”*. Para manter a curva descendente das taxas de desmatamento sob a égide da sustentabilidade no Amazonas, esse objetivo deverá ser mantido através do estabelecimento de políticas estaduais de valorização dos recursos naturais e serviços ambientais e de fomento às atividades produtivas para desenvolvimento rural sustentável, além de ações de fortalecimento institucional, ordenamento territorial e controle.

Em relação à escala de ocorrência, foram elencados municípios alvos localizados nas regiões de maior pressão de desmatamento, para que as ações pudessem garantir a presença do Estado de forma mais efetiva. Esses municípios foram: Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí, Itacoatiara, Parintins, Maués, Tefé, Presidente Figueiredo, Iranduba e Manacapuru. Este esforço visa também contribuir para tirar da lista do Ministério do Meio Ambiente, dos maiores desmatadores, os municípios de Lábrea e Boca do Acre.

Neste Plano foram previstas ações estruturantes de fortalecimento da gestão e fiscalização ambiental, apoio ao ordenamento do território.

Em relação à organização temporal do Plano, foi estabelecido que a primeira fase de execução fosse de três anos, o que ocorreu no período de 2009 a 2011.

Em 2011, a SDS, coordenadora executiva do Plano, criou o Comitê Executivo Institucional e o Grupo de Trabalho Institucional de Acompanhamento das Ações do PPCD-AM, para avaliar as realizações das atividades do Plano e revisar seus indicadores de desempenho.

A sustentabilidade financeira do Plano foi garantida, em parte, pelos recursos orçamentários ordinários das instituições executoras como: SDS, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) Agência de Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), Instituto de Terras do Amazonas (Itam) e Batalhão Ambiental. Além de contar com orçamento público para execução de atividades já previstos no PPDA 2008-2012, a SDS buscou recursos financeiros através da proposição de um projeto ao Fundo Amazônia.

As negociações com o BNDES, gestor do Fundo Amazônia, foram iniciadas em 2009 e a aprovação do projeto ocorreu em setembro de 2010 com valores na ordem de R\$ 20 milhões para execução em 3 anos (2011-2013), sob o título *“Projeto de Reflorestamento em áreas de intensa pressão no Sul do Amazonas”*. O projeto consiste na realização de ações estruturantes da gestão ambiental e territorial do Estado, na valorização dos recursos naturais e iniciativas de desenvolvimento regional sustentável, com foco na recuperação de áreas desmatadas com plantios agroflorestais, além das emissões de 800 títulos fundiários e capacitações para 1.000 produtores beneficiados pelo Programa.

Na segunda fase do PPCD-AM (2012 – 2015), a partir de análise efetuada sobre a pressão do desmatamento e ocorrências de focos de calor, foram selecionados os municípios do sul do Estado: Apuí, Novo Aripuanã, Humaitá, Canutama, Manicoré, Lábrea, Boca do Acre; da Região Metropolitana de Manaus: Presidente Figueiredo, Iranduba, Novo Airão, Itacoatiara, Manacapuru, Careiro da Várzea e os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Beruri, Envira e Guajará, distribuídos na região sul, norte, sudeste e centro oeste do Estado.

Os esforços de integração de ações ocorridos na primeira fase do Plano, entre Estado e Governo Federal, deverão ser intensificados.

O PPCD-AM se insere, portanto, nas diretrizes e prioridades do Plano Amazônia Sustentável-PAS, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCD-AM), do Pacto pela Valorização da Floresta e pelo fim do desmatamento na Amazônia Brasileira (Pacto pelo Desmatamento Zero) e do Pacto da Amazônia, como estratégia de desenvolvimento regional por meio do fortalecimento da gestão ambiental e da prevenção e combate ao desmatamento no Estado.

Os esforços para manter a qualidade da cobertura florestal e assegurar qualidade de vida

para populações urbanas e rurais no Estado do Amazonas têm exigido do Governo do Estado um senso de cooperação e integração das políticas dos diferentes entes federativos.

O PPCD-AM, para ser efetivo, deverá contribuir para harmonizar as ações de regularização fundiária, de comando e controle e geração de renda via fortalecimento das cadeias produtivas. Isto requer ações integradas de pesquisa de base tecnológica, capacitação, oferta de crédito, assistência técnica e fortes investimentos em infraestrutura institucional dos órgãos que atuam com a temática, bem como de escoamento de produção (vicinais, rodovias, hidrovias, portos, aeroportos regionais) e comunicação. Essas ações estratégicas são fundamentais para construção de um modelo sustentável de desenvolvimento que contribua para redução permanente do desmatamento e, ao mesmo tempo, eleve a qualidade de vida dos seus moradores.

O grande desafio para assegurar a sustentabilidade na implementação do Plano em suas várias vertentes é construir alianças com todos os grupos de interesse que atuam direta e indiretamente no Estado do Amazonas e entre entes federados que fazem fronteira com o Estado, em especial o Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Queimada
© João Talocchi



Araras
© João Talocchi



POLÍTICA AMBIENTAL, PRODUTIVA E FUNDIÁRIA DO AMAZONAS

O processo histórico de construção da política ambiental no Amazonas ganhou amplitude com o fortalecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas – CE-MAAM, além da criação de outros espaços de participação, controle social e de formulação das políticas públicas com foco na questão ambiental.

BREVE HISTÓRICO

A gestão ambiental no Estado do Amazonas teve seu início na década de 1980, com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codeama), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan).

Em agosto de 1982, com a edição da Lei 1.532, é implantada a Política Estadual de Meio Ambiente, que posteriormente, em 1989, teve sua coordenação sob a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IMA).

No ano de 1995 foi criado o Ipaam, que assumiu integralmente a coordenação e implementação da política ambiental no Estado.

Na segunda metade da década de 1990, a gestão ambiental no Amazonas é fortalecida com a implementação do Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas (PGAI/AM), no âmbito do Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN do Programa de Proteção para as Florestas Tropicais (PPG-7). Este esforço contou com o apoio da Cooperação Alemã (Banco de Desenvolvimento – KfW e da Agência de Cooperação Técnica – GiZ), que viabilizou maior governança na estruturação das ações de gestão ambiental nos Estados do Amazonas, Acre e Pará. O PGAI/AM foi executado em conjunto com a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com os governos estaduais, com os órgãos municipais e com a sociedade civil. As ações estavam embasadas em três eixos estratégicos: ordenamento territorial voltado para o desenvolvimento sustentável; controle ambiental, incluindo: licenciamento, fiscalização e monitoramento de atividades potencialmente impactantes e; gestão do conhecimento e descentralização da gestão ambiental da União para o Estado e deste para os municípios. Incluía também o fortalecimento institucional, a participação da sociedade civil no planejamento e na tomada de decisão, bem como o desenvolvimento de um sistema de informações ambientais.

O PGAI/AM foi um projeto importante ao apoiar a estruturação do Ipaam, órgão responsável, à época, pela formulação e execução da política ambiental do Estado, com ênfase no controle ambiental. O projeto fortaleceu ações de algumas Prefeituras Municipais e contribuiu, no plano estratégico, para o Zoneamento Ecológico-Econômico nas regiões sudeste e nordeste do Amazonas, além de um conjunto de ações que contribuíram para melhorar a qualidade da gestão ambiental no Estado.

Até 2002 a formulação e execução da política ambiental do Amazonas era da competência exclusiva do Ipaam. Com a criação da Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em 2003, a formulação dessa política passou a ser da competência dessa secretaria, ficando o Ipaam com a responsabilidade institucional de executar a política de controle ambiental do Estado, por meio do licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental e ações de educação ambiental.

No ano de 2005 foi instituído o Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (Cerbac), que tem como uma de suas atribuições promover o desenvolvimento sustentável do Corredor Central da Amazônia, onde estão incluídos os municípios de Manaus, Novo Airão e Tefé.

Em 2007, a Lei Delegada n. 66 instituiu o Sistema SDS formado pelo Ipaam, Fundação Estadual dos Povos Indígenas (Fepi), Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) – fusão da Afloram com a Agroamazon – e Companhia de Gás do Amazonas (Cigas). Além disso, através da Lei Complementar nº53, foi instituído o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC e a Lei Delegada Nº 66 cria o Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc).

Em 2008 é criada a Unidade Gestora de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação – UGMUC (Lei Ordinária n. 3.244), vinculada à SDS com objetivo de estabelecer e implementar políticas e programas de mudanças climáticas e de gestão de unidades de conservação do estado do Amazonas e é criado o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima).

Atividade de Pesca no Interior
© Chico Batata/Agcom



Atendendo a uma antiga reivindicação das organizações indígenas é criado em 2009 a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) – Lei Ordinária n. 3.403 –, com objetivo de formular e implementar a política de etnodesenvolvimento do Estado.

No ano de 2011 tem-se a criação da Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH) – Lei n. 3.590 –, com a competência de coordenar a política de recursos minerais e hídricos do Estado, visando o fomento e atração de investimentos dos setores de mineração, da indústria de óleo e gás e de transformação mineral, em articulação com outras políticas públicas nos níveis federal e estadual, o qual coordena o Conselho de Recursos Hídricos e Geodiversidade, criado pela Lei Delegada n. 66/2007.

Ainda neste ano de 2011 é instituído o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (Lei n. 3.635), que busca regularizar os passivos ambientais dos imóveis rurais do estado do Amazonas, como as áreas de reserva legal e de preservação permanente, sendo o Ipaam o órgão executor dessa política, em acordo com o preconizado com o ZEE da Sub Região do Purus (Lei Estadual nº 3.645 de 8/8/11).

Em 2012 é regulamentada a Política Estadual de Educação Ambiental do Amazonas (Decreto Nº 32.555, de 29 de junho de 2012), a nova Lei Estadual de Licenciamento Ambiental (Lei Estadual Nº. 3.785, de 24 de julho de 2012, que revoga a Lei N.º 3.219, de 28 de dezembro de 2007), que busca simplificar os procedimentos de licenciamento em geral, com ênfase para as atividades de potencial degradador mínimo.

O processo histórico de construção da política ambiental no Amazonas ganhou amplitude com o fortalecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente – (Cemaam), e de outros conselhos associados à agenda ambiental, à exemplo do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (Famc), o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CDSCPT), o Conselho de Energia e o Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas (Fopes). Esses fóruns são importantes espaços de participação, controle social e de formulação das políticas públicas com foco na questão ambiental.

O atual cenário da gestão das políticas públicas ambientais no Amazonas é o de consolidar e dinamizar essa estrutura de natureza jurídica e institucional, de modo a responder com qualidade aos desafios impostos pela complexa agenda ambiental. Neste sentido, os dois principais órgãos responsáveis pela implementação dessa agenda (SDS e Ipaam) possuem a Certificação NBR ISO 9001:2008, sendo um dos poucos, no Brasil, a possuírem esta certificação. Com base na certificação adquirida, em março de 2010, a SDS implementa o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), em busca da gestão de qualidade permanente.

Neste sentido, todos estes diplomas legais e os arranjos institucionais demonstram o interesse do Governo do Amazonas em priorizar, em sua agenda, a política de desenvolvimento, proteção e conservação ambiental, com inclusão das pessoas e valorização das populações tradicionais.

ARCABOUÇO LEGAL

O Estado do Amazonas apresenta 98% de floresta intacta.

O Amazonas é um dos Estados do Brasil que ainda apresenta níveis expressivos de cobertura florestal em suas várias fitofisionomias. Para inibir essas pressões e ordenar o uso sustentável desses recursos naturais, é exigido um permanente exercício de revisão e aperfeiçoamento da legislação ambiental.



Angelim Ferro
© João Talocchi

Os princípios que norteiam a agenda ambiental no Amazonas estão referenciados na Lei de Política Ambiental aprovada em 1982, um ano após a definição da Política Nacional de Meio Ambiente pela Lei Federal 6.938/1981.

O Estado, tradicionalmente, tem sido pioneiro na elaboração de suas leis ambientais associadas à temas estratégicos, como a Lei de Mudanças Climáticas.

Do arcabouço legal de maior relevância para implementação da política ambiental no Amazonas, destacam-se:

Lei Estadual Nº1.532/82, que disciplina a Política Estadual de Meio Ambiente;

Lei Estadual Nº2416/96, que dispõe sobre a Concessão da Licença para Exploração e Beneficiamento de Produtos e Subprodutos Florestais;

Lei Estadual Nº2.713/01, que dispõe sobre a Política de Proteção a Fauna Aquática e de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura Sustentável;

Lei Estadual Nº2.985/05, que institui o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cemaam);

Lei Estadual Nº3.135/07, que dispõe sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável;

Decreto Estadual n.º 26.958 de 04 de setembro de 2007, que cria o Programa Bolsa Floresta do Governo do Estado do Amazonas;

Lei Estadual Nº3.167/07, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Lei Estadual Complementar nº53 de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (Seuc);

Lei Estadual Delegada Nº 66 de 9 de maio de 2007, que criou o Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc);

Lei Estadual Nº 3.244 de abril de 2008, que criou o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima);

Decreto Estadual Nº 28.390 de 17 de fevereiro de 2009, que cria o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais do Amazonas (Famc);

Lei Estadual nº 3.417 de 31 de julho de 2009, que institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas (MZEE);

Lei Estadual nº 3.525 de 06 de julho de 2010, que cria o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades e Povos Tradicionais (CDSCPT);

Lei Estadual nº 3.627/2010, que dispõe sobre Concessão Florestal em Florestas Estaduais;

Lei Estadual nº 3.635 de 6 de julho de 2011, que cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que regulariza os passivos ambientais dos imóveis rurais do Estado do Amazonas;

Lei Estadual nº 3.645 de 8 de agosto de 2011, que institui o ZEE da Sub-Região do Purus estabelecendo diretrizes de uso ocupação do solo;

Lei Estadual nº 3.782, de 20 de julho de 2012, que cria o Conselho Estadual de Energia do Amazonas;

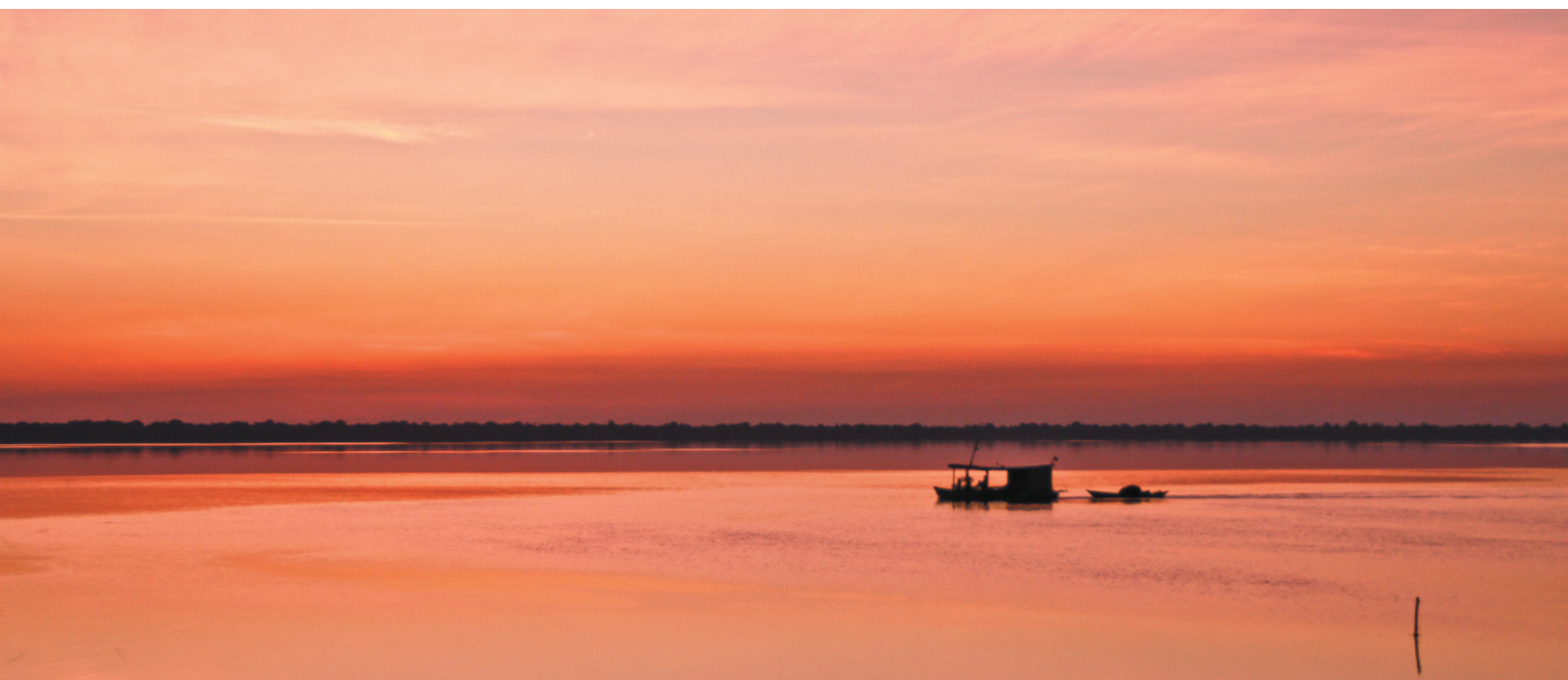
Lei Estadual Nº 3.785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Amazonas;

Lei Ordinária Estadual nº 3802, de 29 de agosto de 2012, que disciplina a atividade de aquicultura no Estado do Amazonas e dá outras providências.

Esses são os marcos regulatórios básicos que, associados à outros diplomas legais (Decretos, Códigos, Súmulas, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias) definidos no âmbito do Cemaam e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), constitui a base jurídica para dar suporte a operacionalização da política ambiental no Estado.

Quanto ao aspecto institucional, o órgão coordenador e gestor da política estadual ambiental é a SDS. Esta secretaria faz o grande esforço de articulação com as instituições, no âmbito federal, estadual e municipal, sobretudo àquelas comprometidas com a execução das ações nas áreas de: saúde, fundiária, comunicação, educação, agricultura, ciência e tecnologia. Numa outra escala, estas interações ocorrem com setores da sociedade civil e outras organizações, inclusive transnacionais, consideradas vitais para a consolidação da política.

Nascer do Sol no Rio Negro
© João Talocchi



Entretanto, cabe ao Ipaam a responsabilidade pela execução da Política Estadual do Meio Ambiente, no que concerne a fiscalização, controle e monitoramento. Compreende o controle ambiental dos empreendimentos, bem como o licenciamento das atividades que utilizam os recursos naturais e são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

Em antecipação ao que preconiza a Lei Complementar 140/2011, o Amazonas vem adotando um conjunto de medidas para o fortalecimento da governança de sua complexa agenda ambiental.

Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas

O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Cemaam) é o órgão de deliberação coletiva e normatização superior da Política de Meio Ambiente do Estado do Amazonas. Foi instituído pela Lei Estadual nº. 2.985, de 18 de outubro de 2005 e passou a vigorar com a publicação do Decreto Estadual nº. 26.050, de 07 de julho de 2006.

Sua função é propor diretrizes relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de planos, programas, projetos e atividades na área do meio ambiente, visando à conservação e preservação dos recursos e ecossistemas naturais do Estado.

Para assegurar a representação paritária no Plenário, o Cemaam é composto de secretarias e entidades da administração pública (federais e estaduais), setor privado e sociedade civil organizada (não governamental).

Entre as várias atividades desenvolvidas por esse conselho, destacam-se a deliberação de 15 Resoluções, à saber:

Resolução Nº 01/08, que estabelece normas e procedimentos para regularização ambiental de Tanques, Viveiros, Barragens, Pequenos Reservatórios, Canais de Igarapés e Tanques Rede destinados à aquicultura;





Desmatamento Amazônico
© João Talocchi

Resolução Nº 02/08, que cria no âmbito da SDS, o Programa de Agentes Ambientais Voluntários (AVV), nas Unidades de Conservação Estaduais, assim como, em outras áreas do Estado do Amazonas de relevante interesse de proteção e, em especial, as de uso coletivo dos recursos naturais;

Resolução Nº 03/08, que estabelece normas e procedimentos para aproveitamento florestal para fins de auto-abastecimento de madeira de populações tradicionais e pequenos produtores rurais no Estado do Amazonas; Resolução Nº 04/09, que dispõe sobre o Regulamento do Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), considerando a necessidade de regulamentação dos artigos 27 ao 31 da Lei Estadual 2.985/2005;

Resolução Nº 05/10, que estabelece normas e procedimentos para aproveitamento e a comercialização de árvores mortas e caídas naturalmente que se encontram à deriva em rios;

Resolução Nº 06/2011, que estabelece normas e procedimentos para o aproveitamento e a comercialização de árvores mortas e caídas naturalmente que se encontram a deriva em rios e igarapés ou tombadas em seus leitos;

Resolução Nº 07/2011, que estabelece normas e procedimentos que disciplinam a apresentação, tramitação, acompanhamento e condução das atividades de Plano de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala – PMFSPE para licenciamento da exploração florestal madeireira;

Resolução Nº 08/2011, que estabelece Procedimentos Técnicos para o Manejo de Jacaré, oriundo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Estado do Amazonas;

Resolução Nº 09/2011, que estabelece procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de PMFS de Maior impacto de exploração e PMFS de Menor impacto de exploração nas florestas nativas e formações sucessoras no Estado do Amazonas;

Resolução Nº 10/2012, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de indústria de mobiliário e indústria madeireira de micro e pequeno porte com pequeno potencial poluidor/degradador, assim consideradas aquelas constantes nos códigos de atividades nº 07 e 08, constantes no anexo I da Lei Estadual nº 3.219/07/2007;

Resolução Nº 011/2012, que estabelece procedimentos a serem observados no licenciamento ambiental para a atividade de lavra garimpeira de ouro no Estado do Amazonas;

Resolução Nº 012/2012, que altera a Resolução/CEMAAM/Nº 003/08, na forma deliberativa na 23ª Reunião Extraordinária do CEMAAM;

Resolução Nº 013/2012, que altera a Resolução/CEMAAM/Nº 011/2012, que estabelece procedimentos a serem observados no licenciamento ambiental para a atividade de lavra garimpeira de ouro no Estado do Amazonas;

Resolução Nº 014/2012, que altera a Resolução/CEMAAM/Nº 07/2011, na forma deliberada da 20ª Reunião Ordinária do Cemaam;

Resolução Nº 015/2013, que dispõem sobre o fortalecimento da gestão ambiental mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente; define tipologias de impacto ambiental local para fins do exercício de competência do licenciamento ambiental municipal, considerdos os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia

O Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (Famc) é um espaço de discussão acerca dos temas mudanças climáticas, energia, biodiversidade, florestas e serviços ambientais e está previsto na Lei 3.135/07 (Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável).

O Famc foi instituído pelo Decreto 28.390 de 17 de fevereiro de 2009 e lançado em 26 de março do mesmo ano, em Manaus. A sua criação foi amplamente discutida durante a I Conferência Latino Americana de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, realizada em novembro de 2008 e organizada pela SDS por meio do Ceclima.

A fim de conscientizar e mobilizar a sociedade amazonense para a discussão e a tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais, o Fórum visa:

- Mobilizar e conscientizar a sociedade sobre mudanças climáticas globais com a finalidade de subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas relacionadas ao tema, em articulação com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Fóruns Estaduais constituídos e com a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, além de demais iniciativas públicas ou privadas concernentes a esse objetivo;
- Facilitar a interação entre a sociedade civil e o poder público amazonense, a fim de promover a discussão do tema nas esferas de atuação dos atores sociais relevantes;
- Estimular a cooperação entre governos, organismos internacionais, agências multilaterais, ONGs internacionais e entidades amazonenses;
- Apoiar a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais para aplicação em programas e ações no Estado do Amazonas relacionados às mudanças climáticas;
- Estimular a incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionem com emissões e sequestro de gases de efeito estufa, bem como estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras das emissões dos referidos gases, de modo a assegurar a competitividade da economia amazonense;



Desmatamento e queimada
© João Talocchi

- Colaborar com a elaboração de normas para a instituição de uma Política Estadual de Mudanças Climáticas, em articulação com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e demais políticas públicas correlatas;
- Apoiar e facilitar a realização de estudos, pesquisas e ações de educação e capacitação em temas relacionados às mudanças climáticas, com particular ênfase na execução de inventários de emissões e sumidouros, bem como na identificação das vulnerabilidades decorrentes do aumento médio da temperatura do planeta previsto pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), com vista à promoção de medidas de adaptação e de mitigação;
- Propor medidas que estimulem padrões sustentáveis de produção e consumo por meio da utilização de instrumentos econômicos, incluindo iniciativas de licitação sustentável para adequação do perfil e poder de compra do setor público estadual;
- Estimular o trade empresarial amazonense a uma gestão estratégica que permita a valorização de ativos e a redução de passivos ambientais. Estes têm por finalidade promover a competitividade de produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, pela demonstração de práticas de eficiência energética, e de energia proveniente de fontes não emissoras de carbono. Visa também estimular políticas diferenciadas de desenvolvimento de energias alternativas, contemplando a visão de longo prazo para os setores energéticos e as perspectivas de mudanças climáticas globais. Ainda nessa agenda visa promover o desenvolvimento de modelos de eficiência energética, além de propor medidas de aproveitamento de recursos naturais locais, capazes de contribuir para a solução do abastecimento de energia elétrica das comunidades isoladas e, a geração sustentável de trabalho e renda;

- Levantar o conhecimento existente a respeito de impactos causados pela mudança global do clima sobre biomas brasileiros, em especial os amazônicos, identificando lacunas existentes com o objetivo de obter um conjunto de informações técnico-científicas, para subsidiar tomadas de decisões necessárias para o aprofundamento de estudos de impacto em setores mais vulneráveis;
- Disseminar e estimular, no Estado do Amazonas, a implantação de projetos que utilizem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a fim de que se beneficiem do mercado de carbono decorrente do Protocolo de Kyoto e outros mercados similares;
- Disseminar e estimular, no Estado do Amazonas, a implantação de projetos de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), a fim de que se beneficiem do “Mercado de Carbono Voluntário”, de um possível mercado de carbono oficial, entre outros mercados similares.

Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas

A SDS, por meio da Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais (Seaca), vem realizando ações para o fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal no estado do Amazonas.

Essa estratégia consiste na mobilização das municipalidades para construção de uma agenda ambiental, que expresse as especificidades de cada território municipal amazonense.

Por ocasião do 1º Encontro das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, realizado em Manaus, no dia 21 de maio de 2009, foi criado Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas (Fopes). Tem como objetivo a defesa dos interesses da coletividade, considerando o patrimônio natural amazônico como seu maior bem sócioeconômico.

Neste evento, os secretários municipais de meio ambiente elaboraram um documento intitulado “Carta de Mariópolis” contendo as seguintes diretrizes: a) Buscar soluções para os problemas ambientais que permeiam os municípios;

- Conjugar forças para reivindicar apoio á solução das questões ambientais;
- Fortalecer as ações ambientais no Estado;





- Criar mecanismos de busca de informações e recursos financeiros para as Secretarias;
- Promover o intercâmbio entre as Secretarias e demais órgãos governamentais e não-governamentais direta e indiretamente relacionados às problemáticas ambientais do Estado;
- Nivelar as informações a cerca das questões ambientais em todos os municípios.

Pecuária no município de Boca do Acre
© João Talocchi

No segundo encontro das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, ocorrido em março de 2010, em Manaus, foi elaborado o documento intitulado “Carta de Manaus”, que referenciou a “Carta de Mariapólis” acrescentando os seguintes tópicos:

- Dar continuidade as iniciativas propostas;
- Divulgar as ações das secretarias municipais à sociedade civil e órgãos ambientais através de mídia local e regional;
- Incentivar e motivar os municípios ausentes a aderir aos encontros das secretarias;
- Promover reuniões por regiões ou calhas de rio para melhor divulgação dos objetivos dos encontros;
- Maior comprometimento das prefeituras durante a realização dos eventos, fóruns, e outros, relacionados às questões ambientais do Estado;
- Sensibilização dos prefeitos municipais priorizando as questões ambientais;
- Garantir dentro dos fundos estadual e municipal de meio ambiente, verba para o funcionamento do fórum;
- Fortalecer a gestão dos recursos hídricos nos municípios;
- Apoiar políticas de destinação final dos resíduos sólidos e matérias;
- Relatar aos prefeitos as propostas discutidas no FOPES – AM;
- Multiplicar as Informações do Fopes-AM entre os demais membros das respectivas secretarias municipais.

O Fórum tem uma agenda de reuniões que acontecem regularmente com a participação expressiva dos secretários de vários municípios do estado do Amazonas. As reuniões do FOPES ocorreram conforme tabela abaixo:

REUNIÕES DO FOPES

REUNIÃO	DATA	Nº DE MUNICÍPIOS REPRESENTADOS	LOCAL
I	30/11/2010	30	Manaus
II	27 e 28/07/2011	54	Manaus
III	09 e 10/11/2011	31	Maués
IV	28 a 30/03/2012	40	Presidente Figueiredo
V	25 e 26/07/2012	39	Manaus
VI	04 e 05/04/2013	44	Manaus

Esta tem sido a estratégia adotada pela SDS no sentido de fomentar o debate e dinamizar a agenda ambiental, visando o fortalecimento dos sistemas municipais de gestão do meio ambiente.

Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas

A SDS tem um papel importante na coordenação, no planejamento e na formulação de políticas voltadas às questões ambientais e florestais. Nos últimos anos, a Secretaria constituiu vários conselhos deliberativos, com destaque para o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas (CDSCPT).

Este Conselho foi criado pela Lei nº 3.525 de 06 de julho de 2010. Trata-se de um fórum consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de apresentar proposições, apoiar e acompanhar ações políticas para o desenvolvimento do setor, tendo como principais atribuições:

- Estabelecer os princípios e diretrizes da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas;
- Propor a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável, direcionada aos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Criar e coordenar as câmaras técnicas ou grupos de trabalho compostos por membros integrantes e convidados, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas;
- Identificar necessidades e propor medidas e a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas relevantes para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas;
- Apoiar as ações da Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade para fortalecer o Plano Nacional de Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade;

- Colaborar com a elaboração e a execução da Política e do Plano Estadual de Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade e;
- Realizar, por maioria simples, as inclusões que demonstrem, expressamente, vontade de ingresso através de carta de manifestação.

O conselho é um espaço participativo no qual entidades dos diversos segmentos sociais: instituições públicas, sociedade civil organizada e organizações de fomento, ciência e tecnologia dialogam, discutem, influenciam, deliberam sobre as questões de políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais do Estado Amazonas. No período de agosto de 2010 à março de 2013 foram realizadas 6 reuniões deste colegiado.

A Câmara Setorial da Sociobiodiversidade (CSbio) é o espaço de diálogo onde as organizações que a compõe, estabelecem maior interação entre os Comitês Técnicos das Cadeias Produtivas e o CDSCPT.

Os Comitês Técnicos são criados no âmbito do conselho, e são instituídos de acordo com a demanda e o tema específico. Seu papel é subsidiar os conselheiros tecnicamente, elaborar pareceres e notas técnicas. A composição desses comitês é formada por pesquisadores, representantes de organizações da sociedade civil, técnicos do poder público e setor empresarial.

No Amazonas, as cadeias produtivas que possuem Comitês Técnicos são: Borracha, Castanha, Óleos Vegetais, Piaçava, Animais Silvestres (abelha sem ferrão), Pesca e Peixe Ornamental e Povos de Terreiro.

Neste sentido a Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEAFE no âmbito da SDS, tem atribuição de coordenar, planejar e formular as políticas públicas para o setor florestal, levando em consideração todos os aspectos da governança do estado.

Área desmatada no município
de Autazes
© João Talocchi



GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS

A formulação de políticas para o uso sustentável dos recursos florestais, está sob a competência da SDS, por meio da Secretaria Executiva Adjunta de Florestas e Extrativismo (Seafe) e da Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (Sepror), através da Secretaria Executiva Adjunta de Políticas Agropecuárias e Florestais (Seapaf), e respectiva Gerência de Florestas.

A gestão florestal no Estado objetiva reduzir o desmatamento ilegal, desenvolver mecanismo de acesso e uso dos recursos florestais de maneira sustentável e, possibilitar a qualidade de vidas às pessoas que vivem na floresta.

Desde 2003 o Estado do Amazonas vem avançando no fomento à legalidade do setor florestal. Buscou-se fomentar o manejo florestal sustentável de pequena escala, que favorece acesso aos recursos florestais aos pequenos produtores.

O Amazonas tem gerenciado em consonância com a legislação federal os recursos florestais de maneira a promover a melhoria na qualidade de vida de Povos e Comunidades Tradicionais, no sentido de ampliar as áreas manejadas e inserir os pequenos produtores em atividades sustentáveis, o estado conta com a seguinte estrutura:

- SDS e Sepror, que têm a competência de formular políticas ambientais e florestais;
- Idam, que realiza a atividade de extensão florestal e assistência técnica auxiliando os pequenos produtores na elaboração de Planos de Manejo Florestal de Pequena Escala;
- ADS, que promove a comercialização dos produtos oriundos da floresta;
- Ipaam é responsável pelo licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental.

A Sepror dentro de suas finalidades deve formular, coordenar e implementar, em conjunto com a SDS, a política estadual de desenvolvimento integrado do setor florestal, bem como implementar ações de fomento, assistência técnica e extensão rural aos produtores, incentivando a organização social e apoiando a ações de escoamento, armazenamento e beneficiamento da produção.

Área de várzea no município
de Novo Airão
© João Talocchi



Considerando as potencialidades do estado do Amazonas em suas cadeias produtivas madeireiras e não madeireiras, a Sepror vem buscando atender as diretrizes do governo Estadual na formulação de políticas de estímulo e viabilização de ações sustentáveis, com geração de emprego e renda no meio rural. Neste sentido, conta com a Seapaf, que por meio da Gerência de Florestas e em parceria com o Datef/Idam, busca estratégias de operacionalização das atividades madeireiras e não-madeireiras, levando em consideração os insumos, produtos, mercado e nível organizacional, com foco no manejo dos recursos naturais. Em relação à produção florestal madeireira a prioridade é apoiar a elaboração e o acompanhamento da execução dos planos de manejo florestal sustentável de pequena escala.

A extração de Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM) no Amazonas tem apresentado, a cada dia, grande importância social, econômica e ambiental, preservando parte importante da biodiversidade das florestas nativas. As políticas públicas e o desenvolvimento científico tem contribuído para a manutenção de atividades, que viabilizem a sustentabilidade dos recursos naturais.

As ações e atividades voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento dos produtos não-madeireiros, no Estado do Amazonas, tais como: a castanha-do-brasil, borracha, óleos vegetais e fibras, surgem como alternativas econômica/financeira para agricultores familiares/produtores rurais, com vistas a utilização ordenada desses recursos naturais de forma sustentável.

No sentido de fortalecer e assegurar a gestão florestal, o Amazonas iniciou o processo de elaboração da minuta da Lei Estadual de Gestão Florestal e Extrativista, que estará em consonância com a Lei Estadual de Serviços Ambientais, em processo final de consolidação. É importante ressaltar que o Estado necessita de uma gestão que reconheça os serviços prestados pela floresta valorizando o conhecimento das populações tradicionais e povos indígenas.

O Amazonas conta com a experiência do Programa Bolsa Floresta, que compensa os moradores das Ucs Estaduais que se comprometem com a redução do desmatamento ilegal (ver capítulo Conservação e Biodiversidade). O Programa Bolsa Floresta está previsto na Política de Mudanças Climáticas do Amazonas (Lei 3.135/2007) e foi instituído no mesmo ano (Decreto n.º 26.958 de 04 de setembro de 2007), sendo pioneiro nesse segmento, beneficiando as populações que vivem na floresta.

Dessa forma, a Lei Estadual de Gestão Florestal e Extrativismo do Amazonas (em formulação) e Lei Estadual de Serviços Ambientais (em apreciação na Casa Civil) visam à conservação da floresta, a manutenção dos serviços da natureza e a geração de benefícios sociais, ambientais e econômicos.

Concessão Florestal

A Concessão Florestal é uma delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

O Estado do Amazonas baseado na Lei Federal 11.284/2006 regulamentou a Lei Estadual 3.627/2010, que dispõe sobre Concessão Florestal em Florestas Estaduais. A primeira experiência de concessão será realizada na Floresta de Maués, em uma área de 100.589 ha, como um projeto piloto. Algumas etapas preliminares, como o inventário do estoque madeireiro, deverão ser cumpridas antes da divulgação do edital de Concessão Florestal após a conclusão do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA MODALIDADE FLORESTA ESTADUAL, NO ESTADO DO AMAZONAS

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DECRETO DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	MUNICÍPIO
Floresta Estadual do Rio Urubu *	Decreto n.º 23.993 de 22 de dezembro de 2003	27.342,00	Rio Preto da Eva
Floresta Estadual de Maués	Decreto n.º 23.540 de 19 de julho de 2003	438.440,32	Maués
Floresta Estadual de Manicoré *	Decreto n.º 24.805 de 19 de janeiro de 2005	83.381,04	Apuí
Floresta Estadual do Aripuanã *	Decreto n.º 24.807 de 19 de janeiro de 2005	336.040,07	Apuí
Floresta Estadual do Sucunduri *	Decreto n.º 24.808 de 20 de janeiro de 2005	492.905,28	Apuí
Floresta Estadual de Apuí *	Decreto n.º 24.812 de 24 de janeiro de 2005	185.946,17	Apuí
Floresta Estadual de Tapauá	Decreto n.º 28.419 de 27 de março de 2009	881.704,00	Tapauá/Canutama
Floresta Estadual Canutama	Decreto n.º 28.419 de 27 de março de 2009	150.588,57	Canutama
TOTAL		2.596.347,45	

FONTE: SDS/CEUC, 2011

PROGRAMA LEGALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FLORESTAIS – FIQUE LEGAL



FONTE: SDS/SEAFE, 2011

O Programa de Legalização das Atividades Florestais – Fique Legal é uma proposta do Governo do Amazonas nas ações integradas de aprimoramento da gestão ambiental e empreendedora no Estado, que orienta trabalhadores do interior sobre a legalização de empreendimentos comerciais e atividades produtivas.

O programa conta com a parceria de órgãos estratégicos que atuam nas áreas de licenciamento, negócios florestais, apoio a pequenas e microempresas, regularização fundiária e oficinas de prevenção às queimadas e incêndios florestais: Ipaam, Iteam, Idam, Setrab, NAE e ADS.

O Programa de Artesanato do Amazonas, em parceria com o programa Fique Legal, promove aos artesãos do Estado a realização do Cadastro Nacional do Artesão e a expedição da Carteira, para que os artesãos possam emitir a Nota Fiscal Avulsa de Emissão Eletrônica (e-NFA) de compra e venda de seus produtos. A ação contribui para o benefício de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com direito a exposição de produtos em eventos culturais em nível local, estadual e nacional, sem que gere ônus, com direito a realização de empréstimos pelo Banco do Brasil e Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) para compra de matéria-prima para o artesanato.

O Governo do Estado, em consonância com a Política Nacional, vem desenvolvendo ações específicas para o desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Para o reconhecimento, fortalecimento e valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais foi criada uma estrutura de governança composta por CDSPCT, Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade e Comitês Técnicos. Dentro da estrutura de governança se discute a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

MODELO ESQUEMÁTICO DE GOVERNANÇA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO AMAZONAS



Produtos da Sociobiodiversidade

O Plano Estadual dos produtos da sociobiodiversidade encontra-se em processo de elaboração e visa a proposição de diretrizes e linhas de ação para o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, bem como, o fortalecimento desses produtos. O plano irá promover o reconhecimento do direito dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, extrativistas e agricultores familiares, o acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios, a valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional, a segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada e buscará a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social.

Borracha

O programa de revitalização da borracha foi contemplado pelos investimentos realizados pelo Programa Amazonas Rural, em parceria com os produtos inseridos no Plano Estadual dos Produtos da Sociobiodiversidade do Amazonas, com contribuições para o fortalecimento das organizações de base para implementação da cadeia produtiva da borracha, por meio da aquisição e distribuição de *kits* de sangria e apoio à criação e regularização de 20 associações. O programa de revitalização da borracha busca, em parceria com a SDS e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), promover a revitalização da cadeia produtiva da borracha em 26 municípios do Estado, beneficiando 1.635 famílias, com renda estimada em R\$ 4.169,25 mil por família/ano (ADS, 2012).

A cadeia produtiva da borracha no Amazonas compreende 17 municípios, totalizando 1.725 seringueiros que produzem, aproximadamente, 1.000 toneladas (ADS, 2012), conforme Quadro 2.

Para fortalecer a cadeia produtiva da borracha, o Governo do Estado apoiou, por meio da Afeam, a construção de duas usinas de beneficiamento de Granulado Escuro Brasileiro (GEB) e látex. As usinas estão localizadas nos municípios de Manicoré e Iranduba, construídas, respectivamente, nos anos de 2007 e 2011.

Castanheira © Acervo SDS





Castanha © Acervo SDS

Para consolidar a cadeia produtiva da borracha, a produção foi conectada à indústria do pólo de duas rodas que absorve toda a produção do Estado, possibilitando aos extrativistas comercializar a sua produção com garantia e segurança de preço justo, como ocorre a exemplo da empresa Neotec/Levorin, que possui demanda de GEB de 6.000 t/ano, para produção de pneus de motocicletas e bicicletas.

O programa de subvenção econômica da borracha natural bruta é garantido pela Lei 2.611, de 4 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto de nº 23.636, de 11 de agosto de 2003, que possibilitou a aumento do valor do pagamento da subvenção da borracha natural de R\$ 0,70 centavos para R\$ 1,00 real.

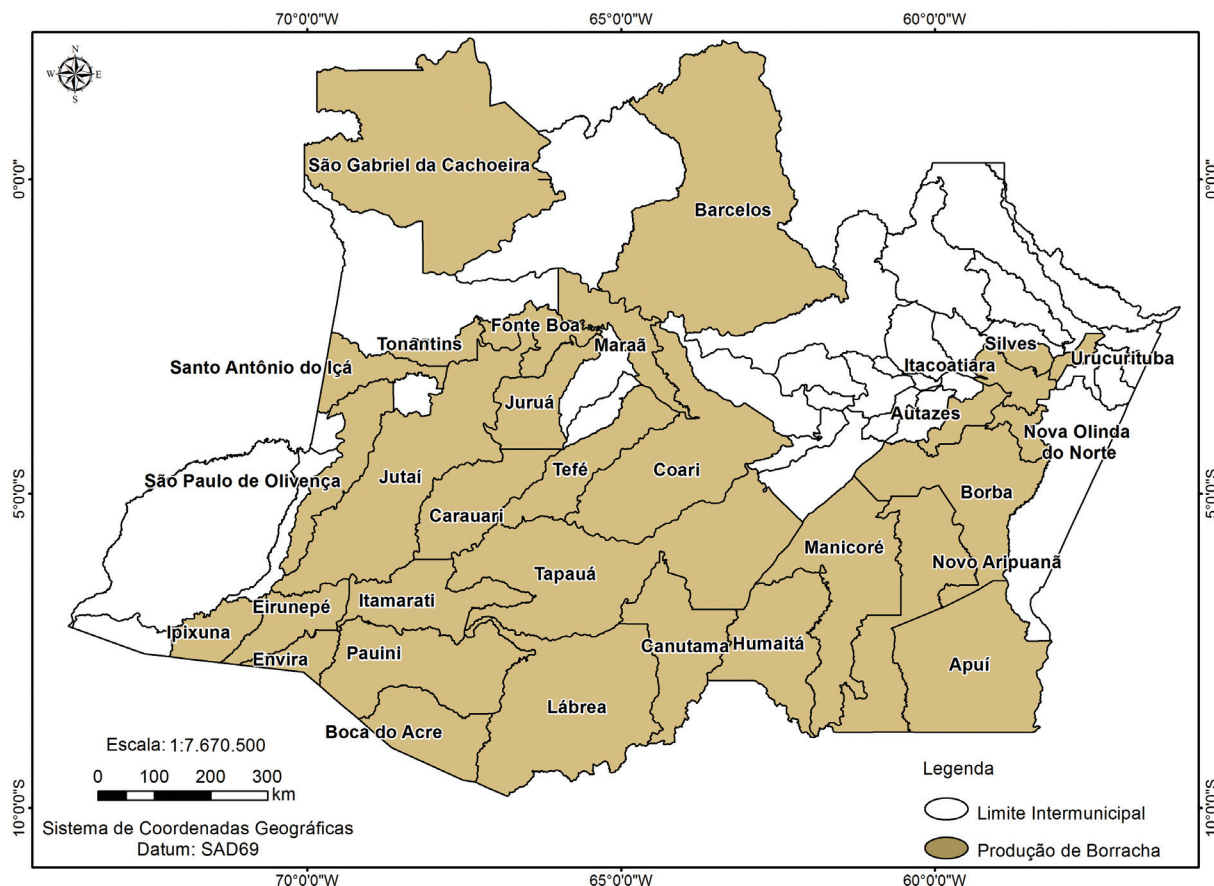
Para garantir e expandir a produção da borracha, a Afeam criou o Programa de Fomento da Borracha com as seguintes linhas de crédito: *kit* sangria, *kit* Alimentação e *kit* abertura de estradas. O seringueiro pode acessar recursos por meio de associação ou cooperativa para se manter nos primeiros três meses de trabalho.

SUBVENÇÃO À BORRACHA NATURAL DE 2003 A 2012

RESULTADOS ALCANÇADOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	*2012
PRODUÇÃO TOTAL (T)	298	533	487	487	530	800	1.000	704	1.000	1.100
Valor Repassado (R\$)	208.600	387.100	259.900	340.990	371.000	560.000	700.000	492.800	1.000.000	1.100.000
Associações Conveniadas	11	12	12	13	21	21	21	21	19	23
Número de Famílias Beneficiadas	599	984	1.330	1.300	1.750	2.300	2.120	1.081	1.244	2.000
Municípios Atendidos	5	6	10	10	17	17	15	14	14	17
* Previsão Safra de 2012										

FONTE: ADS, 2012

MUNICÍPIOS PRODUTORES DE BORRACHA NO ESTADO DO AMAZONAS



FONTE: SDS/SEAFE, 2011

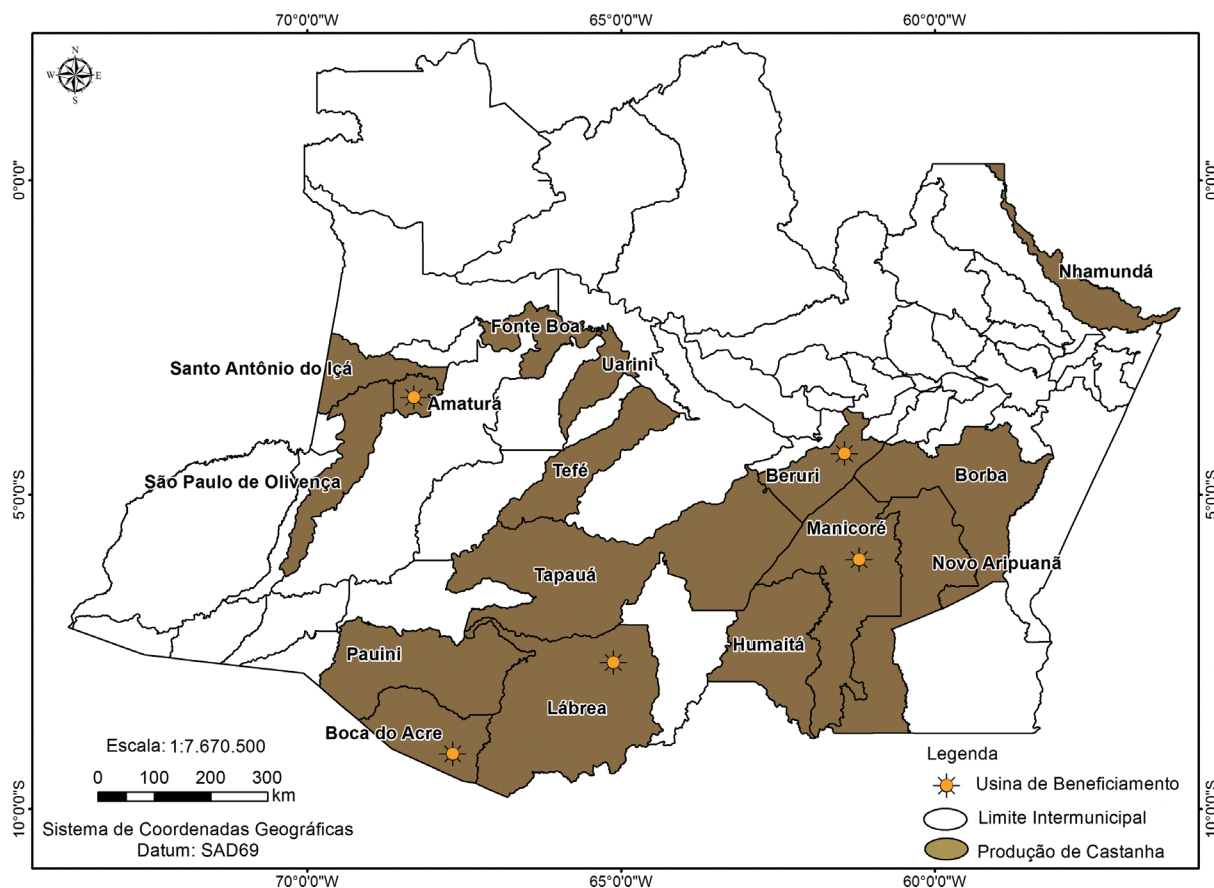
Castanha

O programa de fortalecimento da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia Brasil objetiva incentivar a geração de renda e emprego aliado à conservação florestal.

O Amazonas implementou cinco usinas de beneficiamento da castanha nos municípios de Lábrea, Manicoré, Boca do Acre, Amaturá e Beruri. Essas usinas encontram-se sob a gestão da sociedade civil por meio de suas organizações:

- Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha – Lábrea;
- Cooperativa Verde de Manicoré (Covema);
- Associação de Produtores de Castanha de Amaturá (Aprocam);
- Associação de Trabalhadores do Projeto de Assentamento Agroextrativistas Antimari (Atapaea), de Boca do Acre;
- Associação dos Produtores Agropecuários de Beruri.

LOCALIZAÇÃO DAS USINAS DE CASTANHA E OS MUNICÍPIOS PRODUTORES DO ESTADO DO AMAZONAS



FONTE: SDS/SEAFE, 2011

Meliponicultura

O programa meliponicultura tem por objetivo estabelecer a criação e manejo de abelhas silvestres nativas como uma atividade geradora de renda, definindo processo produtivo em escala comercial que proporcione ao mel de melíponas qualidade de higiene e pureza compatíveis com as exigências nacionais e internacionais.

De acordo com dados do Idam (2013), foi implantado no município de Benjamin Constant (a 1.121 km de Manaus), uma Unidade Demonstrativa (UD), localizada na estrada Perimetral Norte, km 02, onde vem servindo de referência para os agricultores locais da região. Com o intuito de aprimorar novas técnicas, uma Demonstração de Método (DM) foi desenvolvida pelos técnicos da Unidade Local (Unloc) do Idam, tendo como foco a alimentação artificial de subsistência que serão utilizadas nos meliponários. Esta prática contribui para o fortalecimento das colônias de abelhas e deve ser utilizada antes da florada com o objetivo de propiciar maior produção de mel.

A expectativa é que o número de produção aumente a partir da implantação da Indústria do Mel, implantada no primeiro semestre de 2013, pelo Governo do Estado, por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para o Zona Franca Verde (Proderam).

Na tabela a seguir é apresentada a produção de mel registrada por município no ano de 2012, em que se destacam os municípios de Boa Vista do Ramos, Maués e Benjamin Constant.

QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO DE MEL POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO AMAZONAS

CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES MANEJADOS – MELIPONICULTURA/ESTIMATIVA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS ANO DE 2012 – IDAM			
MUNICÍPIO	Nº DE	Nº DE	PRODUÇÃO MEL (L)
	CRIADORES	COLMÉIAS	
Boa Vista do Ramos	30	4.600	4.100
Maués	150	2.410	1.928
Benjamin Constant	125	1.298	1.579
Manacapuru	110	1.300	1.172
Parintins	40	700	700
Barreirinha	30	600	600
Urucará	35	1.500	529
Coari	18	240	412
Manaquiri	11	320	320
Codajás	11	300	306
Nhamundá	45	200	200
São Gabriel da Cachoeira	22	190	190
Irlanduba	23	182	182
Humaitá	10	150	150
Caapiranga	10	130	130
Atalaia do Norte	8	122	122
Apuí	8	122	122
Santo Antônio Içá	4	120	120
Borba	5	50	100
Careiro	25	200	100
Silves	20	200	100

**CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES MANEJADOS – MELIPONICULTURA/ESTIMATIVA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
AMAZONAS ANO DE 2012 – IDAM**

MUNICÍPIO	Nº DE CRIADORES	Nº DE COLMÉIAS	PRODUÇÃO MEL (L)
Itacoatiara	55	200	72
Tabatinga	66	266	70
Jutaí	21	190	64
São Sebastião do Uatumã	17	172	50
Juruá	10	40	40
São Paulo de Olivença	15	36	36
Novo Airão	8	30	30
Anamã	12	38	29
Tefé	25	175	27
Amaturá	6	17	20
Japurá	15	30	20
Santa Isabel do Rio Negro	7	20	20
Novo Aripuanã	1	15	15
Anori	3	30	10
Beruri	5	20	10
Novo Remanso	2	10	10
Boca do Acre	1	4	4
Itapiranga	1	3	3
Alvarães	1	5	
Fonte Boa	2	15	
Eirunepé	2	8	
Rio Preto da Eva	1	12	
TOTAL	1016	15.267	13.584

FONTE: IDAM, 2012

Piaçava

O programa Piaçava objetiva fortalecer a cadeia produtiva e empoderar os piaçabeiros ou extrativistas da piaçava, promovendo a melhoria da qualidade de vida.

O programa propõe em sua estrutura um plano de ação que possibilite o ordenamento econômico, territorial e capacitação dos municípios do Médio e Alto Rio Negro com todos os atores desta cadeia, além de estabelecer marco regulatório sobre a atividade. No Quadro 4 a seguir tem-se o quantitativo de beneficiários e produção da piaçava nos municípios do Estado do Amazonas, no ano de 2012.

QUANTITATIVO DE BENEFICIÁRIOS E PRODUÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

PRODUTOS NÃO MADEIREIROS – PIAÇAVA/ESTIMATIVA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS ANO DE 2012 – IDAM		
Municípios	Nº de Beneficiários	Produção (t)
Barcelos	100	500
Sta. Isabel Rio Negro	332	500
São Gabriel da Cachoeira	60	300
Novo Aripuanã	8	16
Benjamin Constant	6	1

FONTE: IDAM, 2012

POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

As políticas de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Estado do Amazonas são desenvolvidas pelo Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima), primeiro centro governamental do Brasil especializado em articular e implementar políticas públicas neste segmento. Os objetivos são:

- Implementar os programas da Política Estadual de Mudanças Climáticas do Amazonas, colaborar com os objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto, bem como colaborar com as discussões sobre a Política e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.
- Fomentar e criar políticas que viabilizem a execução de projetos voltados para os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).
- Incentivar as energias alternativas e a eficiência energética no Estado do Amazonas.
- Estruturar e implementar o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas com o poder público, sociedade civil, comunidades tradicionais, instituições de pesquisa e com o setor privado.



Fruta típica da região
Açaí © Acervo Agecom

São dois os eixos estratégicos que dão sustentação à política de mudanças climáticas e serviços ambientais: Energias Alternativas e Eficiência Energética e Valorização dos Serviços Ecosistêmicos do Amazonas.

O Programa por pagamento de serviços ambientais ou ecossistêmicos nas Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas foi instituído pelo Governo do Amazonas em 2007, através da Lei de Mudanças Climáticas, com a criação do Programa Bolsa Floresta (PBF). Tal programa abrange atualmente 15 Unidades de Conservação e é executado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS). No ano de 2012, foram investidos nas UC's atendidas pelo Programa Bolsa Floresta o valor aproximado de 9 milhões de reais. É a primeira experiência de compensação por Serviços Ambientais do Brasil, que executa ações em uma área de 10 milhões de hectares, beneficiando 7.989 famílias que vivem na floresta e que se comprometem com a redução do desmatamento.

Em dezembro 2009, atendendo à solicitação do Famc, a SDS, através do Ceclima, iniciou o trabalho de estruturação do marco legal da Política de Serviços Ambientais do Amazonas, cujo processo de elaboração contou com a participação ativa da sociedade civil e de técnicos do governo, em mais de 20 reuniões setoriais e consultas públicas para o levantamento de subsídios que consideram as especificidades dos povos e comunidades que vivem nos distintos territórios do Amazonas, em consonância com as diretrizes internacionais de indução para o desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo estratégico de fomentar o uso de energias alternativas adaptadas à realidade das comunidades do interior do Estado, o Governo do Estado vem trabalhando em projetos que visam minimizar os impactos ambientais associados à geração de energia e, ao mesmo tempo, contribuir com o aumento da renda e produtividade local.

Em 2011 foi lançado o Programa Estadual de Eficiência Energética, objetivando difundir os conceitos de eficiência energética em usos finais da energia em prédios públicos (Decreto nº 31.342, de 3 de junho de 2011), utilizando como ferramenta a cartilha "Melhorando nossa Eficiência Energética".



Mata de terra firme
© Romulo Batista

ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

No Amazonas o ordenamento territorial se constitui num dos principais desafios à regularização fundiária. Este é um fator preponderante, pois exige a reconstituição das bases cartográficas, a definição dos domínios das áreas, sejam elas particulares, municipais, estaduais ou da União e, ainda, o levantamento ocupacional das terras sob domínio do Estado.

A ação de regularização dos imóveis urbanos e rurais e de reforma agrária no Amazonas estiveram na competência do Departamento de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado até o final dos anos 70. Alcançou destaque na década de 80, com a criação do Instituto de Terras e Colonização do Estado do Amazonas (Iteram). Este órgão desempenhou um papel de relevância na execução da política fundiária e de colonização, baseada em três estratégias: memória fundiária da organização, atividades de apoio técnico e elaboração do primeiro Atlas dos Municípios do Estado do Amazonas.

Em dez anos de existência, o Iteram, expediu 16.235 documentos de regularização, arrecadando grandes áreas devolutas e incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado.

Após sua extinção, entre 1988 a 2002, a política fundiária no Estado sofreu uma descontinuidade passando a ser administrada por sucessivos órgãos: Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IMA/A); Sub-Secretaria de Assuntos Fundiários; Instituto Fundiário do Amazonas (Ifam); Superintendência de Habitação Urbanização e Assuntos Fundiários (Suhab), resultando no déficit fundiário de 100 mil imóveis a serem regularizados pelo Estado do Amazonas.

Em 2003 foi criado o Iteam, com o objetivo de coordenar e controlar a execução das políticas fundiária e de reforma agrária no Estado do Amazonas. Trata-se de uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Política Fundiária (SPF). Entre suas prioridades destacam-se a destinação de terras públicas de domínio do Estado, a legalização da ocupação de posse das famílias rurais em áreas de manejo florestal, em unidades de conservação, em áreas de várzea, na RMM e na sede dos municípios, bem como a implantação de projetos de reforma agrária.

AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

É compromisso do Governo do Estado, por intermédio do Iteam, buscar alternativas aos posseiros de terras estaduais, o acesso às políticas públicas a serem inseridas na cadeia produtiva, inibindo a ocupação ilegal, conflitos pela posse da terra, combater o desmatamento e a exploração predatória considerada como óbices ao desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.

O Iteam adota a estratégia de repercutir e cooperar com a política fundiária do governo federal. Seus esforços visam ampliar o programa de regularização fundiária, sobretudo na zona rural, para obter como produto a emissão de títulos de domínio de área, a unificação de informações georreferenciadas e sistematizadas, o monitoramento e controle do patrimônio público fundiário.

As ações de regularização fundiária do Estado no período de 2003 a 2010 contribuíram para inclusão de cerca de 25.000 famílias em programas de desenvolvimento sustentável do Estado, repercutindo na materialização da função social da terra (Iteam, 2012).

Através da Portaria de 104/07 de 16 de agosto de 2007, foi criado o Fórum da Terra com objetivo de facilitar a interface entre o ITEAM, entidades públicas e civis interessadas em implementar a política de regularização fundiária e de reforma agrária no Amazonas. O Fórum foi posteriormente substituído por outros mecanismos de articulação e negociação de conflitos entre os diferentes atores institucionais.

No período de 2003 a 2012 foram expedidos 9.229 documentos de regularização fundiária de terras estaduais, entre títulos provisórios, títulos definitivos, concessão de direito real de uso e autorização de uso (Iteam, 2013), conforme apresenta Quadro 5.

A demanda pela resolução do passivo fundiário no Amazonas exige uma Política Fundiária e Agrária que integre os entes federativos (União, Estado e Município) para o alcance da destinação de terras públicas em consonância com as peculiaridades da região amazônica.

Desse modo, em observação às linhas prioritárias estabelecidas pelo Governo do Estado, objetivando criar oportunidades, especialmente na geração de renda, a SDS, em parceria com o Iteam, por meio do Termo de Cooperação Técnica, vem realizando as ações de regularização fundiária em Unidades de Conservação Estaduais, visando o reconhecimento do direito à terra das populações tradicionais.

Cachoeira da Neblina
Presidente Figueiredo
© João Talocchi



Desta forma, o ordenamento fundiário resultará, não somente no controle do patrimônio fundiário estadual, mas também no gerenciamento de ações eficazes beneficiando as famílias rurais e demais grupos que almejam o reconhecimento de seus direitos quanto à legitimidade da ocupação de suas posses e sua inclusão social nas políticas públicas, garantindo-lhes a cidadania plena.

Em relação a essa demanda, a SDS, através do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), juntamente com o Instituto de Terras no Amazonas (Iteam), promoveram a regularização fundiária coletiva em 15 UC's com a entrega de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), entregues aos presidentes das associações das UCs, por ocasião da Semana do Meio Ambiente. Estas CDRUs foram entregues para as seguintes UCs: RDS Uatumã, RDS Rio Negro, RDS Piagaçu Purus, RDS Rio Madeira, RDS Amanã, RDS Rio Amapá, RDS Juma, RDS Mamirauá, RDS Canumã, RDS Cujubim, RDS Uacari, Resex Rio Gregório, Resex Catuá-Ipixuna, Resex Canutama e Floresta de Maués.

Com estas emissões de CDRUs, o Estado consegue resolver a situação de mais de 10 mil famílias no sentido de que, a partir daí, possam propor seus projetos de manejo e geração de renda nestas UCs, além de garantir a implementação dos recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no tocante ao Apoio Inicial e Habitação, melhorando assim, a qualidade de vida das famílias nas Unidades de Conservação do Amazonas.

DOCUMENTOS FUNDIÁRIOS EXPEDIDOS E AÇÕES PREVISTAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS (2013 A 2014)

DOCUMENTOS FUNDIÁRIOS EXPEDIDOS NO PERÍODO DE 2003 A 2012					
Total de Municípios	Documento Fundiário Expedido				Total
	Título Definitivo	Título Provisório	CDRU	Autorização de Uso	
62	2.023	5.768	1.311	127	9.229
DOCUMENTOS FUNDIÁRIOS PREVISTOS PARA EXPEDIÇÃO EM 2013 A 2014					
Total de Municípios	Processos Administrativos Concluídos	Processos Administrativos Pendentes	Demanda	Atividades Previstas para 2013 a 2014	
62	1.086	18.375	6.648	11.727	

FONTE: ITEAM, 2013.

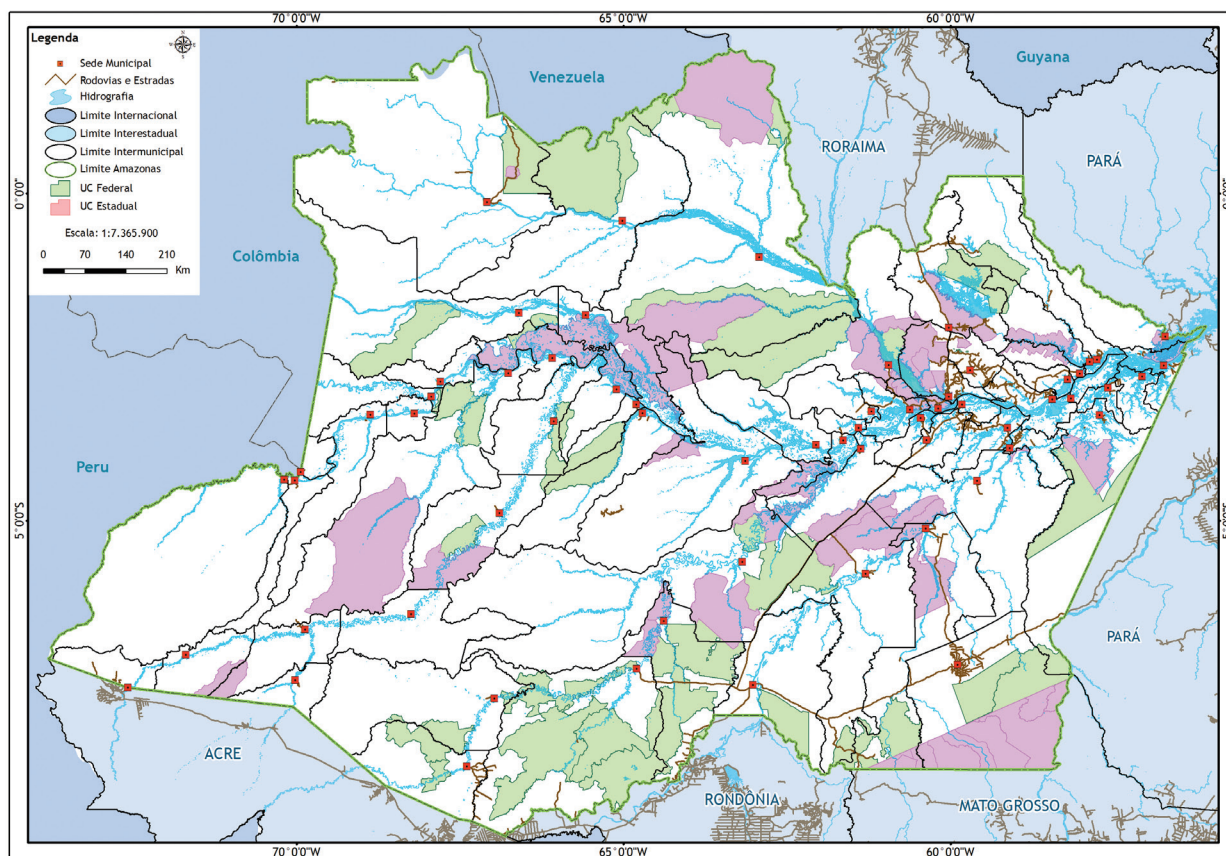
Gestão de Unidades de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

O Governo do Estado do Amazonas, com o objetivo de estabelecer regras e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc) pela Lei Complementar nº 53 de 05/06/2007 e, em 2008, criou Ceuc, por meio da Lei nº 3244. O Ceuc faz parte do sistema de gestão da SDS, cuja missão é de implementar e consolidar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, promovendo a conservação da natureza, a valorização socioambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais.

As Unidades de Conservação (UCs) são espaços territoriais especialmente protegidos com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais. As UCs são legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos de conservação *in situ* e de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei Complementar nº53, 05/06/2007).

Atualmente o Ceuc contabiliza 41 UCs, sendo 33 (80,5%) de Uso Sustentável e 8 de Proteção Integral, distribuídas em cerca de 19 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 12% do território do Amazonas. Além das Ucs estaduais, o Amazonas possui aproximadamente de 15% de seu território abrangido pelas Ucs federais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ESTADUAIS E FEDERAIS) NO AMAZONAS



FONTE: SDS/CECLIMA, 2012

A gestão das áreas protegidas é fortalecida por meio do envolvimento de diferentes instituições. A cooperação de parceiros e a construção dos planos de gestão, documento técnico que subsidia o planejamento das UCs, com a definição do zoneamento da unidade, são essenciais para assegurar uma gestão participativa em conformidade com o objetivo de conservação da área. Desde o ano de 2008, a SDS vem priorizando a elaboração dos Planos de Gestão das 41 UCs, totalizando em 2011, 22 Planos de Gestão concluídos, além da criação e regulamentação de 17 Conselhos nas Unidades de Conservação.

A implementação de Programas como os de Proteção, Pesquisa, Monitoramento e Geração de Renda a partir do uso de produtos madeireiros e não-madeireiros e a pesca, possibilitam o aprofundamento do conhecimento biológico, social e o potencial econômico da UC. Além disso, informações sobre a organização social e o fortalecimento comunitário, fundamentais para ações que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas em consonância com a conservação dos recursos.

O Programa de Agentes Ambientais Voluntários (AAV) foi instituído em 2008 por meio da Resolução 002/08/CEMAAM e integra o Departamento de Proteção e Vigilância do Ceuc. Seu objetivo é auxiliar na vigilância e no monitoramento das Ucs do Estado do Amazonas. Atualmente, são 239 AAVs cadastrados no Ceuc.

Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE)

O ZEE tem como foco principal organizar o território e seus planos, programas e projetos, propondo diretrizes de uso e ocupação do solo de forma a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais. Os benefícios que o ZEE pode proporcionar à região são: soluções de possíveis conflitos socioambientais, prioridades às atividades sustentáveis que promoverão o desenvolvimento econômico e social, melhores aplicações dos recursos financeiros, bem como a conservação e manutenção dos recursos naturais. Esse instrumento possibilita o gestor público a conhecer as potencialidades da região e fazer melhor uso delas.

A primeira experiência de ZEE no Amazonas data do início da década de 80, sob coordenação do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa, Ciência e Tecnologia do Amazonas e da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codeama), limitada à região do Médio Amazonas, com foco no ordenamento das atividades produtivas.



Em 1989, com a promulgação da Constituição do Estado do Amazonas, o Poder Executivo ficou obrigado a promover o levantamento, ação discriminatória e registro de terras devolutas, onde os resultados fossem amplamente divulgados.

Na década de 90 o Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), por meio do Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), realizou estudos direcionados ao ordenamento das atividades produtivas no Estado do Amazonas, priorizando os municípios de Novo Aripuanã, Humaitá, Lábrea, Apuí e Manicoré. Esses municípios foram priorizados em decorrência da forte pressão de ocupação que sofriam à época, polarizada pela expansão da fronteira agrícola naquela região.

Retomando os estudos realizados em março de 2007, a Comissão Estadual de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (CEZEE), seguindo orientações do MMA, iniciou o Macrozoneamento do Estado do Amazonas em escala 1:1.000.000, o qual foi publicado através da Lei nº 3.417 de 31 de julho de 2009, com um conjunto de produtos cartográficos e diretrizes de uso e ocupação por zonas ecológicas-econômicas.

Em 2009, em virtude da necessidade de promover o detalhamento do macrozoneamento nas regiões que sofrem maior pressão do desmatamento, o Estado do Amazonas prioriza o zoneamento da sub-região do Purus em escala 1:250.000, envolvendo os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Tapauá e Pauini, o qual é publicado na Lei Estadual nº 3.645 de 08 de agosto de 2011, sendo em seguida recomendado por unanimidade pela Comissão Nacional de Zoneamento (CNZEE) para o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) regulamentar a redução da Reserva Legal de 80% para 50% na subzona 1.1 (4.216,84 Km²) para fins de recomposição florestal.

Encaminhado ao Conama, o processo do ZEE da sub-região do Purus é paralisado até que seja regulamentado em ato, a competência legal do Conselho em relação aos zoneamentos conforme Lei nº 12.651/2012.

No ano de 2013 inicia-se a preparação de contratação de serviços para a realização do ZEE da sub-região do Madeira, envolvendo os municípios de Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, o qual tem previsão de conclusão em 2015.

CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

O Ipaam, autarquia estadual vinculada à SDS, é o executor do Programa de Controle Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvido por meio do Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento ambiental, bem como pelo desenvolvimento de atividades de orientação e educação ambiental.

Para melhor desempenho de suas competências, o Ipaam utiliza duas ferramentas específicas e fundamentais: a Certificação ISO 9001:2008 e o Planejamento de Gestão Estratégica.

A cada ano, reorganizações internas vão sendo implementadas para colocar o Ipaam em condições de absorver as demandas, em consequência dos processos dinâmicos da economia do Estado, especialmente diante de dois expressivos acontecimentos: a Ponte Rio Negro, ligando Manaus a outros municípios da margem direita do Rio Negro, e a escolha de Manaus como uma das cidades-sede da Copa de 2014. Outro fator relevante foi a inclusão de dois municípios (Lábrea e Boca do Acre) na lista do Ministério do Meio Ambiente, entre os que mais desmatam na Amazônia Legal.

Esses eventos têm gerado crescentes demandas por ações mais proativas de controle e fiscalização ambiental, com reflexos no setor rural (pesca, agropecuária, extrativismo, setor madeireiro e mineral).



Área Queimada no município de
Canutama
© João Talocchi

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Ipaam é o órgão executor da política de implementação do CAR, criado pela Lei de Regularização Ambiental Rural (Lei 3.635 de 6 de julho de 2011), que regulariza os passivos ambientais dos imóveis rurais do Estado do Amazonas, dentre eles as Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente.

O Programa baseia-se em três fases:

- Adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é o registro eletrônico dos imóveis rurais junto ao Ipaam, declarando as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a proposta de Área de Reserva Legal (ARL);
- Recuperação e Regularização de Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais e áreas degradadas, quando há declaração de passivos ambientais na propriedade; e,
- Licenciamento Ambiental das atividades produtivas dos imóveis rurais, quando cumpridas as fases 1 e 2.

O Programa permite aos produtores rurais do Estado do Amazonas a adesão ao CAR, além da possibilidade para aqueles que sofreram multas e embargos por problemas ambientais em suas propriedades de terem tais infrações suspensas, mas não anistiadas, tendo assim um prazo para recuperar o seu passivo ambiental excedente, bem como o acesso a Regularização Ambiental após o cumprimento das três Fases do Programa.

O CAR é o registro físico e eletrônico dos imóveis rurais junto aos órgãos competentes, por meio da caracterização e georreferenciamento da área total da propriedade, áreas de uso alternativo do solo, proposta de Áreas de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente (APPs), áreas erodidas e solos contaminados e áreas de remanescentes de vegetação nativa para fins de monitoramento, controle, planejamento e regularização ambiental dos imóveis rurais.

Os beneficiados são produtores rurais de diferentes extratos econômicos como: agricultores familiares, populações tradicionais, assentados dos Projetos de Assentamento do Incra e pecuaristas.

A lei é uma inovação que o Estado trouxe para promover o desenvolvimento em bases sustentáveis.

Para a adesão ao CAR, para as propriedades acima de quatro módulos fiscais os produtores terão o prazo de um ano a contar da data de publicação da lei e de dois anos para propriedades cujo tamanho seja igual ou inferior a quatro módulos fiscais. A SDS coordenará a implementação do Programa CAR/AM progressivamente, por meio do órgão executor Ipaam, nas áreas com pressão do desmatamento, prioritariamente no sul do Estado e RMM. Um dos objetivos a ser alcançado nos próximos anos é a adesão de 50.000 imóveis rurais ao CAR. Para isso, a SDS coordena a captação de recursos, por meio de projeto a ser enviado para o Fundo Amazônia, que viabilizará o trabalho conjunto de instituições federais e estaduais. O projeto contará com a participação da SDS, Ipaam, Idam, Iteam, ADS e SPF, assim como do MDA Terra Legal, Incra, SPU e Suframa e visará, além da adesão ao CAR, o fortalecimento da gestão ambiental estadual por meio da aquisição de equipamentos, realização de treinamentos, fortalecimento e formação de grupos formais, expansão dos programas de compras públicas institucionais, criação de um sistema compartilhado de informações ambientais, fortalecimento de unidades demonstrativas existentes e implementação de propriedades modelo para a disseminação de práticas sustentáveis.

Conforme a Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (Faea), cerca de 270 mil produtores (de todo o Estado do Amazonas) deverão cadastrar seus imóveis para que as atividades econômicas desenvolvidas sejam legalizadas e os proprietários possam acessar os benefícios de créditos e financiamentos.

Fortalecimento Institucional

Diante do cenário futuro de crescimento do Amazonas, o Governo do Estado aprovou medidas de fortalecimento institucional para responder com qualidade a esse crescimento, com destaque para as ações de desconcentração e descentralização do controle ambiental e investimentos na educação ambiental.

Para dar suporte a essa estratégia o Ipaam implantou em 2010 o Sistema de Controle Ambiental to Amazonas (Scaam), que se constitui numa das principais ferramentas de aproximação e de agilização dos serviços informatizados prestados à comunidade.

Igarapé no Tarumã
© João Talocchi



Por meio do Scaam, todos os processos de licenciamento tramitam virtualmente e poderão ser acompanhados via Internet, pelo interessado.

Para o próprio Ipaam, o Scaam representa também racionalização de custos e de tempo e o benefício de relatórios gerenciais com informações consistentes e atualizáveis online e em tempo real, importantes no embasamento das estratégias e projetos ambientais para o Amazonas.

No contexto das ações de desconcentração, destaca-se a implantação de escritórios regionais (Fig 6). Tabatinga (à 1105 km da capital), é o primeiro município a contar com esse atendimento. Além desse, em Humaitá e Tefé.

O escritório de Tabatinga foi viabilizado pelo Proderam e se insere no critério de fortalecimento institucional. Esse escritório visa oferecer atendimento à toda a calha do Alto Solimões, composta por nove municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Tabatinga, Tonantins, São Paulo de Olivença e Santo Antonio do Içá. Outros escritórios do Ipaam estão previstos em quatro centros multifuncionais apoiados pelo Projeto Profloram (Boca do Acre, Apuí, Parintins e Humaitá).

O processo de descentralização da gestão ambiental no Estado adota, entre outros instrumentos, o Termo de Cooperação Técnica, com o fim de capacitar o município nessa agenda. Isso permite com que as prefeituras prestem informações aos empreendedores e realizem serviços para agilizar o licenciamento ambiental, bem como a realização de atividades de monitoramento e fiscalização específicas. Essa estratégia contribui para a redução do deslocamento do empreendedor do interior para a capital, poupando-lhe tempo e recursos. Os municípios que já assinaram o Termo de Cooperação Técnica são: Maués, Parintins, Tabatinga, Itacoatiara, Iranduba, São Sebastião do Uatumã, Atalaia do Norte e Benjamin Constant.

Licenciamento

O licenciamento é o procedimento administrativo pelo qual o Ipaam, após verificar o cumprimento das normas aplicáveis ao caso concreto, licencia os empreendimentos e/ou atividades utilizadoras de recursos naturais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

Fiscalização
© João Talocchi





As Gerências do Ipaam responsáveis pela execução do licenciamento ambiental são:

- **GECF** – Gerência de Controle Florestal (atividades Florestais).
- **GCAP** – Gerência de Controle Agropecuário (atividades Agropecuárias).
- **GELI** – Gerência de Licenciamento Industrial (atividades relacionadas ao PIM e indústrias em geral).
- **GEPE** – Gerência de Projetos Especiais (atividades relacionadas à área urbana e de infraestrutura e empreendimentos com EIA/RIMA).
- **GECP** – Gerência de Controle de Pesca (atividades de aquicultura).
- **GRHM** – Gerência de Recursos Hídricos e Minerais (atividades de recursos hídricos e minerais).

Operação Queimada
© Acervo Ipaam

Das 2.414 licenças expedidas pelo Ipaam até novembro de 2012 em todo o Amazonas, 1.603 foram encaminhadas pela Geli, o que corresponde a 66% do total das licenças, com destaque para as 832 licenças emitidas para o Pólo Industrial de Manaus (PIM). A GEPE expediu 227 licenças correspondendo a 9% do total, com destaque para atividades de construção civil, geração e distribuição de energia elétrica, porto e transporte de materiais. A GRHM perfaz 8% do total de licenças com as 183 licenças emitidas referentes a recursos hídricos e exploração mineral. Já 15% das licenças no ano corresponderam às gerências florestal (12%) e agropecuária (3%) e os restantes 2% (49) referem-se às atividades de aquicultura da Gerência de Pesca.

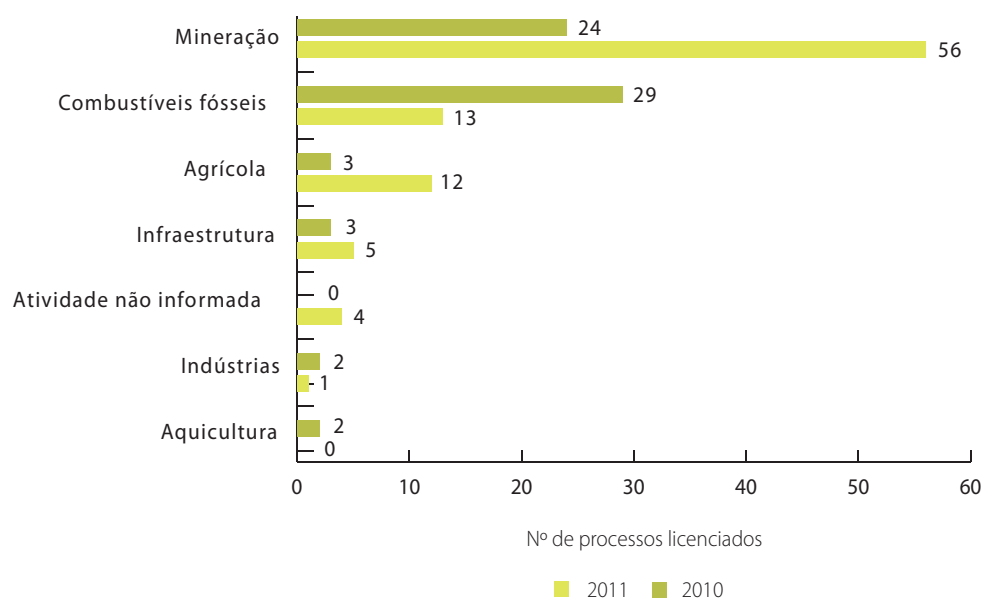
De acordo com a análise do Instituto de Conservação de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), em 2013, o Ipaam expediu 155 licenças de supressão florestal no período de 2010 a 2011, totalizando área autorizada de 4.151,32 ha. Em relação às atividades licenciadas, destacam-se as de mineração e combustíveis fósseis para no mesmo período para supressão florestal.

A GECP/Ipaam tem a competência de licenciar as atividades ligadas ao manejo florestal, indústrias do segmento mobiliário e madeireiro, madeira pescada e empreendimentos que atu-

am de modo geral com a comercialização de madeira beneficiada. De acordo com o Ipaam, foram expedidas 296 licenças pela Gecf no ano de 2012 (Idesam, 2013).

A GECEF/Ipaam tem também a atribuição de licenciar as atividades destinadas ao aproveitamento de madeiras mortas e caídas naturalmente que se encontram à deriva em rios e igarapés ou tombadas em seus leitos, denominada de “Madeira Pescada. Nessa atividade foram expedidas 6 minutas de autorização para o aproveitamento destas madeiras caídas, totalizando 3.040,49 m³ de madeira destinadas à comercialização.

ATIVIDADES LICENCIADAS NO AMAZONAS PARA SUPRESSÃO VEGETAL



FONTE: BOLETIM TRANSPARÊNCIA MANEJO FLORESTAL – ESTADO DO AMAZONAS, IDESAM (2013)

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) foi responsável por 832 licenças, correspondendo a 35% do total de licenças concedidas no período de janeiro a novembro, contra 742 no mesmo período de 2011, equivalente a um crescimento de 12,13% do total de licenças no mesmo período. Em relação às licenças emitidas na capital, a participação do PIM foi de 50%. De janeiro a novembro de 2012 foram licenciadas 71 obras pela GEPE para o Governo do Estado, das quais 32 obras no Interior do Estado e 39 na capital, correspondendo a 32 % das 227 licenças emitidas pela Gerência ao longo do ano. De maior relevância em termos governamentais é o Termo de Referência referente ao Estudo de Impacto Ambiental para implantação da *Cidade Universitária*, assinado entre o Ipaam e a Seinfra no mês de janeiro de 2012, projeto referente a uma área de aproximadamente 1.200 ha, localizada no município de Iranduba/AM, na RMM. No dia 18 de junho de 2012 foi emitida pelo Ipaam Licença Prévia nº 103/12, outorgando a realização de estudos para a implantação do Projeto. Em 22 de agosto de 2012, o Ipaam tornou público o recebimento do EIA/RIMA.



Fiscalização

Inventário Florestal
© João Talocchi

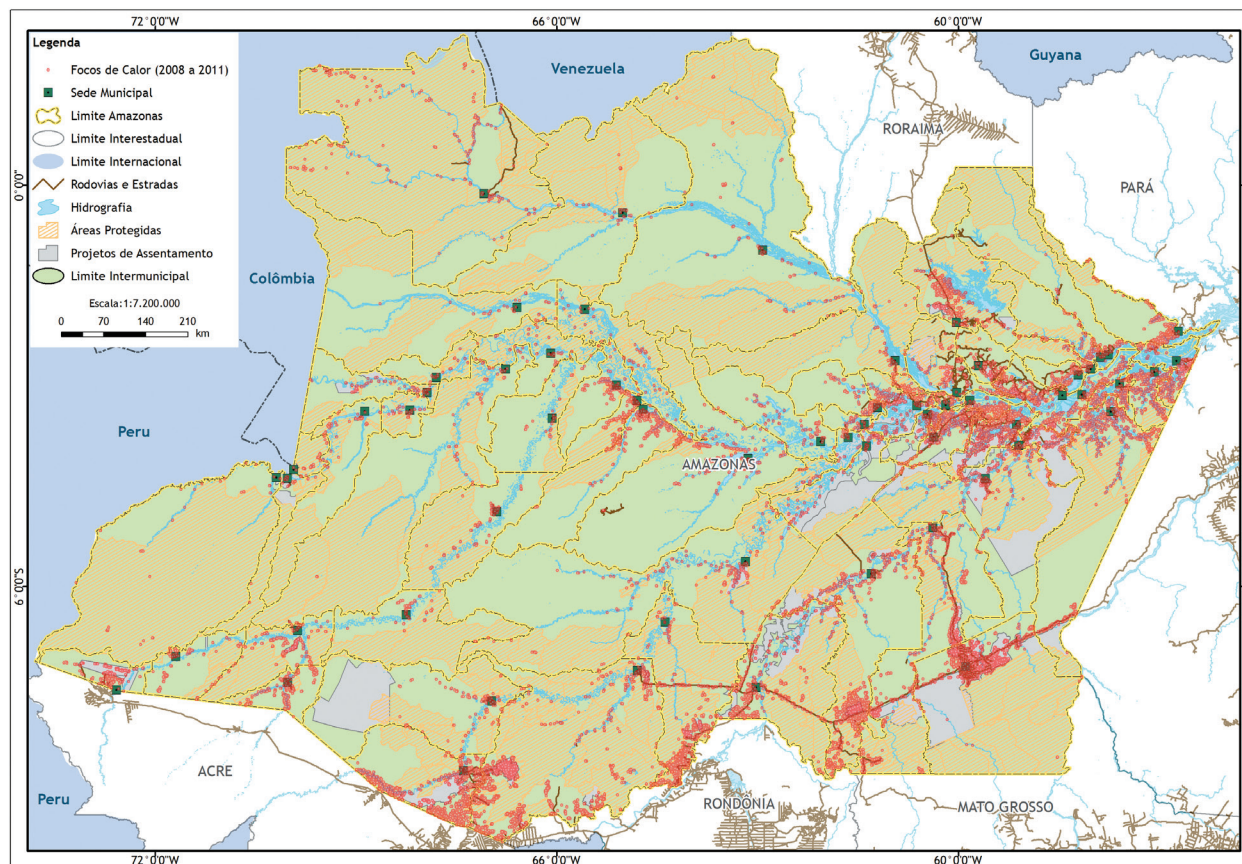
A fiscalização ambiental visa principalmente às áreas consideradas de risco na região Sul do Estado, nos municípios de Apuí, Manicoré, Novo Aripuanã, Lábrea e Boca do Acre, bem como nos municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM) (Fig. 07). As ações de fiscalização ocorreram por meio de ações planejadas e integradas entre a Gerência de Fiscalização Ambiental (Gefa), o Grupo Estratégico de Combate a Crimes Ambientais (Gecam) e a Gerência de Geoprocessamento (GGEO) do Ipaam, com o apoio de outros órgãos governamentais como a SDS, por meio do Ceclima, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amazonas e, circunstancialmente, às secretarias municipais de meio ambiente dos municípios amazonenses.

As ações de fiscalização no Sul do Estado incentivaram a regularização ambiental dos empreendimentos, dos quais alguns já solicitaram licenciamento ambiental junto ao Ipaam. Também foi ampliado o trabalho de conscientização e educação ambiental nos municípios e comunidades ribeirinhas, o ordenamento do setor pesqueiro, bem como o crescimento do turismo ecológico.

Como reflexo das atividades de licenciamento e fiscalização, dois indicadores são monitorados pelo Ipaam como parte do controle ambiental. São eles: focos de calor e áreas desmatadas. Esse acompanhamento é feito pela GGEO/Ipaam, com base em dados captados por imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O monitoramento dos focos de calor possibilita a atuação preventiva e combativa do IPAAM em relação às queimadas no Estado, visando evitar o desmatamento por meio deste artifício.

PERFIL DOS FOCOS DE CALOR NO ESTADO DO AMAZONAS



FONTE: SDS/CECLIMA, 2013

A educação ambiental é considerada estratégica por ser o instrumento mais eficiente na promoção do esclarecimento das vantagens de se desenvolver uma atividade legalizada e prevenir o desmatamento, principalmente para evitar o descontrole no uso do fogo. Configura-se com um instrumento poderoso na mudança de hábitos, estimulando a adoção de atitudes sustentáveis no conjunto da população. As ações são executadas pela GEAM/Ipaam. Foram capacitados 40.161 pessoas (estudantes, professores e comunitários), por meio de oficinas e palestras educativas em 2012.

A Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece a erradicação dos lixões em todo país e a construção de aterros sanitários. Assim, impôs ao Ipaam o papel de orientar as prefeituras, através do Grupo Técnico de Resíduos Sólidos, na escolha de áreas para a instalação dos referidos aterros sanitários e nas metodologias de biorremediação dos atuais lixões. Conforme a legislação, os municípios devem dar um destino final de seus resíduos sólidos até agosto de 2014.

POLÍTICA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Em julho de 2012 o Governo do Estado do Amazonas lançou, por ocasião das comemorações do Dia do Produtor Rural, o Programa Amazonas Rural.

Este programa é composto por um conjunto de medidas que visam aumentar a produção de alimentos e fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural e Florestal, de modo a tornar o Amazonas autosuficiente em alimentos e produtos agroflorestais. Objetiva também dinamizar a economia dos municípios, gerando riqueza e oportunidade de emprego a partir da criação de mais de 200 mil ocupações, além de estimular o desenvolvimento sustentável por meio da consolidação de culturas tradicionais, como peixe, fibras, borracha, frutas regionais, manejo madeireiro e a pecuária sustentável (Sepror, 2012).

A política agropecuária e florestal do Estado do Amazonas assenta-se em 05 (cinco) fundamentos:

- O policultivo, entendido como o cultivo simultâneo de várias culturas, como forma de garantir ao produtor rural autossuficiência alimentar e variadas opções de renda ;
- A sustentabilidade ambiental, de forma que a produção rural respeite as normas e princípios de proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais;
- A contemporaneidade científica e tecnológica, assim entendida como a utilização plena do conhecimento científico e tecnológico, como forma de aumentar a produtividade e diminuir o impacto ambiental;
- A eficiência econômica, a partir da utilização de módulos produtivos economicamente rentáveis;
- A justiça social, que visa a elevação permanente do padrão social, econômico e cultural das populações residentes na zona rural e que tem por objetivo proporcionar a elas o acesso aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, cultura, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

Extração da borracha
© Acervo SDS





Barco regional
Parintins
© João Talocchi

Para dar sequência a esses fundamentos, o desenvolvimento agroflorestal sustentado do Estado do Amazonas desenvolverá seus projetos e suas ações em torno de 05 (cinco) programas:

- Programa de Aprimoramento Legislativo, cujo objetivo é estabelecer os marcos legais, tendo em vista que a legislação deverá ser permanentemente atualizada, de acordo com a realidade.
- Programa de Infraestrutura, buscando assegurar as condições básicas à produção, o escoamento e a comercialização dos produtos oriundos do setor primário;
- Programa de Expansão da Agroindústria, cuja finalidade é agregar valor aos produtos, verticalizar a produção e adensar a cadeia produtiva;
- Programa de Expansão da Produção, que visa tornar o Amazonas autossuficiente na produção de alimentos e expandir setores tradicionais da economia do Estado, notadamente juta, malva e borracha;
- Programa de Apoio Sociocultural, tendo como principal objetivo elevar o padrão sociocultural dos produtores rurais.

Pesca e Aquicultura

A produção mundial de pescado (proveniente tanto da pesca extrativa quanto da aquicultura) atingiu aproximadamente 146 milhões de toneladas em 2009 e 142 milhões de toneladas em 2008. O Brasil, neste contexto, contribuiu com 1.240.813t em 2009, representando 0,86% da produção mundial de pescado. Em 2008, a produção de pescado nacional contribuiu com 0,81% do total produzido no mundo.

O Brasil apresenta um enorme potencial para a piscicultura por possuir a maior reserva de água doce do planeta, sendo uma infinidade de rios, lagos e pequenos cursos d'água distribuídos em três principais bacias: São Francisco, Paraná e Amazônica, sendo esta última a maior do mundo, concentrando cerca de 15% das águas continentais do planeta, com descarga média de 218.000 m³/s.

A crescente demanda de pescado nos mercados locais e da capital, possibilitou a expansão da piscicultura no Estado do Amazonas. Isto tem ocorrido em função de alguns fatores considerados relevantes: a entressafra da pesca extrativa, a maior facilidade de acesso ao crédito, o aproveitamento de áreas degradadas e a adoção de tecnologias apropriadas. Como consequência tem-se uma maior oferta de pescado nesses mercados, que cria mais uma alternativa econômica geradora de renda e de ocupação da mão-de-obra para muitos agricultores familiares/produtores rurais.

A grande importância da piscicultura para o Estado está na real possibilidade que esta apresenta para a preservação dos estoques naturais, sobretudo das espécies mais exploradas, como o pirarucu, o tambaqui e a matrinxã, dado que os esforços de captura já ultrapassaram o potencial de regeneração natural desses estoques.

Apesar da importância social e econômica, a atividade de piscicultura possui custos relativamente altos quando comparado a outros estados da federação, em virtude do alto custo da matéria prima para produção de ração, logística de insumos, elevado custo de energia, dificuldade de licenciamento ambiental das criações/propriedades, regularização fundiária, dificuldades em aquisição de alevinos de pirarucu e matrinxã e baixo poder aquisitivo dos agricultores familiares/produtores rurais.

No Sul do Estado do Amazonas está sendo implantado o Pólo de Aquicultura, tendo como pólo o município de Humaitá. Essa região é estratégica para o desenvolvimento da aquicultura em virtude de possuir campos naturais, abundância de água, rodovias estratégicas na aquisição de insumos e no escoamento da produção e grandes áreas degradadas que são propícias para a implantação da aquicultura e que ao mesmo tempo se tornarão áreas produtivas.

O pólo de aquicultura poderá contribuir ainda na minimização do desmatamento através do aumento de produção de proteína animal em menor espaço, freando o desmatamento.

Para que se torne realidade, está sendo imprescindível a implantação do Centro de Treinamento, Tecnologia e Produção Aquícola de Humaitá – (CTTPAH) pelo Governo do Estado onde será capaz de treinar e capacitar através de novas tecnologias e ainda abastecer de matéria prima os aquicultores.

O setor pesqueiro é um dos maiores geradores de ocupação econômica e renda no Estado do Amazonas, estando presente em todos seus municípios.

Floresta Amazônica
© Acervo Agecom



A política para esse setor prioriza ações e atividades de assistência técnica aos beneficiários, elaboração de projetos de crédito, capacitação de pescadores artesanais, apoio ao manejo de lagos, dentre outras atividades demandadas por esse segmento.

Pecuária de Baixo Impacto

Ações prioritárias têm sido orientadas para adoção de tecnologias capazes de viabilizar a pecuária bovina e bubalina de forma sustentável. A melhoria no manejo e capacitação de criadores faz parte dessa estratégia, principalmente com a utilização do sistema de pastejo rotacionado, na perspectiva da redução dos impactos ambientais gerados pela atividade, que tem resultado numa maior conscientização dos criadores no Estado.

Neste sentido, as ações têm sido direcionadas para implantar e fortalecer a pecuária sustentável, principalmente nos municípios que tem maior expressão econômica, como Boca do Acre, Apuí, Parintins, Autazes e Careiro da Várzea, dentre outros. Para tanto, são priorizadas ações de recuperação de pastagens degradadas, implantação de sistema de pastejo rotacionado e de capineira, além da melhoria do padrão genético e da sanidade dos rebanhos, destacadamente, através da inseminação artificial e do combate à erradicação da febre aftosa.

A SDS e a Faea estabeleceram um Termo de Cooperação Institucional que vigora de setembro de 2011 à setembro de 2014. Tem por objeto o compromisso institucional de melhoria do uso do solo no Amazonas, em especial da pastagem para pecuária, que atualmente somam 0,67% do território estadual, com o objetivo de evitar a abertura de novas áreas para pecuária e recuperar o pasto com solo exposto, o pasto sujo e o pasto com regeneração natural, que juntos somam 37% do total da pastagem do Amazonas.

Todas essas atividades têm como perspectiva o aumento da produtividade, melhoria do manejo e da qualidade dos produtos e, conseqüentemente, melhor remuneração dos fatores de produção.

Unidade Demonstrativa de
Sistemas Agroflorestais ©
Acervo SDS



PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Com o objetivo de dar sustentação ao conjunto de políticas públicas no plano ambiental e agropecuário, o Governo do Estado do Amazonas criou uma plataforma de programas e projetos estratégicos. Esses programas são viabilizados com recursos financeiros disponibilizados por organizações nacionais e internacionais.

Projeto de Conservação da Floresta Tropical do Estado do Amazonas

Em 23 de novembro de 2010 o Governo do Amazonas, em parceria com o Banco Alemão de Investimento, assinou o Projeto de Conservação da Floresta Tropical do Estado do Amazonas (Profloram) com vigência até dezembro de 2015, objetivando contribuir para a prevenção, o combate, a redução do desmatamento, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Amazonas.

O projeto dispõe de 10,5 milhões de euros oriundos da contribuição financeira do Banco Alemão KfW e de 8.917,50 milhões de euros de contrapartida do Estado do Amazonas contabilizados em serviços e pessoal.

As instituições envolvidas diretamente no projeto fazem parte do Sistema SDS (SDS, ADS, Ipaam, Secretarias Adjuntas e Centros Estaduais), Idam, Iteam e, indiretamente, as prefeituras e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, movimentos sociais de base, Cemaam e Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As ações do projeto visam apoiar o fortalecimento da gestão ambiental, o ordenamento territorial e a regularização fundiária. São contempladas atividades para adequação de infraestrutura da gestão ambiental (aquisição de equipamentos e veículos), construção de nova sede do sistema SDS, reforma do prédio para o Iteam, construção de quatro centros multifuncionais, localizados nos municípios de Boca do Acre, Humaitá, Apuí e Parintins, elaboração e implementações de ações integradas ao monitoramento, fiscalização, controle e licenciamento ambiental.

Serão beneficiados nesse projeto 12 municípios das regiões sudeste e baixo Amazonas, que se encontram na fronteira do arco do desmatamento e que sofrem elevado grau de antropização e desmatamento, (Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí, Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Parintins e Nhamundá). Atendendo normas do doador KfW, foi realizado em 04 de outubro de 2012 a contratação via licitação internacional de uma Consultoria Internacional, a qual apoiará o Grupo Executivo de Coordenação (GEC) na realização do planejamento financeiro, coordenação e monitoria de todas as ações do projeto.

Espera-se que em 2015, no final do projeto, haja o fortalecimento da gestão ambiental e melhoria territorial ampliada por meio das capacidades de planejamento, gestão ambiental e territorial; infraestrutura de gestão ambiental e territorial local e estadual adequada; estratégias integradas e mecanismos de licenciamento, monitoramento, fiscalização estabelecidos, regularização fundiária em áreas prioritárias realizadas, ações de ordenamento territoriais locais integradas à política estadual de gestão territorial.

Projeto de Reflorestamento em Áreas de Intensa Pressão do Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas

O Governo do Estado do Amazonas assinou, em novembro de 2010, o contrato de concessão de colaboração financeira Nº 10.2.1351.1, no valor de 20 milhões de reais oriundo do Fundo

Amazônia, através do BNDES, para o Projeto de **Reflorestamento em Áreas de Intensa Pressão de Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas, abrangendo os municípios de Apuí, Boca do Acre, Lábrea e Novo Aripuanã.**

O objetivo deste projeto é promover o controle do desmatamento em áreas críticas de antropização da floresta amazônica, por meio de ações de reflorestamento utilizando SAF's, com vistas à conservação da biodiversidade, a redução de CO₂ e a inclusão social.

A meta é de realizar o reflorestamento em mil (1.000) propriedades rurais, com distribuição de um milhão quatrocentos e cinquenta mil mudas (1.450.000) para implantar sistemas agroflorestais, realizar mil (1.000) cadastros ambientais rurais, emitir oitocentos (800) títulos definitivos e capacitar mil (1.000) produtores rurais em SAF's.

São responsáveis pela execução do projeto a SDS na coordenação, Ipaam, Idam e Iteam na execução.

Para viabilizar a aquisição de bens e execução dos serviços foram contratadas, via licitação, empresas para fornecer combustível, insumos agrícolas, imagens de satélite, carros, computadores, produção de mudas, realizações de capacitações, assistência técnica rural e limpeza das áreas para o plantio. Está em fase de contratação os serviços de levantamento socioeconômico, topografia e georreferenciamento para a emissão dos oitocentos (800) títulos fundiários.

Em 2011 foram inscritos no projeto mil (1.000) produtores rurais de diferentes setores produtivos como agricultores familiares e produtores rurais, em assentamento e fora de assentamento, em posses de até 04 módulos fiscais (400 ha), dos quais 350 estão no município de Apuí, 250 no município de Boca do Acre, 250 no município de Lábrea e 150 no município de Novo Aripuanã.

Em 2012 foram realizados cadastros ambientais dos mil (1.000) produtores inscritos no projeto e identificadas as espécies a serem adquiridas para o plantio dos SAF's (castanha, andiroba, cedro rosa, paricá, ipê, cumaru, guaraná, cupuaçu, açaí, banana, café, cacau, jatobá, piquiá, jenipapo, cedrinho e angelim), identificados os modelos de consórcios de SAFs e identificados/quantificados os insumos necessários para o plantio. Também foram realizados serviços de assistência técnica rural através de visitas *in loco* e reuniões, bem como o preparo das áreas para o plantio em 350 propriedades (limpeza, gradagem e destoca).

Em janeiro de 2013 foram implantados quatro viveiros para produção de 1.45 mil mudas, sendo um em Apuí, um em Boca do Acre, um em Lábrea (sede) e um em Nova Califórnia (Sul Lábrea).

Está prevista, até o final de 2013 (termino do projeto), a conclusão de 14 unidades demonstrativas, das quais cinco de SAFs, seis de integração lavoura x pecuária x floresta e três de pastejo rotacionado, a realização de 164 capacitações e oficinas, a limpeza de 750 áreas a serem plantadas, a distribuição de 1.026 toneladas de insumos e a distribuição de 1.450.000 mudas aos mil (1.000) produtores, bem como a regularização fundiária de oitocentos (800) propriedades rurais.



Rio Amapá
© Acervo SDS

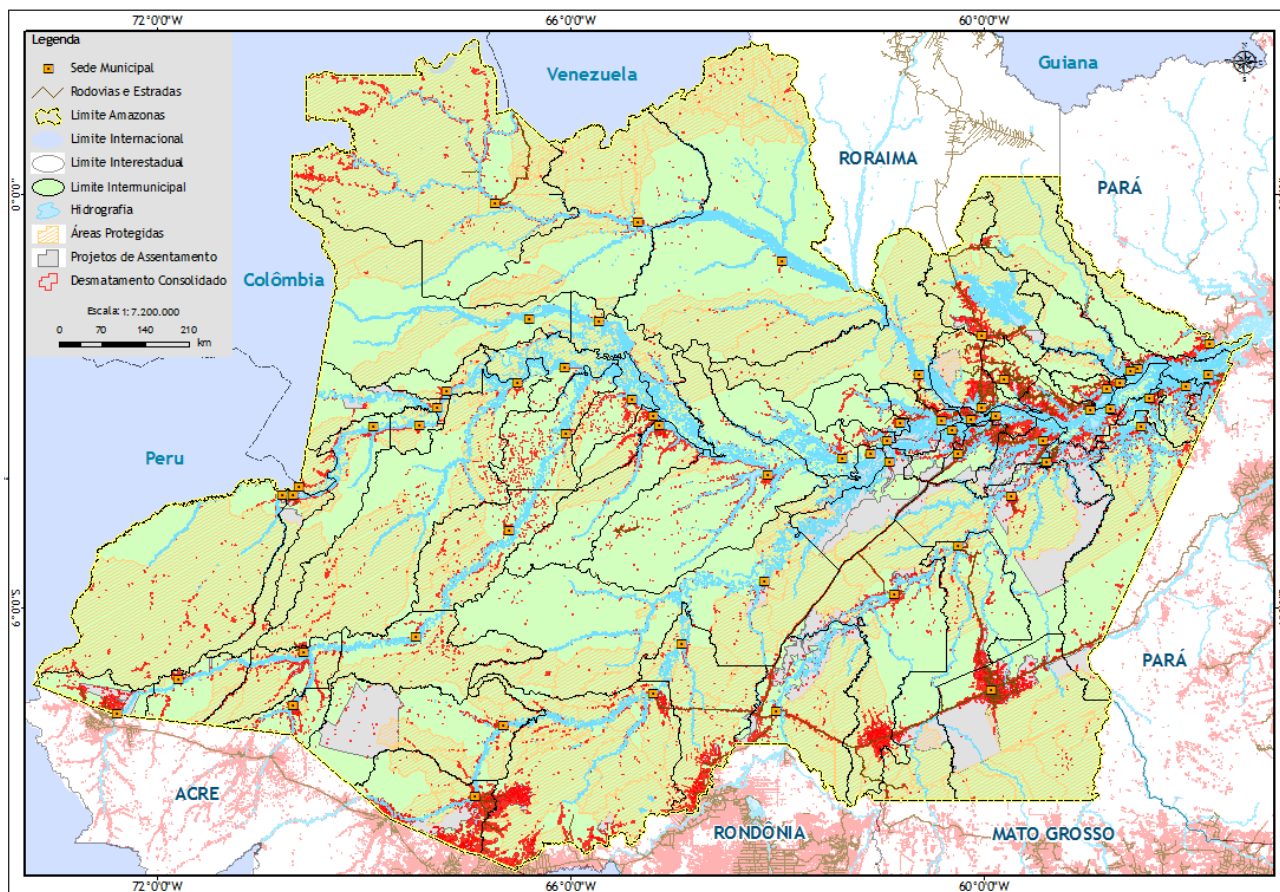


DINÂMICA ATUAL DO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS RURAIS E FLORESTAIS NO AMAZONAS

O Estado do Amazonas apresenta dinâmicas de desmatamento relativamente diferenciadas em duas regiões geopolíticas: Região Metropolitana de Manaus (RMM) e Região Sul. Na RMM, identifica-se o desmatamento para fins especulativos, de pequena produção agropecuária e fornecimento de combustível. Na região Sul do Estado estão presentes as duas formas mais comuns para promover o desmatamento, sendo a extração de madeira e conversão de áreas de floresta em pastagens, o corte e queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar. Pela expressiva disponibilidade de recursos florestais, a atividade madeireira representa outro setor importante no processo de conversão da cobertura florestal no Estado.

Para análise da dinâmica do desmatamento se utilizaram dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) do Inpe, criado em 1987, para monitoramento do desflorestamento na Floresta Amazônica, divulgados anualmente, no período do mês de referência agosto, baseado em parâmetros climatológicos e estação seca para detecção do desmatamento.

PERFIL DO DESMATAMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS E ÁREAS DE FRONTEIRAS



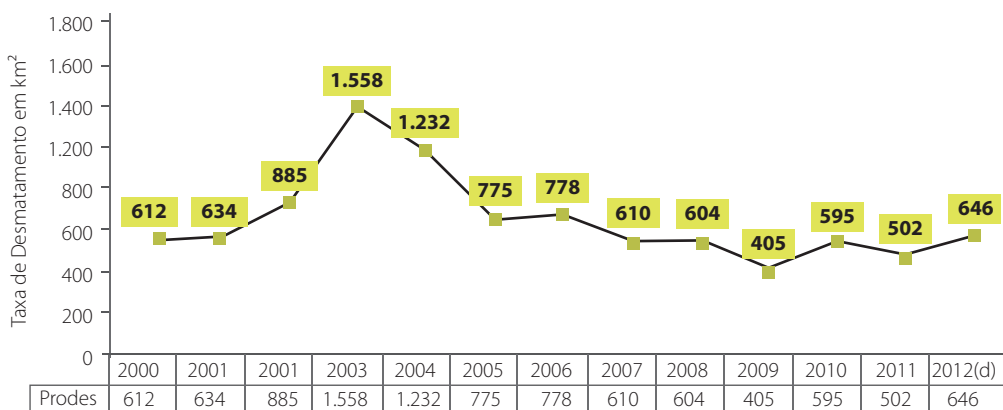
FONTE: PRODES/NPE, 2012

Pelo seu caráter pioneiro e exploratório do recurso, a indústria do setor florestal madeireiro geralmente se antecede aos outros tipos de uso da terra, como a pecuária e a agricultura. Essa configuração evidencia a necessidade de se implantar estratégias diferenciadas para esta área, permeadas nos três eixos estratégicos do PPCD-AM.

As taxas anuais do desmatamento no período de 12 anos, de 2000 a 2012, indicam queda do desmatamento no Estado do Amazonas, considerando como base o pico mais alto de desmatamento no ano de 2003, com 1.558 km².

No entanto, nos últimos cinco anos, de 2008 a 2012, as taxas anuais de desmatamento no Amazonas têm apresentado pequenas oscilações de queda e aumento entre os anos. Neste período de análise, o ano de 2008 registrou maior taxa anual, com 604 km². Em 2009, com um registro de 405 Km², houve uma redução de 33% em relação à taxa do ano anterior. Em 2010, com um total de 595 km², registrou-se aumento de 47% em relação à taxa de 2009. E no ano de 2011, registrou-se 502 Km² de desmatamento, uma redução de 16% em relação à taxa de 2010. Atualmente, a estimativa da taxa anual de desmatamento em 2012, com um total de 646 Km², apontou novamente um aumento de 29% em relação à taxa de 2011.

TAXAS ANUAIS DE DESMATAMENTO (KM²) NO ESTADO DO AMAZONAS (2000 A 2012)

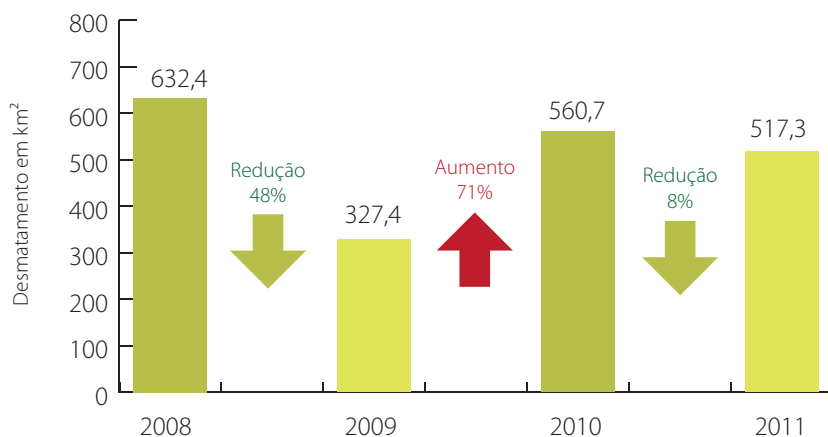


2012 (D) – TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO ESTIMADA

FONTE: PRODES/INPE, 2013

Em relação ao incremento de desmatamento, no período dos últimos quatro anos (2008 a 2011), o pico de registro de maior incremento ocorreu em 2008, com um total de 632,4. No ano de 2009, registrou-se 327,4 km² de incremento, apontando uma redução de 48% em relação ao ano anterior. Em 2010, com um total de 560,7 km² de incremento de desmatamento, tem-se um aumento de 71% em relação ao ano de 2009. E no ano de 2011, registrou-se 517,5 km² de incremento, com uma redução de 8% em relação a 2010.

INCREMENTO DE DESMATAMENTO (KM²) NO ESTADO DO AMAZONAS



FONTE: PRODES/INPE, 2012

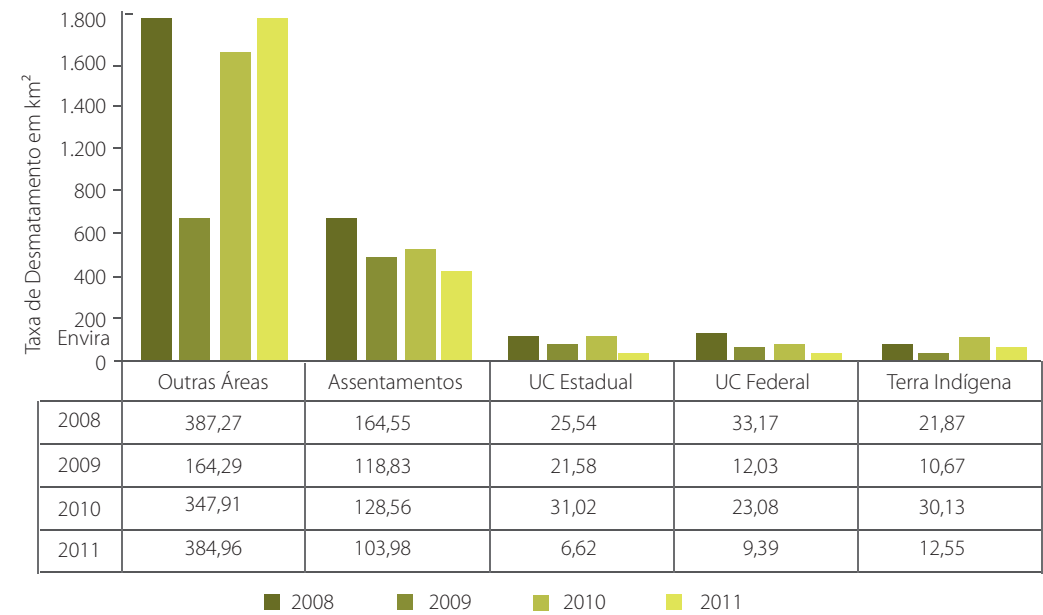
Neste período de análise de quatro anos, tem-se um registro total de 2.037,8 km² de incremento de desmatamento para o Estado do Amazonas. As maiores concentrações de evidências de desmatamento ocorreram nos municípios da região sul do Estado (52%) e RMM (19%).

DINÂMICA ATUAL DO DESMATAMENTO NO AMAZONAS

O modo de ocupação da terra constitui o principal vetor para o aumento dessa concentração, com agrupamentos às margens das rodovias (BR 364, 317, 319, 230 e AM 174) e principais rios que cortam os municípios das regiões citadas. A construção de rodovias e estradas proporcionam facilidades de acesso e conseqüente expansão para novas áreas de floresta.

Referente às subunidades territoriais monitoradas no território do Amazonas, registrou-se maior ocorrência de incremento de desmatamento, no período analisado (2008 a 2011), nos projetos de assentamentos, com 25%, seguido de Unidades de Conservação Estadual, com 4%, Unidades de Conservação Federal, com 3% e Terras Indígenas, com 3%. Em outras áreas do Estado 62% das ocorrências.

INCREMENTO DE DESMATAMENTO NAS SUBUNIDADES TERRITORIAIS DO AMAZONAS



Polígono do Desmatamento
© João Talocchi

FONTE: PRODES/INPE, 2012

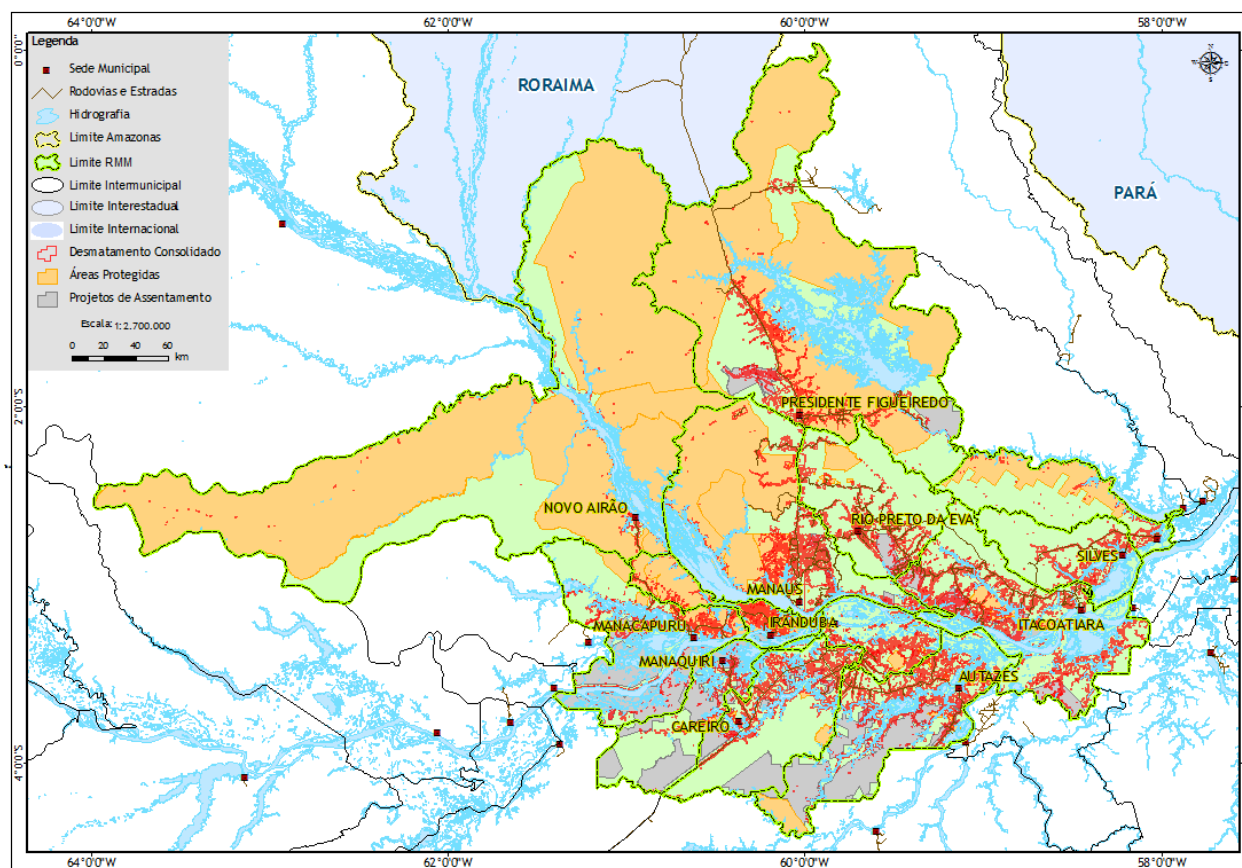


Os projetos de assentamentos foram os que, dentro das subunidades territoriais geridas pelo poder público, apresentaram maior incremento de desmatamento em relação às demais, fato que está relacionado ao modelo de ocupação histórica da região amazônica e na natureza dos assentamentos, baseada na abertura de novas áreas de florestas para o estabelecimento de pastagens, culturas anuais e projetos agroflorestais.

Região Metropolitana de Manaus

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) é constituída por 13 municípios (Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaus, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves) sendo influenciada pelo centro demográfico do Estado, sua capital Manaus.

MAPA DE DESMATAMENTO (ACUMULADO ATÉ 2011) DA RMM



FONTE: PRODES/INPE, 2012

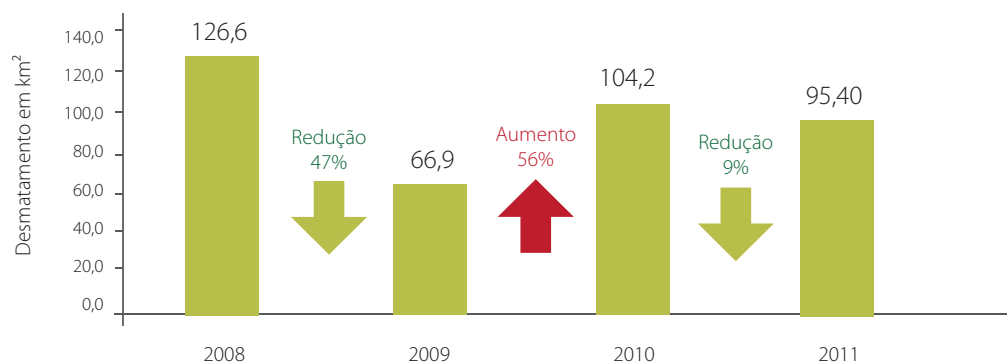
A instalação da ponte sobre o Rio Negro em 2011, conectando Manaus aos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, resultou em um cenário de aumento das pressões antrópicas sobre os recursos naturais e agravamento dos processos de uso alternativo do solo na margem esquerda do rio Solimões e margem direita do rio Negro.

DINÂMICA ATUAL DO DESMATAMENTO NO AMAZONAS

Nesta região evidencia-se um total 392,5 km² de incremento de desmatamento, representando 19% do registro de desmatamento do total do Estado no período analisado.

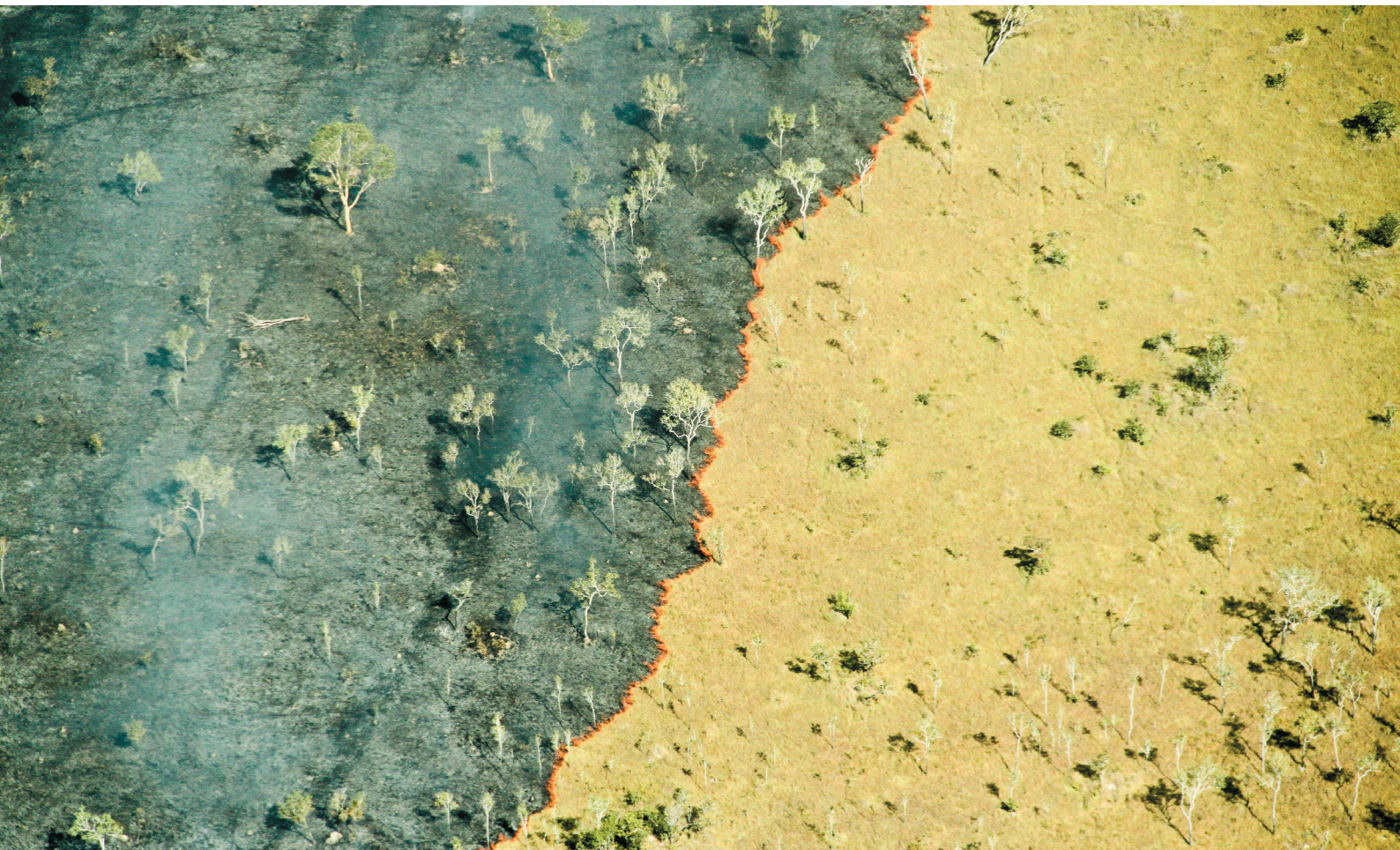
O ano de 2008 apresentou o maior incremento, com 126,6 km². Em 2009 registrou-se um total de 66,9 km² de incremento, apresentando uma redução de 47% em relação ao ano anterior. No ano de 2010, apresentou um total de 104,2 km² de incremento, com aumento de 56% em relação a 2009. Em 2011, tem-se um total de 95,4 km² de incremento, apontando uma redução de 8% em relação a 2010.

INCREMENTO DE DESMATAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS



Queimada em pasto
© João Talocchi

FONTE: PRODES/INPE, 2012



Em relação às subunidades territoriais, destacam-se as que apresentaram maiores registros de incremento de desmatamento no período analisado (2008 a 2011) e que estão inseridas na RMM.

Dentre as subunidades territoriais destacadas, as Unidades de Conservação Estadual, principalmente de categoria de uso sustentável, foram as que registraram maior número de ocorrências de incremento de desmatamento na região, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Caverna do Maroaga e APA da MD do Rio Negro – Setor Paduari/Solimões, que apontam 45,3 km² de incremento de desmatamento, 11% de área desmatada em relação ao total de incremento da RMM, no período analisado.

INCREMENTO DE DESMATAMENTO EM SUBUNIDADES TERRITORIAIS DA RMM

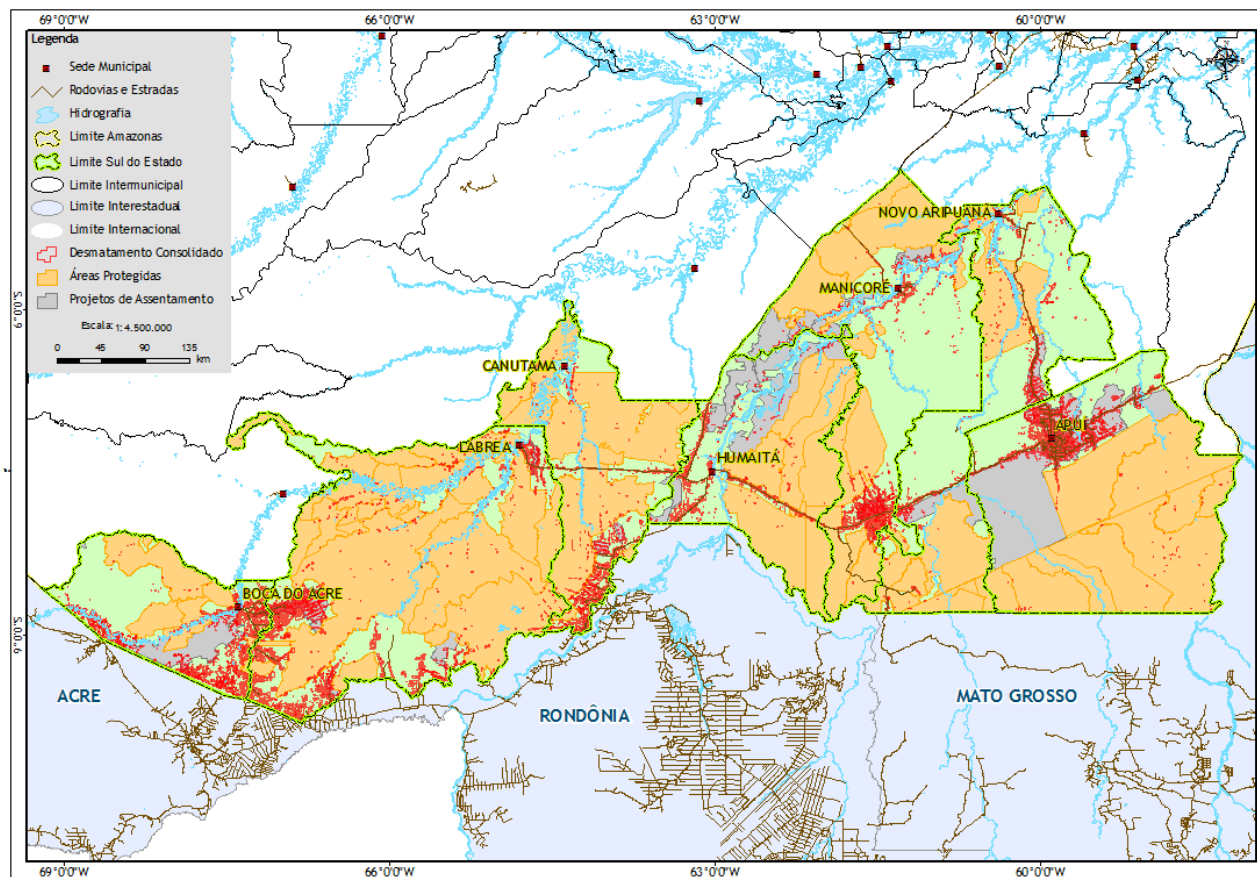
TERRAS INDÍGENAS	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Rio Urubu	Itacoatiara	1,33	0,00	0,17	0,03	1,54
Waimiri-Atroari	Presidente Figueiredo e Novo Airão	0,34	0,52	0,61	0,00	1,47
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FEDERAL	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
PARNA do Jaú	Novo Airão	0,33	0,18	0,79	0,00	1,30
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
APA Caverna do Maroaga	Presidente Figueiredo	13,25	6,69	4,94	0,00	24,89
APA da MD do Rio Negro – Setor Paduari/Solimões	Novo Airão, Manacapuru e Iranduba	2,12	7,86	7,35	2,99	20,32
APA ME do Rio Negro-Setor Tarumã-Açu/Tarumã Mirim	Manaus	0,15	0,83	3,90	0,14	5,03
RDS do Rio Negro	Iranduba e Manacapuru	0,42	2,37	1,32	0,85	4,96
APA da ME do Rio Negro – Setor Aturiá/Apu-auzinho	Novo Airão e Manaus	0,11	1,42	1,45	0,38	3,35
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
PAE Curupira	Itacoatiara	5,87	1,31	3,45	0,49	11,12
PAE Cabaliana II	Manacapuru e Manaquiri	0,69	2,81	1,40	0,14	5,04
PAE Acará	Autazes	3,29	1,14	0,00	0,00	4,43

FONTE: PRODES/INPE, 2012

Região Sul do Estado

Na região sul do Amazonas, formada por 7 (sete) municípios (Apuí, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea e Boca do Acre), registrou-se um total de 1.056,9 Km² de incremento de desmatamento, 52% do total de registro do desmatamento no Estado, no período analisado (Fig. 14).

MAPA DE DESMATAMENTO (ACUMULADO ATÉ 2011) DA REGIÃO SUL DO ESTADO

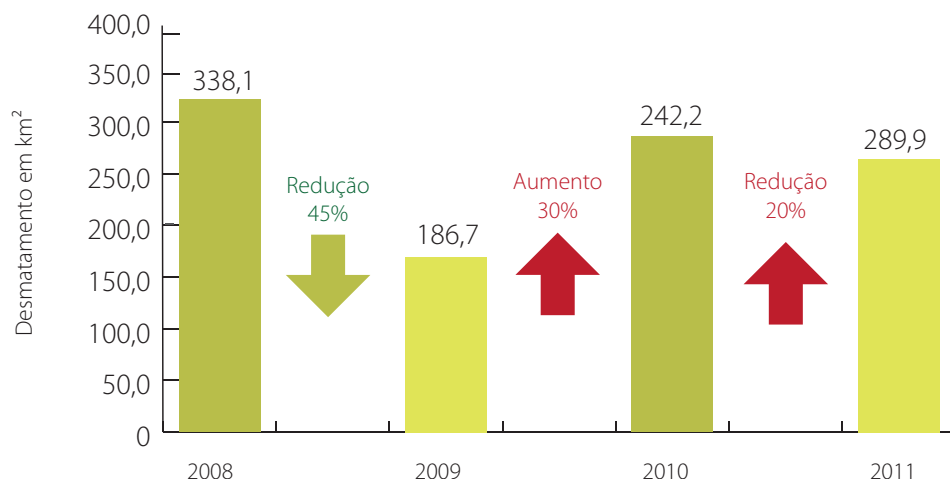


FONTE: PRODES/INPE, 2012

Observa-se, para esse período, que o padrão de incremento do desmatamento nessa região não segue o mesmo comportamento registrado para as demais regiões do Estado, demonstra uma tendência de aumento nos últimos quatro anos (2008 a 2011).

O ano de 2008 registrou 338,1 km² de incremento de desmatamento, seguido de uma queda em 2009, com um total de 186,7 km² de incremento, apontando uma redução de 45% em relação ao ano anterior. Houve tendência de elevação no incremento de desmatamento nos anos subsequentes, com aumento de 30% no ano de 2010, registrando um total de 242,2 km² de incremento. Destaque para o ano de 2011, que apresentou um aumento de 20% em relação a 2010, com um registro de 289,9 Km² de incremento (Fig. 15).

INCREMENTO DE DESMATAMENTO NA REGIÃO SUL DO AMAZONAS



FONTE: PRODES/INPE, 2012

Os dados de incremento de desmatamento demonstram que esta região precisa de uma atenção específica com ações de prevenção e controle do desmatamento, pois apresenta histórico de altos índices de desmatamento. A existência de eixos rodoviários (BR 364 e BR 317), na porção sul desses municípios pode ter contribuído para esse aumento, em que a conversão da cobertura florestal teve como principal objetivo a implantação de pastagens.

Dois desses municípios (Lábrea e Boca do Acre) encontram-se na categoria de prioritários, conforme Decreto 6321/2007, em função de suas altas taxas de desmatamento. Estes municípios estão sendo contemplados em programas do governo estadual, a exemplo do Programa de ZEE e de Projetos de REDD+ no sul do Amazonas.

Em relação às subunidades territoriais desta região destacam-se os projetos de assentamentos com maiores registros de incremento de desmatamento, principalmente PA Rio Juma e PA Monte, que somam 385,8Km² de incremento, 24% do total da região no período analisado.

Queimada no município de Boca do Acre
© João Talocchi



INCREMENTO DE DESMATAMENTO NAS SUBUNIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO SUL DO AMAZONAS

TERRAS INDÍGENAS	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Tenharim Marmelos	Humaitá e Manicoré	0,19	0,14	0,45	4,35	5,12
Pirahã	Humaitá	1,47	0,16	1,32	0,00	2,95
Apurinã Km 124 BR-317	Lábrea	0,09	0,11	0,79	0,62	1,60
Tenharim Marmelos (Gleba B)	Manicoré e Humaitá	0,30	0,27	0,24	0,43	1,23
Jarawara/Jamamadi/Kanamati	Lábrea	0,09	0,12	0,00	1,01	1,22
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAL	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
PARNA Mapinguari	Lábrea e Canutama	11,67	0,70	1,28	3,70	17,35
FLONA Iquiri	Lábrea	5,66	2,82	0,53	3,08	12,09
PARNA Campos Amazônicos	Novo Aripuanã e Manicoré	2,73	0,77	0,10	0,13	3,74
RESEX do Médio Purus	Lábrea	0,61	0,59	1,47	0,47	3,13
RESEX Lago do Capanã Grande	Manicoré	0,07	0,07	2,61	0,00	2,75
RESEX Ituxi	Lábrea	0,19	0,06	0,29	1,21	1,76
FLONA Balata Tufari	Canutama	0,26	0,75	0,34	0,07	1,41
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
PA Rio Juma	Apuí	52,06	50,69	38,29	33,83	174,87
PA Monte	Lábrea e Boca do Acre	18,16	14,17	17,37	27,64	77,34
PA Matupi	Manicoré	9,29	8,24	11,16	16,04	44,73
PA Acari	Novo Aripuanã e Apuí	18,05	8,37	9,69	4,46	40,57
PAE Antimari	Boca do Acre	4,56	3,15	8,42	7,62	23,75
PA Aripuanã-Guariba	Novo Aripuanã e Apuí	12,75	3,62	2,94	2,24	21,55

FONTE: PRODES/INPE, 2012

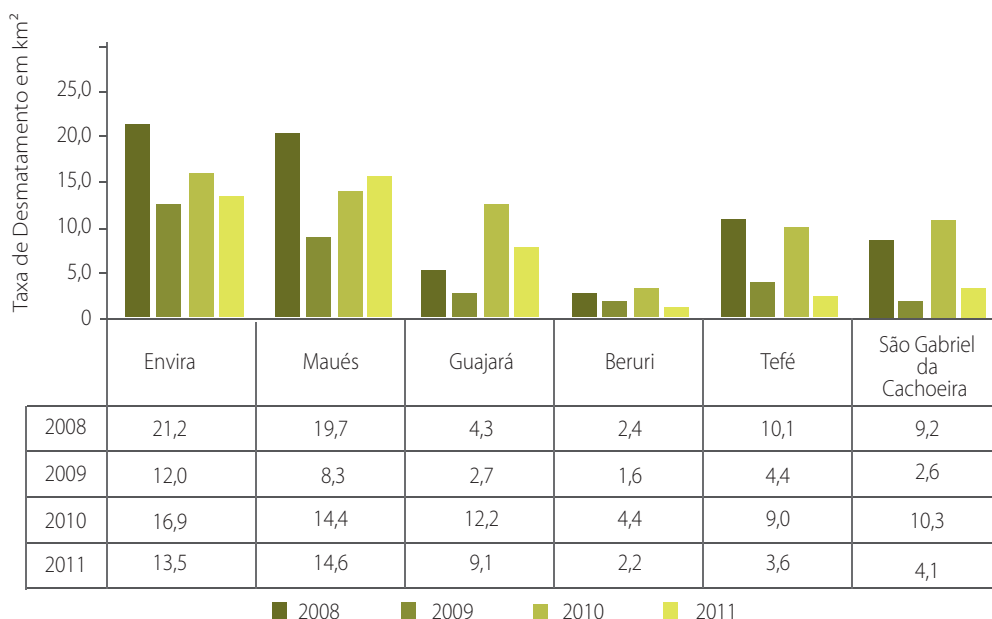
Municípios com tendência ao aumento de desmatamento

Em outras regiões do Estado do Amazonas há alguns municípios que demonstram tendência de aumento de incremento de desmatamento nos últimos quatro anos (2008 a 2011), sendo seis municípios destacados: Borba, Maués, Tefé, Guajará, Envira, São Gabriel da Cachoeira.

Semelhante às evidências registradas na RMM, os municípios destacados apresentam oscilações de aumento entre os anos, do período analisado.

Em 2008 registrou-se maior pico de incremento de desmatamento em Envira, com 21,2 km². Em 2009, ano de redução em todos os seis municípios destacados, com menor registro em Beruri, com 1,6 km². Em 2010, houve aumento de incremento de desmatamento, com maior registro no município de Envira, com 16,9 km² e em 2011, novamente redução de incremento de desmatamento nos municípios destacados, menos no município de Maués, que registrou aumento, com 14,6 km².

INCREMENTO DE DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DESTACADOS



FONTE: PRODES/INPE, 2012

A maioria desses municípios não possui rodovias capazes de se tornar vetores centrais de desmatamento. As ocorrências de desmatamento se concentram em áreas próximas aos cursos d'água (rios, igarapés e lagos) principais. Em relação às subunidades territoriais localizadas nesses municípios, evidenciam-se com maior incremento de desmatamento as Unidades de Conservação Federal (Flona Tefé) e Terras Indígenas (Terra Indígena Alto Rio Negro).

INCREMENTO DE DESMATAMENTO NAS SUBUNIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO NORTE, SUDESTE E CENTRO AMAZONENSE

TERRAS INDÍGENAS	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Alto Rio Negro	São Gabriel da Cachoeira	2,48	2,15	5,44	0,00	10,07
Andirá-Marau	Maués e Barreirinha	2,01	1,01	2,15	1,68	6,84
Médio Rio Negro I	São Gabriel da Cachoeira	1,21	0,21	3,08	0,00	4,50
Coata-Laranjal	Borba	1,47	0,16	1,32	0,00	2,95

DINÂMICA ATUAL DO DESMATAMENTO NO AMAZONAS

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAL	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
FLONA Tefé	Tefé	5,88	2,85	6,40	0,00	15,13
FLONA de Pau – Rosa	Maués	0,53	0,17	0,52	0,00	1,22

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
APA Guajuma	Nhamundá	0,26	0,48	2,04	1,01	3,78
FLOREST de Maués	Maués	0,59	0,50	0,66	0,00	1,75
RDS Piagaçu – Purus	Beruri	0,30	0,00	0,74	0,00	1,04

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Projetos de Assentamentos	Municípios	2008	2009	2010	2011	Total
PAE Purus	Beruri	4,56	1,46	3,03	0,00	9,05
PAE Vila Amazônia	Parintins	2,16	3,24	1,17	0,00	6,57

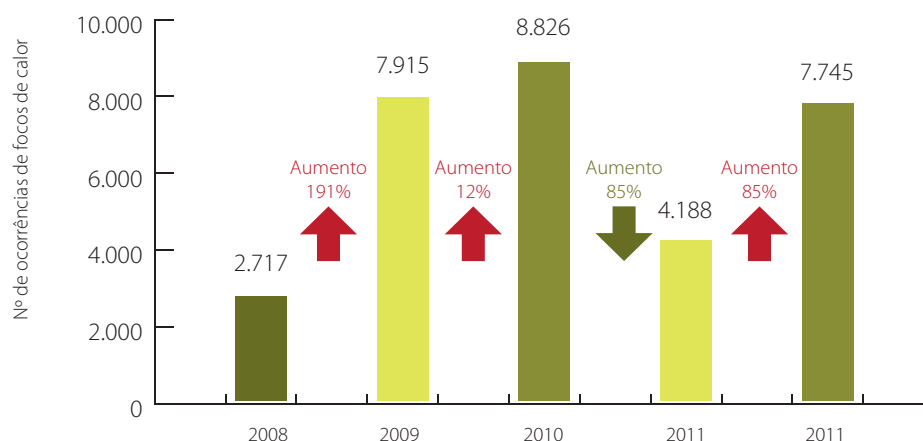
FONTE: PRODES/INPE, 2012

Análise do perfil de incidência de focos de calor

No Estado do Amazonas, do período analisado de 2008 a 2012, de acordo com o banco de dados do Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco), do Inpe, destaca-se o ano de 2010 com maior número de incidência de focos de calor, com um total de 8.826 focos.

No período analisado de cinco anos (2008 a 2012), houve somente uma redução de 53% no ano de 2011 em relação a 2010. O ano de 2009 foi o que apresentou a segunda maior incidência com 7.915 focos de calor. Em 2012, com um registro de 7.745 focos de calor tem-se um aumento de 85% em relação ao ano anterior.

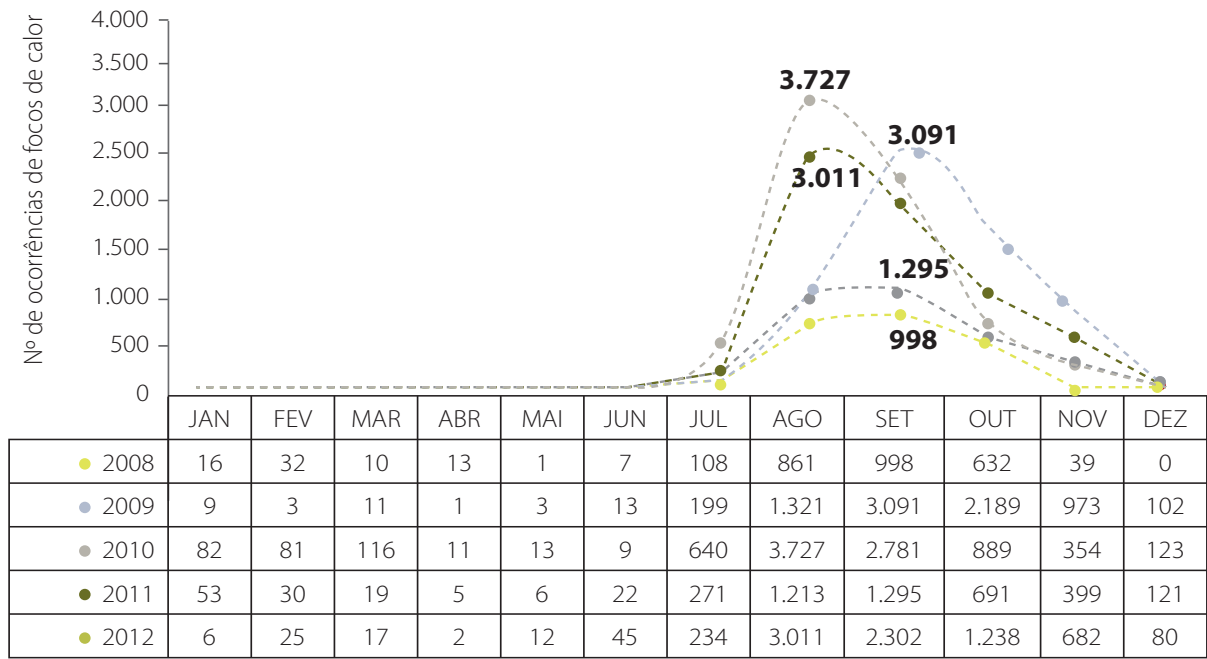
OCORRÊNCIAS DE FOCOS DE CALOR NO ESTADO DO AMAZONAS



FONTE: PROARCO/INPE, 2012

A comparação dos cinco anos monitorados demonstra uma variabilidade em relação à distribuição da incidência dos focos de calor ao longo dos meses, notam-se picos altos de ocorrências no mês de setembro, com exceção dos anos de 2010 e 2012 que tiveram maior valor no mês de agosto.

VARIABILIDADE DE FOCOS DE CALOR AO LONGO DOS MESES NO ESTADO DO AMAZONAS



FONTE: PROARCO/INPE, 2012

Verifica-se que as maiores concentrações de incidências de focos de calor ocorrem em duas regiões do território do Estado: RMM, que representa 14% dos eventos e na região Sul do Estado, representando 50% dos eventos, de um total de 31.391 focos de calor acumulados nos cinco anos analisados.

A ocorrência de focos de calor em outros municípios, pertencentes às outras regiões do Estado apresenta um histórico de baixo índice de registros de focos. Isto em parte se explica pela configuração geográfica desses municípios, associado à dinâmica de uso do solo, que se diferencia em sua forma e intensidade, dos municípios das demais regiões avaliadas. Nos municípios selecionados ao todo correspondem cerca de 10% para o total do período analisado.

Por outro lado, este pode ser um indicativo de áreas com tendência ao aumento de queimadas, quando correlacionadas ao desmatamento, sinalizando novas áreas desmatadas, com o uso da prática de limpeza de terreno que é utilizada constantemente na região Amazônica.

Em relação às incidências de focos de calor nas subunidades territoriais, entre 2008 e 2012, do total acumulado de 31.391 focos de calor no Estado do Amazonas, 17% dos registros ocorridos nos projetos de assentamentos, 6% nas Terras Indígenas, 5% nas Unidades de Conservação Estadual e 4% nas Unidades de Conservação Federal.

OCORRÊNCIAS DE FOCOS DE CALOR NAS SUBUNIDADES TERRITORIAIS DO AMAZONAS, PERÍODO DE 2008 A 2012

Nº DE OCORRÊNCIAS DE FOCOS DE CALOR NO PERÍODO DE 2008 A 2012 - SUBUNIDADES TERRITORIAIS - AMAZONAS		
Subunidades Territoriais	Focos de Calor Acumulado	% em relação ao total acumulado do Estado
Projetos de Assentamentos	5.370	17
Terras Indígenas	2.000	6
UC Estadual	1.619	5
UC Federal	1.180	4
Outras Áreas	21.222	68
Total acumulado do Estado	31.391	100

FONTE: PROARCO/INPE, 2012

CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE DA DINÂMICA DE DESMATAMENTO E FOCOS DE CALOR NO AMAZONAS

Os resultados apresentados revelam que a dinâmica de desmatamento no Amazonas se mostra diferenciada por regiões, por subunidade territorial e por atividades de uso e ocupação do solo.

Na RMM, as Unidades de Conservação Estadual de Uso Sustentável, especialmente as APAs, apresentaram maior incremento de desmatamento nessa região (13%). Apenas a APA Caverna do Maroaga possui conselho gestor e está com seu Plano de Gestão sob consulta de aprovação. Portanto, recomenda-se que sejam elaborados os Planos de Gestão dessas áreas, a fim de diminuir sua vulnerabilidade perante a pressão de desmatamento das atividades desenvolvidas nestas áreas protegidas sob regime especial.

Na Região Sul do Estado os projetos de assentamentos foram os principais responsáveis pelo aumento do desmatamento, tendo como vetores preponderantes atividades como a pecuária extensiva e a extração ilegal de madeira, diretamente associados.

Em relação às outras áreas destacadas com tendência a aumento de incremento, observou-se nessas áreas o aumento do desmatamento em Terras Indígenas, como ocorre no município de São Gabriel da Cachoeira. No entanto, deve-se considerar a dinâmica do desmatamento, que possui racionalidades diversas e são vinculadas às especificidades locais.



Ribeirinho
© Chico Batata/Agcom

Pôr do sol
© Chico Batata/Agecom



ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPCD-AM 2012-2015

ESCOPO DO PLANO

O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas apresenta ações estratégicas baseadas em três eixos temáticos – ordenamento territorial, controle ambiental e fomento às atividades produtivas sustentáveis. Cada eixo possui um conjunto de macroações que se subdividem em atividades. Procurou-se estabelecer foco claro com vistas ao alcance do seu objetivo e de meta geral mensurável de redução de desmatamento. Por isso se propôs a priorização de áreas críticas. Não somente as regiões críticas merecerão atenção do Estado, uma vez que o que se está propondo neste Plano são ações adicionais e complementares às políticas e ações já em curso em todo Amazonas. No âmbito do PPCD-AM será desenvolvida uma estratégia diferenciada voltada para a região crítica apontada aqui como prioritária, sendo que nas demais regiões o Estado manterá a política apresentada até aqui implementada conforme apresentado no início deste documento.

Este plano representa dois desafios adicionais às políticas: seja no aspecto da presença do Estado em regiões de fronteira dinâmica agropecuária e florestal e à captação de recursos adicionais e complementares ao orçamento ordinário para a prevenção e o controle dos desmatamentos no Estado.

O PPCD-AM não deve ocupar o espaço do Plano de Desenvolvimento do Estado, portanto, tem focos territorial, temático e temporal restritos, em função dos objetivos e metas estrategicamente propostos.



Primata
© Chico Batata/Agecom

As atividades apresentadas contemplam áreas interdependentes e complementares: ações estruturadoras na gestão ambiental por um lado – o apoio ao ordenamento territorial e à regularização fundiária em áreas prioritárias, e apoio a implementação da política estadual de valorização dos recursos naturais e serviços ambientais e de desenvolvimento rural sustentável, por outro lado.

As ações previstas no Plano terão a dupla função de inibir o uso indiscriminado e predatório dos recursos naturais em sua área de abrangência e também, fundamentalmente, contribuir para a regularização e o incentivo de atividades econômicas estratégicas nas regiões de abrangência.

Portanto, os componentes social e econômico são fundamentais para a legitimação e consolidação da estratégia prevista neste Plano ao lado do aprimoramento da governança. O enfoque do Plano concentra-se em investimentos estratégicos para estruturar e ampliar a presença dos órgãos estaduais de controle ambiental e regularização fundiária nas áreas focais especificadas, buscando as condições físicas, humanas e gerenciais necessárias para o seu bom desempenho.

OBJETIVO DO PPCD-AM

Fortalecer a governança ambiental no Estado do Amazonas, controlar o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase nas áreas críticas de desmatamento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implementar ações integradas visando aumentar a efetividade e a eficiência da gestão ambiental e territorial em áreas sob intensa pressão pelo uso dos recursos naturais, a partir de três eixos finalísticos estratégicos: ordenamento territorial, controle ambiental e fomento às atividades produtivas sustentáveis;
- Monitorar, periódica e sistematicamente, os estoques de carbono florestal do Estado do Amazonas;
- Promover Pactos entre o poder público estadual, os gestores públicos municipais e as lideranças políticas e sociais nos municípios críticos visando o desenvolvimento rural sustentável por meio da adesão à estratégia do PPCD-AM, do estabelecimento de metas locais de controle e redução de desmatamento ilegal e do fortalecimento das estruturas de governança ambiental dos municípios, como os órgãos e conselho municipais de meio ambiente.
- Estabelecer metas de redução do desflorestamento no Estado do Amazonas.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PLANO

O Plano Estadual de Prevenção e Combate do Desmatamento no Amazonas deve ser implementado seguindo as seguintes diretrizes estratégicas:

- Articulação com os municípios prioritários visando a elaboração de pactos municipais para o desenvolvimento rural sustentável, mediante o estabelecimento de compromissos recíprocos e a participação ativa dos representantes locais do poder público, setor privado e da sociedade civil organizada;
- Compartilhamento dos investimentos entre o Governo do Estado, por meio do investimento de recursos do orçamento ordinário, e fontes externas de financiamento, como o Fundo Amazônia e outras fontes nacionais e internacionais, públicas ou privadas para a implantação de ações estratégicas considerando o caráter de adicionalidade das ações previstas neste Plano em relação à política em curso em todo território do estado;
- Articulação com o Governo Federal e os Governos Municipais para execução de ações integradas para o controle do desmatamento nos municípios críticos;

Viveiro de mudas em Apuí
© Acervo SDS





Piaçava
© Lilia Martins

- Mobilização da sociedade civil amazonense para participar ativamente do processo de execução e análise do Plano, por meio do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. O fortalecimento institucional é a base para que as ações aqui previstas se viabilizem. Sabe-se que sem investimentos adicionais tanto por fontes orçamentárias ordinárias como por captação extra de recursos os órgãos executores não terão condição de intensificar os esforços nas áreas focos do Plano sem comprometer o atendimento das demais regiões do Estado. O cumprimento da estratégia aqui prevista não deve se dar mediante o comprometimento ao atendimento básico das demandas das demais regiões do Estado. Por isso o PPCD-AM prevê esforços adicionais à política em curso.

O Plano prevê ações estruturantes importantes como o zoneamento ecológico-econômico, a regularização fundiária, a regularização ambiental de imóveis rurais e, portanto, medidas normativas deverão ser revistas para adequar o marco regulatório atual à nova estratégia.

Por exemplo, a implementação da Lei Federal Complementar 140/2011, que transfere aos Estados e Municípios competências antes executadas por instituições federais, demandará esforços para a harmonização ou criação de políticas públicas, e o desenvolvimento de novas capacidades institucionais pelos entes estaduais e municipais. Da mesma forma, a implementação do Novo Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural em toda sua amplitude, demandarão esforços conjuntos para o desenvolvimento e realização de estratégias que articulem ações em andamento por parte da união, estados e municípios com atividades desenhadas especificamente para estes fins, gerando sinergias que maximizem os esforços e gerem benefícios múltiplos à gestão ambiental e à população do Estado do Amazonas.

Outro aspecto que demanda medidas legislativas inovadoras é a aprovação e regulamentação da política de pagamento por serviços ambientais, que carece de um marco regulatório próprio e adequado.

Ciência e Tecnologia devem ser os pilares para o aprimoramento contínuo no médio e longo prazos das diversas ações aqui previstas, que vão desde monitoramento da dinâmica do desmatamento, do clima, queimadas e níveis dos rios, passando pelo desenvolvimento de processos e produtos da floresta, desenvolvimento biotecnológico, aprimoramento permanente da produtividade agropecuária e florestal, desenvolvimento de pesquisas em manejo florestal desenvolvimento de inventários de emissões de gases do efeito estufa, e reflorestamento com rendimento econômico dentre outros estudos e pesquisas que auxiliem o poder público na elaboração e implementação de políticas eficientes e sinérgicas.

Será preciso também um investimento em capacitação dos técnicos dos órgãos executores, não somente em torno desta estratégia conjunta que é o PPCD-AM, mas principalmente em função das novas técnicas de produção, novos processos legislativos e procedimentos administrativos e da adoção de novas tecnologias e sistemas que permitam aumentar a capilaridade e a qualidade da presença do órgão no chão e de dar maior eficiência nas ações em articulação com os municípios e a sociedade local.

FOCO TERRITORIAL

O Estado do Amazonas possui aproximadamente 1,35 milhões de km² de floresta. Isso representa mais de 40% das florestas existentes em toda Amazônia Legal Brasileira. Somente esses dois dados demonstram o desafio que é o desenvolvimento de ações em escala que controlem o curso predatório do desenvolvimento e estimulem atividades econômicas sustentáveis e regulares em todo estado.

Como já foi apresentado anteriormente, o diagnóstico dos desmatamentos no Estado feito para subsidiar o desenho estratégico do PPCD-AM indicou que somente sete dos municípios da fronteira sul do Amazonas foram responsáveis por 52% do incremento do desmatamento e 50% dos focos de calor ocorridos no Estado do Amazonas entre 2008 e 2011. Estes municípios constituem o primeiro eixo prioritário para as ações do PPCD – AM, a região Sul do Estado. São eles: Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Manicoré, Apuí e Novo Aripuanã.

APA Caverna do Maroaga
Presidente Figueiredo
© João Talocchi



A perspectiva de pavimentação da Rodovia BR 319 no curto prazo, com o consequente aumento da pressão pelo uso do solo no seu raio de influência, com a valorização da terra na região e a facilitação de acesso e escoamento de produção, apontam para a necessidade de ações estratégicas preventivas focadas na sua área de influência direta e indireta. O eixo da BR 319 deve estar entre as prioridades territoriais para ações preventivas e de controle. Esta estratégia irá envolver duas das áreas prioritárias do Estado, conectando a já mencionada região sul à RMM, localizada na extremidade norte desta rodovia.

Conforme demonstrado anteriormente, esta região contribuiu para 19% do incremento do desmatamento e 14% dos focos de calor ocorridos no Estado entre 2008 e 2011 e, portanto, constitui segundo eixo prioritário para ações do PPCD-AM, a RMM. São eles: Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaus, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves.

Outros municípios do Estado também são apontados como pólos de pressão e também deverão receber atenção do PPCD-AM, com foco principal na prevenção do desmatamento visando a contenção do aparecimento de novas frentes de expansão descentralizadas. São eles os municípios de Borba, Maués, Tefé, Guajará, Envira e São Gabriel da Cachoeira.

Serão também priorizadas as Unidades de Conservação do Estado por se tratarem de territórios especialmente protegidos e onde a presença permanente do Estado não apenas é desejável, como é obrigatória por Lei.

ARRANJO INSTITUCIONAL

O PPCD-AM não é um produto pronto, acabado e perecível. É fruto de um processo permanente que busca interferir de forma dinâmica nos vetores principais dos desmatamentos ilegais em regiões críticas. Embora tenha foco territorial preciso, eixos estratégicos e macroações muito bem definidos, o Plano deve ser adaptado às alterações dinâmicas do uso do solo a partir de processos de monitoramento e avaliação periódicos, com a participação direta da sociedade civil.





Castanha
© Acervo SDS

O plano é do Estado do Amazonas e de sua sociedade e não de um governo, pois, inclusive, estabelece metas que se estenderão além deste governo. Sua institucionalização se dará por intermédio da constituição de mecanismo de governança que estabeleça e consolide um elo de ligação e comunicação permanente entre os órgãos executivos do plano e as instituições técnicas, científicas e políticas da sociedade civil.

O Plano será coordenado pela SDS, porém gerenciado por duas estruturas de gestão que serão estabelecidas a partir da sua institucionalização, o Comitê Executivo Institucional e o Grupo de Trabalho Executivo Institucional de acompanhamento das Ações do PPCD-AM, com composição e funções complementares.

O Comitê Executivo será composto por representantes de onze instituições governamentais e um membro da sociedade civil, designado pelo Famc, e terá como competência o acompanhamento e monitoramento semestral, por parte dos tomadores de decisão, das atividades do Plano.

O Grupo de Trabalho Executivo será composto por instituições do governo, organizações não-governamentais, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa e setor empresarial ligados à temática do desflorestamento no Estado, a partir de convite da SDS, após discussão de análise pelo Famc. Este grupo terá como função a avaliação e monitoramento do plano de maneira contínua e será a instância responsável pela coleta de dados referentes às atividades.

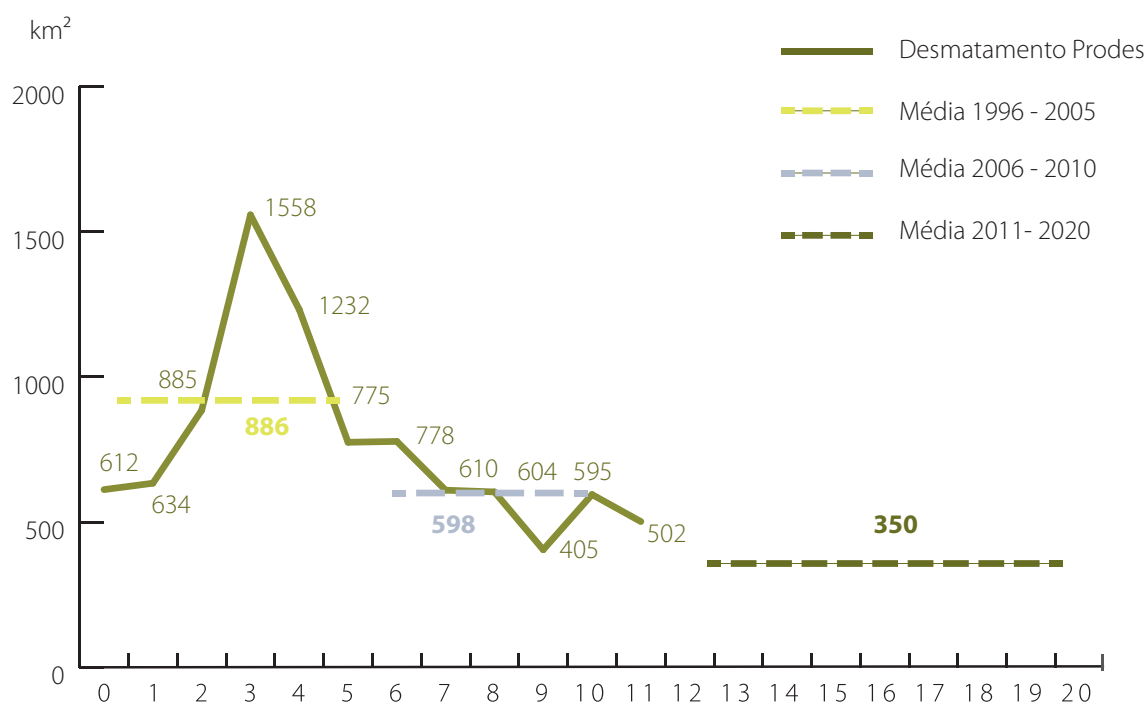
Para que estas instituições possam produzir resultados concretos, será criada uma estratégia de monitoramento que incluirá o estabelecimento de indicadores e o desenvolvimento de uma plataforma online que permita o acompanhamento dinâmico e transparente da implementação das atividades. A participação da sociedade civil será fundamental para a criação de indicadores e processos de acompanhamento e monitoramento que permitam a aferição de resultados quantitativos e qualitativos e orientem adaptações contínuas e as futuras versões do plano.

O desenvolvimento da metodologia de monitoramento, indicadores e plataforma *on line* serão desenvolvidos em parceria com as instituições executoras, o grupo de trabalho executivo, entidades da sociedade civil e agências de cooperação internacional.

META DE REDUÇÃO DO DESMATAMENTO NO AMAZONAS

O Estado do Amazonas continua a reconhecer a importância estratégica de todos os estados assumirem as suas responsabilidades “comuns”, porém “diferenciadas” e continuará a manter uma meta de redução dos desmatamentos integrada à meta do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, conforme estabelecido na primeira versão deste plano. Como pressupostos para a adoção da meta, o Amazonas considera que no estado ainda estão em pé quase 98% da sua floresta, mais de 50% dela sob a forma de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), que a taxa média de desmatamento do Amazonas é mais de seis vezes inferior à taxa média de desmatamento de toda Amazônia e que o estado do Amazonas foi responsável por somente 4,8% de todo desmatamento ocorrido no território amazônico até 2011.

O trabalho realizado pelo Estado do Amazonas nos últimos anos resultou em uma redução de 31,1% da média do desmatamento, que passou dos 868 Km² aferidos entre os anos de 1996 e 2005, para 598 km² entre os anos de 2006 e 2010. Esses resultados significaram a conservação de 135.000 hectares de florestas e uma redução de emissões de 65.320.020 tCO₂ (utilizando a média de 483,8 tCO₂ por hectare, referência do Fundo Amazônia).



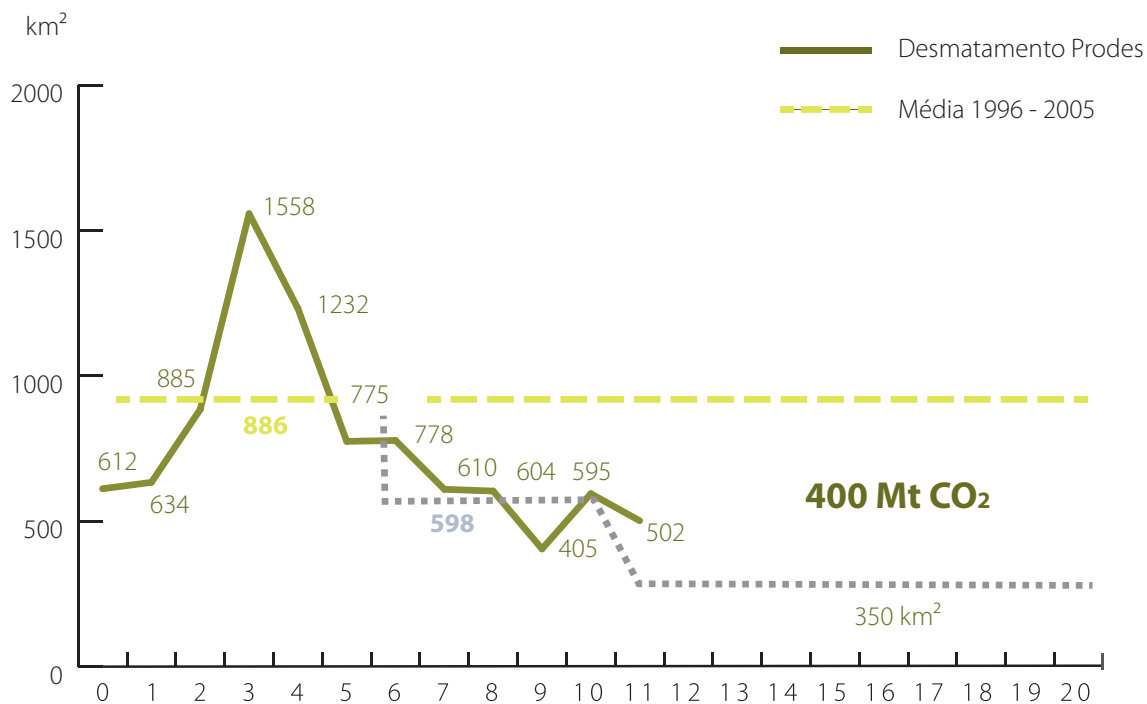
MÉDIAS E META DE DESMATAMENTO NO AMAZONAS

FONTE: PRODES, SDS, 2012

Partindo dessas premissas o Estado do Amazonas continuará a se orientar pela meta voluntária de manutenção da média das taxas anuais de desmatamento em, no máximo, 350 km², entre o período de 2011 a 2020. Essa meta corresponderá a um desmatamento total, até 2020, de no máximo, 0,3% de toda floresta existente no Estado em 2011, e 0,1% de toda floresta Amazônica existente no Brasil nesse mesmo ano.

Com o cumprimento da meta proposta no PPCD-AM, o Estado do Amazonas chegará em 2020 tendo reduzido suas emissões por desmatamento, entre 2006 e 2020, em cerca de 400 milhões de tCO₂, e terá conservado em pé mais de 1,33 milhões de km² de florestas. Esse estoque florestal representará mais de 40% de toda Floresta Amazônica remanescente e um estoque de carbono superior a 60 GtCO₂. Esse volume de estoque de gás carbônico que será mantido no Estado do Amazonas com o cumprimento da meta, corresponde a tudo o que o Brasil emitiria por desmatamento na Amazônia se a taxa média verificada entre 2004 e 2008 se repetisse por mais 80 anos ininterruptos.

É muito importante reafirmarmos que a meta estratégica aqui proposta é um compromisso que deve também ser acordado com o governo federal, de forma que caberá às duas esferas o desafio de articular esforços comuns no sentido de viabilizar a captação dos recursos financeiros necessários à implementação deste Plano que, como já foi ressaltado anteriormente, contém ações adicionais e complementares às políticas e programas em curso no Estado.



EMISSIONES EVITADAS POR REDUÇÃO DO DESMATAMENTO NO AMAZONAS

FONTE: SDS/CECLIMA, 2012



Gruta do Maroaga
Presidente Figueiredo
© João Talocchi

METAS GERAIS PARA OS TRÊS ANOS DE EXECUÇÃO DO PLANO

Eixo I – Ordenamento territorial

- Criação de banco de informações ambientais e fundiárias integradas dos municípios foco do PPCD-AM;
- 10 glebas do Estado do Amazonas arrecadadas e matriculadas;
- 9 glebas do Estado do Amazonas georreferenciadas;
- 4.000 documentos fundiários reconstituídos;
- 11.150 documentos fundiários expedidos;
- CDRUs coletivas e 200 CDRUs individuais emitidas em UCs Estaduais;
- ZEE da sub-região do Madeira elaborado na escala 1:250.000;
- 10 Planos de Gestão elaborados de Ucs Estaduais;
- 07 Conselhos Gestores de UCs Estaduais estabelecidos;
- 02 Planos de Gestão de TIs elaborados;
- 5.000 cartilhas sobre a Lei de Terras do Amazonas publicadas e distribuídas;
- Mapa de vulnerabilidade e erosão do solo elaborado;
- 250 indígenas capacitados em associativismo, cooperativismo e empreendedorismo.

Eixo II – Controle ambiental

- 50.000 imóveis rurais com adesão ao CAR;
- 03 municípios com competência para licenciar, monitorar e fiscalizar atividades de impacto local;
- 180 Agentes Ambientais Voluntários capacitados;
- 04 Planos Municipais de Prevenção e Controle do Desmatamento elaborados;
- Sistema Único de Informação Ambiental de base de dados ambientais e fundiários desenvolvido e em operação, conectado aos sistemas federais via webmail;
- Acordos interestaduais estabelecidos para controle do desmatamento e queimadas nas áreas de divisa;
- Técnicos capacitados em elaboração de planos de manejo, afim das agilidade aos processos de licenciamento;
- Mecanismos de comunicação acerca de licenciamento de atividades florestais implementados e eficientes;
- 2.220 brigadistas de combate a incêndios florestais formados e equipados;
- Escritórios locais estabelecidos para prevenção e preparação à emergências de incêndios florestais no sul do Amazonas;
- 75 bombeiros capacitados sobre prevenção e combate aos incêndios florestais;
- Pacto pelo Desenvolvimento Rural Sustentável assinado com 4 municípios do sul do Amazonas;
- 30 técnicos capacitados para análise e emissão de pareceres no âmbito do CAR;
- 20 municípios capacitados visando seu fortalecimento institucional;
- 120 fiscais capacitados em atividades de licenciamento e fiscalização ambiental.

Biodiversidade
APA Caverna do Maroaga
© João Talocchi





Lago no Rio Negro
© João Talocchi

4.7.3 EIXO III – ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

- 73 técnicos contratados para ATER;
- 32 técnicos extensionistas capacitados;
- 44 Unidades Demonstrativas implantadas;
- 27 Propriedades Modelo implantadas;
- 3.200 agricultores familiares capacitados;
- 227 Planos de manejo florestal de pequena escala elaborados;
- 120 cursos de técnicas de manejo florestal na RMM e sul do Amazonas realizados;
- 1 agroindústria de doces implantada;
- 14 municípios com casas de farinha equipadas;
- 2.000 produtores de 40 comunidades integrados aos Programas de Compras Públicas Institucionais;

- Atividades de produção sustentável para a agricultura familiar expandidas para os povos indígenas;
- Comunidades indígenas do Baixo Amazonas, Médio Solimões e Purus com maior acesso à atividades de pesca manejada e aquicultura;
- Duplicação do rebanho do Amazonas sem aumento da área de pastagem;
- 30 extensionistas capacitados em pecuária sustentável;
- 6.000 kits de sanfria distribuídos;
- 500 agricultores capacitados em boas práticas de produtos não madeireiros (castanha-da-amazônia e borracha);
- Cadeia produtiva da castanha-da-amazônia fortalecida através de apoio técnico capacitado em ATER;
- Programa Fique Legal – Fase II divulgado em 15 municípios;
- Infraestrutura estabelecida e ATER realizada para 12.000 produtores por meio de 40 técnicos de pesca e aquicultura;
- 10 Unidades Demonstrativas de viveiros escavados em áreas degradadas implantadas;
- 1.500 assessorias em ATER sobre legislação ambiental e pesqueira realizadas;
- 450 pescadores com capacitados sobre legislação ambiental e pesqueira e beneficiamento do pescado;
- Política de Serviços Ambientais e do Sistema de Gestão de Serviços Ambientais estabelecida e com Subprogramas de REDD+ e de incentivo à regularização ambiental regulamentados;
- Linha de base do desmatamento do Amazonas estabelecida;
- Fundo Estadual de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais estabelecido;
- Salvaguardas Socioambientais e indicadores de monitoramento estabelecidos e incorporados à regulamentação de serviços ambientais;
- Banco de iniciativas de serviços ambientais desenvolvido;
- Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) emitadas;
- Metodologia de valoração dos serviços ambientais das Unidades de Conservação Estaduais estabelecida;
- Sistema de registro para transação/compensação de unidades de serviços ambientais ou créditos de serviços ambientais resultantes de ativos vinculados criado e operacional.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

A seguir estão demonstradas as ações estratégicas que deverão ser implementadas para que os objetivos e metas acima descritos possam ser obtidos. É importante ressaltar que, apesar de muitas das ações elencadas serem realizadas dentro e fora dos municípios prioritários do PPCD-AM, para garantir o foco e permitir o monitoramento da implementação e efetividade do plano, as tabelas abaixo apresentam somente a parcela das atividades que serão realizadas nos municípios prioritários.

EIXO ESTRATÉGICO I: ORDENAMENTO TERRITORIAL

DETALHE DAS ATIVIDADES DO EIXO I – ORDENAMENTO TERRITORIAL

EIXO ESTRATÉGICO I – ORDENAMENTO TERRITORIAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
MACROAÇÃO 1: DIVULGAR A LEI DE TERRAS DO ESTADO DO AMAZONAS					
1.1	Promover a divulgação das Leis de Terras do Estado do Amazonas junto às Instituições Governamentais e da Sociedade Civil	Elaboração da cartilha para divulgação dos instrumentos legais associados e da Lei de Terras do Estado	ITEAM	Tesouro	SPU, SPF, MDA, INCRA, SDS, IDAM, IPAAM
MACROAÇÃO 2: ATUALIZAR A BASE CARTOGRÁFICA FUNDIÁRIA, REVITALIZAR O ACERVO FUNDIÁRIO DO AMAZONAS E FORTALECER O ITEAM (INFRAESTRUTURA)					
2.1	Criar um Banco de Dados das informações fundiárias digitalizadas dos municípios focos do PPCD-AM, integrando as informações dos três entes federativos	Atualizar as informações da Base Cartográfica Fundiária do Estado do Amazonas de acordo com as informações do IBGE-2010	ITEAM	Termo de Cooperação Técnica IBGE/ITEAM	IBGE
		Digitalizar as informações fundiárias dos municípios	ITEAM	Tesouro	INCRA, SPF, MDA, SPU, SDS, ICMbio
		Recuperar e reconstituir documentos fundiários dos municípios	ITEAM	Convênio ITEAM/INCRA/MDA-2008 e PROFLOAM	INCRA, MDA, SDS
2.2	Arrecadar e matricular as glebas de domínio do Estado do Amazonas	Integrar os Programas Institucionais de Regularização Fundiária (Estado, União e Municípios)	ITEAM	Termo de Cooperação Técnica	INCRA, SPF, MDA, SPU, SDS, ICMbio
		Identificar as terras devolutas para arrecadação e matrícula	ITEAM	Tesouro	Cartórios das Comarcas dos Municípios
		Realizar o geoprocessamento / topografia das glebas arrecadadas e matriculadas de domínio do Estado do Amazonas	ITEAM	Convênio SPF/INCRA/MDA-2011	SPF, INCRA, MDA
2.3	Reformar o prédio do ITEAM, com salas específicas para o Acervo Fundiário e Base Cartográfica Fundiária	Adquirir equipamentos, mobiliários e licenças de programas	ITEAM	PROFLORAM	SDS

EIXO ESTRATÉGICO I – ORDENAMENTO TERRITORIAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
MACROAÇÃO 3: DESTINAR DAS TERRAS PÚBLICAS DE DOMÍNIO DO ESTADO PARA FINS DE USO					
3.1	Promover a regularização fundiária no Estado do Amazonas	Promover a regularização fundiária de famílias agricultoras	ITEAM	Convênio PCE/MMA-2008 e 2013; Projeto BNDES/Fundo Amazônia-2012; PROFLORAM; Convênio SPF/INCRA/MDA-2011 e Tesouro	MMA, INCRA, MDA, SPF, SDS
		Promover a regularização fundiária de famílias extrativistas em UCs	ITEAM	Destaque de Crédito Orçamen- tário SDS-2012/13 e Tesouro	SDS
		Integrar as bases de dados de regularização ambiental (CAR) e de regularização fundiária do Estado do Amazonas	ITEAM	PROFLORAM e Tesouro	IPAAM, IDAM, SEPROR, SPF, SDS
MACROAÇÃO 4: EXECUTAR O ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO (ZEE), NA ESCALA REGIONAL E LOCAL					
4.1	Atualizar o Macro- zoneamento Ecológico- Econômico do Estado do Amazonas	Elaborar mapa de vulnera- bilidade a erosão do solo	SDS	Tesouro/GIZ	CEZEE, MMA
		Elaborar cenários tendenci- ais e prospectivos	SDS	Tesouro/GIZ	CEZEE, MMA
4.2	Elaborar o ZEE na Escala 1:250.000 da Sub-Região do Madeira	Realizar o Diagnóstico (meio físico-biótico, so- cioeconômico e jurídico-in- stitucional) de acordo com a metodologia estabelecida	SDS	Tesouro	CEZEE, MMA, GIZ
		Delimitar as Zonas e definir as diretrizes de uso e ocupação do solo	SDS	Tesouro	CEZEE, MMA, GIZ
		Definir estratégia de imple- mentação das diretrizes de uso e ocupação do solo	SDS	Tesouro	CEZEE, MMA, GIZ

EIXO ESTRATÉGICO I – ORDENAMENTO TERRITORIAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
4.3	Estruturar metodologia e capacitar o técnicos locais para elaboração dos Ordenamentos Territoriais Locais	Elaborar roteiro metodológico de Ordenamento Territorial Local (OTL)	SDS	PROFLORAM	
		Capacitar os atores locais dos municípios foco do projeto em elaboração dos Ordenamentos Territoriais Locais (OTLs)	SDS	PROFLORAM	
MACROAÇÃO 5: FORTALECER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ESTADUAIS E MUNICIPAIS)					
5.1	Estruturar a implementação das UCs estaduais	Elaborar Planos de Gestão	SDS	ARPA, DNIT, Petrobras e Fundação Moore	IPI, ICMBio, INPA, UFAM, FVA, IDSM, IDESAM, FDB, Unisol
		Criar conselhos gestores	SDS	ARPA, Petrobras, DNIT e Tesouro	Instituições municipais, estaduais, federais e da sociedade civil com interesses sobre as Ucs
		Apoiar a realização de reuniões dos conselhos gestores	SDS	ARPA, Petrobras, DNIT e Tesouro	
5.2	Apoiar a implementação UCs Municipais	Fornecer apoio técnico para criação e implementação de UCs municipais	SDS	Tesouro	IIEB
MACROAÇÃO 6: REALIZAR A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS					
6.1	Fortalecer as Organizações indígenas	Elaborar plano de gestão ambiental das Terras Indígenas Tenharim do Marmelo e Camicuã	SEIND	Fundo Amazônia	IBAMA, FUNAI, SDS, IPAAM
		Fortalecer a capacitação dos servidores da SEIND	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	CETAM, SEAD, SEPLAN, IBAMA, SIPAM

FONTE: SDS/CECLIMA, 2012

EIXO ESTRATÉGICO II: CONTROLE AMBIENTAL

DETALHE DAS ATIVIDADES DO EIXO II – CONTROLE AMBIENTAL

EIXO ESTRATÉGICO II – CONTROLE AMBIENTAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
MACROAÇÃO 1: FORTALECER AS INSTITUIÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL					
1.1	Desenvolver e implantar o Sistema Único de Informação Ambiental do Amazonas	Avaliar o processo da customização do sistema existente	IPAAM	IPAAM	IBAMA, SDS
		Analisar os sistemas de dados e bases ambientais e fundiários das diversas instituições governamentais do Amazonas relacionadas à área ambiental para subsidiar a proposição do Sistema Único de Informação Ambiental do Amazonas	SDS	Fundo Amazônia, Tesouro	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS
		Estruturar os sistemas de dados e bases ambientais e fundiários das diversas instituições do Amazonas em um sistema único e transparente, conectado aos Sistemas Federais via web service, com funcionamento online e offline e interligação com ligações financeiras de crédito e fomento	SDS	Fundo Amazônia	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS
		Adquirir e customizar equipamentos de coleta de dados de campo (PDA), com funcionamento online e offline e realizar a capacitação dos servidores públicos para sua utilização	SDS	Fundo Amazônia	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS
		Adquirir e customizar equipamentos com capacidade de processamento para a utilização do Sistema Único de Informação Ambiental pelas instituições governamentais	SDS	Fundo Amazônia	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS
		Realizar o mapeamento e classificação do uso do solo, utilizando imagens Rapid Eye, do ano 2011/2012, na escala 1:50.000	SDS	Fundo Amazônia	MMA
		Desenvolver módulo e materiais de treinamento e capacitar os servidores estaduais para a utilização do Sistema Único de Informação Ambiental	SDS	Fundo Amazônia / Tesouro	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS
		Alocar o Sistema Único de Informação Ambiental em servidor centralizado	SDS	Fundo Amazônia / Tesouro	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS
		Desenvolver plataforma web de acesso público ao Sistema Único de Informação Ambiental do Amazonas	SDS	Fundo Amazônia	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS

EIXO ESTRATÉGICO II – CONTROLE AMBIENTAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
1.2	Fortalecer o IPAAM para melhor capacidade de fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades florestais e rurais	Capacitar os analistas ambientais nas atividades de licenciamento ambiental e fiscalização (manejo florestal, técnicas de inteligência ambiental, abordagem e fiscalização, geoprocessamento, piscicultura, agropecuária/ABC, fauna e recursos minerais)	IPAAM	Tesouro e Convênio Petrobrás	IBAMA, ICMBio, INPA, UEA, UFAM, ABIN, Embrapa, SIPAM, DNPM
1.3	Fortalecer a capacidade operacional da SDS, ADS, IDAM, IPAAM e ITEAM	Adquirir veículos para transporte fluvial e rodoviário e distribuí-los entre as sedes e escritórios regionais ou municipais	SDS, ADS, IDAM, IPAAM, ITEAM	Fundo Amazônia	
		Adquirir equipamentos de informática, impressão, comunicação, registro de imagens e posicionamento global e distribuí-los entre as sedes e escritórios regionais ou municipais	SDS, ADS, IDAM, IPAAM, ITEAM	Fundo Amazônia	
1.4	Fortalecer a capacidade institucional da SEIND	Criar site institucional da SEIND	SEIND	Fundo Amazônia	SIPAM, UEA, FUNAI
		Levantar subsídios para proposta do Sistema de Informação de Terras e Comunidades Indígenas	SEIND	Tesouro	SDS e Comitê Gestor de Ação Integrada
		Criação do Sistema de Informação de Terras e Comunidades Indígenas, visando sua futura inclusão ao Sistema Único de Informação Ambiental	SEIND	Fundo Amazônia	SDS e Comitê Gestor de Ação Integrada
1.5	Fortalecer os recursos humanos e a infraestrutura operacional nos órgãos ambientais municipais	Realizar oficinas de fortalecimento institucional em 20 municípios e um workshop para apresentação dos resultados.	SDS	Tesouro	IPAAM, IDAM, ITEAM, ADS, SEPROR

EIXO ESTRATÉGICO II – CONTROLE AMBIENTAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
1.6	Estruturação de Planos Municipais de Prevenção e Controle do Desmatamento	Estabelecer “Pacto Local para o Desenvolvimento Rural Sustentável”	SDS	Tesouro / Fundo Amazônia	SEPROR, IPAAM, IDAM, ADS, ITEAM, INCRA, Prefeituras Municipais, Sindicatos Rurais, Organizações da Sociedade Civil ativas no município
		Elaborar o diagnóstico municipal de desmatamento	SDS, Secretarias Municipais de Meio Ambiente	Tesouro	IPAAM, IDAM
		Desenvolver estratégia de planejamento e estruturação de Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento em um município, que possa ser replicado na região	SDS, Secretarias Municipais de Meio Ambiente	Tesouro	SEPROR, IPAAM, IDAM, ADS, ITEAM, INCRA, Prefeituras Municipais, Sindicatos Rurais, Organizações da Sociedade Civil ativas no município
MACROAÇÃO 2: REALIZAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS (CAR)					
2.1	Realizar a adesão de 50.000 imóveis rurais ao CAR	Promover a mobilização junto às associações, cooperativas, sindicatos e afins que atuam nas áreas foco do projeto	SDS, IPAAM, IDAM	Fundo Amazônia / Tesouro	INCRA, Organizações da Sociedade Civil, Associações, Cooperativas, Sindicatos, Igreja
		Padronizar a coleta dados georreferenciados para alimentação do sistema do CAR	SDS, IPAAM	Tesouro	IDAM, ITEAM
		Realizar o cadastramento através de busca ativa, incluindo a aquisição de informações geográficas dos imóveis	SDS, IPAAM, IDAM	Fundo Amazônia / Tesouro	INCRA, MDA, ITEAM
		Assinar os termos de compromisso e adesão com os produtores no momento do cadastro	SDS, IPAAM, IDAM	Tesouro / Fundo Amazônia	INCRA, MDA
		Analisar os dados de campo e integra-los ao Sistema Único de Informações Ambientais	IPAAM	Tesouro / Fundo Amazônia	SDS, IDAM, ITEAM
		Entregar, quando possível, as certidões de regularidade ambiental	IPAAM	Tesouro	IDAM, ITEAM, MDA, INCRA

EIXO ESTRATÉGICO II – CONTROLE AMBIENTAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
MACROAÇÃO 3: REALIZAR O CONTROLE AMBIENTAL DA COBERTURA FLORESTAL (MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO)					
3.1	Promover a Desconcentração do IPAAM	Implantar escritórios do IPAAM (Humaitá, Tefé e Boca do Acre)	IPAAM	Tesouro / PRO-FLORAM	Prefeituras Municipais
3.2	Descentralizar as competências de gestão ambiental para os municípios	Transferir competências para licenciamento, monitoramento e fiscalização de atividades de impacto local	IPAAM, SDS	Tesouro	Secretarias Municipais de Meio Ambiente
3.3	Controlar o avanço da fronteira do desmatamento e queimadas nas áreas próximas às divisas estaduais	Elaborar acordo de cooperação entre o IPAAM, MMA, IBAMA, INCRA, ICMbio e OEMAS do AC, RO, MT e PA para o Controle do desmatamento e queimadas em áreas próximas às divisas estaduais	SDS, IPAAM	Tesouro	MMA, IBAMA, INCRA, ICMbio e OEMAS do AC, RO, MT e PA
		Realizar ações de inteligência nas áreas de divisa	IPAAM	Tesouro	MMA, IBAMA, INCRA, ICMbio e OEMAS do AC, RO, MT e PA
		Implementar as ações estabelecidas no acordo	IPAAM	Tesouro / Convênios	MMA, IBAMA, INCRA, ICMbio e OEMAS do AC, RO, MT e PA
3.4	Desenvolver mecanismos que promovam maior agilidade no licenciamento de planos de manejo florestal	Realizar reuniões técnicas para estabelecer mecanismos pertinentes	IPAAM	Tesouro	SDS, SEPROR, IDAM

EIXO ESTRATÉGICO II – CONTROLE AMBIENTAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
3.5	Fortalecer o controle ambiental nas Unidades de Conservação Estaduais	Elaborar o Plano de Proteção e Monitoramento Ambiental nas Ucs da BR-319	SDS, IPAAM	Tesouro / DNIT	
		Desenvolvimento de operações conjuntas para fiscalização ambiental nas UCs Estaduais e Federais	SDS, IPAAM, ICMBio	Petrobrás, TCCA 001/09	
		Formar 7 brigadas de combate a incêndios florestais nas UCs Estaduais	SDS, CBMAM	Tesouro / DNIT	
		Realizar a formação continuada de agentes ambientais voluntários	SDS	Tesouro / DNIT	IPAAM
		Desenvolver e lançar campanha visando o reconhecimento, pelos agentes públicos e população em geral, do agente ambiental voluntário como cidadão comprometido e capacitado com a implementação das Ucs	SDS	Tesouro / DNIT	Prefeituras Municipais, Organizações da Sociedade Civil, Sindicatos, Associações, Delegacias, Ministério Público
		Realizar ações de monitoramento e repressão a ilícitos, por meio fluvial e terrestre, nas Unidades de Conservação Estaduais da Região Metropolitana de Manaus	IPAAM	Arpa	SDS, ICMBio, Polícia Militar
		Iniciar operação de posto de fiscalização terrestre no km 77 da AM 070	SDS, IPAAM	Tesouro	
3.6	Fortalecer o controle ambiental nos Projetos de Assentamento	Monitorar e fiscalizar os projetos de assentamentos	IPAAM e IBAMA	IPAAM	MDA, INCRA
3.7	Prevenir e combater a emergência de incêndio florestal no sul do Estado	Treinar, capacitar e fornecer equipamentos para a formação de brigadistas de emergência em incêndios florestais	Defesa Civil	Fundo Amazônia	CBMAM, Prefeituras Municipais
		Instalar escritórios locais das brigadas em oito municípios	Defesa Civil	Fundo Amazônia	CBMAM, Prefeituras Municipais
		Adquirir equipamentos e veículos terrestres, aquáticos e aéreos	Defesa Civil	Fundo Amazônia	

EIXO ESTRATÉGICO II – CONTROLE AMBIENTAL					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	FONTE	ARTICULAÇÃO
3.8	Fortalecer as atividades operacionais e administrativas do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas na Região Metropolitana de Manaus	Estruturar cinco bases operativas terrestres	CBMAM	Fundo Amazônia	Prefeituras Municipais
		Reestruturar o Batalhão de Incêndio Florestal e Meio Ambiente de Manaus e as Companhias Independentes Bombeiro Militar de Itacoatiara e Manacapuru	CBMAM	Tesouro, Fundo Amazônia	
		Capacitar o efetivo sobre prevenção e combate aos incêndios florestais	CBMAM	Fundo Amazônia	UEA, UFAM, SIPAM
		Capacitar e estruturar brigadas de incêndio florestal nos municípios da Região Metropolitana de Manaus	CBMAM	Fundo Amazônia	SDS, IBAMA, ICMBio, Prefeituras Municipais
3.9	Firmar cooperação entre INPE, IPAAM e SIPAM	Acessar dados que permitam identificar polígonos de desmatamento inferiores à 6,25ha (PRODES), principalmente para a Região Metropolitana de Manaus	IPAAM	Tesouro	INPE, SIPAM
3.10	Criar mecanismos de articulação interinstitucional para ações de controle ambiental (Exército, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Civil, Polícia Militar: Batalhão Ambiental e GRAER, DEMA e VEMAQA)	Planejar e executar missões, operações e ações de controle ambiental de maneira conjunta	IPAAM	Tesouro	Exército, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Civil, Polícia Militar – Batalhão Ambiental e GRAER, Polícia Civil – DEMA e VEMAQA
3.11	Realizar a divulgação de informações sobre legislação e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais	Produzir e distribuir materiais, cartilhas, faixas e cartazes, sobre técnicas de manejo do fogo	SDS	Tesouro	Secretarias Municipais de Meio Ambiente
		Implementar o Programa Canal Aberto com o Produtor para a divulgação de informações por meio do sistema de IPTV da SEDUC	SDS, SEDUC	Tesouro	Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Embrapa, IDAM, ITEAM, IPAAM, CBMAM, FAEA, IDESAM, ADS
MACROAÇÃO 4: FORTALECER O CONTROLE AMBIENTAL NAS TERRAS INDÍGENAS					
4.1	Fortalecer o controle ambiental nas Terras Indígenas	Realizar um curso de Agentes Ambientais nas Terras Indígenas Tenharim do Marmelo e um curso na Terra Indígena Camicuã	SEIND	Tesouro, Fundo Amazônia	IBAMA, FUNAI, SDS
		Adquirir e instalar equipamentos de comunicação para instalação nas bases de monitoramento e controle ambiental das Terras Indígenas Tenharim do Marmelo e Camicuã	SEIND	Fundo Amazônia	

FONTE: SDS/CECLIMA, 2012

EIXO ESTRATÉGICO III: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

DETALHE DAS ATIVIDADES DO EIXO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS					
EIXO	ATIVIDADES	SUB ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	RECURSOS FINANCEIROS	ARTICULAÇÃO
MACROAÇÃO 1: AMPLIAR A GOVERNANÇA SOBRE AS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS					
1.1	Regulamentar a Gestão Florestal no Amazonas	Elaborar minuta de instrumento jurídico para isenção de ICMS de produtos madeiros originários de PMFS de pequena escala	SDS	Tesouro	SEPLAN, SEFAZ, ALEAM, IDESAM
		Elaborar de Minuta de Lei de Gestão Florestal e Extrativista do Amazonas	SDS	GIZ	IPAAM, IDAM, ADS, IDESAM, CNS
1.2	Fortalecer as estrutura de governança da sociobiodiversidade	Realizar 2 edições da Conferência dos Povos e Comunidades Tradicionais	SDS	Tesouro	IDAM, IPAAM, SETRAB, ADS, SEPROR, GTA, CNS, IDESAM e FETTAGRI
		Elaborar Plano Estadual dos Produtos da Sociobiodiversidade	SDS	Tesouro	SEPROR, IDAM, ADS, CNS, CDSCPT
		Elaborar políticas públicas com interface a outras agências e organizações do sistema SDS para mulheres	SDS	Tesouro	IDAM, IPAAM, SETRAB, ADS, SEPROR, GTA, CNS, IDESAM, FETTAGRI

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS					
1.3	Divulgar e Informar povos e comunidades tradicionais do Interior do Estado sobre Políticas Públicas para floresta	Implementar o Programa Fique Legal - fase II	SDS	Tesouro	IDAM, IPAAM, SETRAB, ADS, ITEAM e Prefeituras Municipais
		Produzir Série Técnica sobre produtos florestais (madeireiro e não-madeireiro)	SDS	PROFLORAM	SEPROR, IDAM, IPAAM
MACROAÇÃO 2: FORTALECER A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)					
2.1	Fortalecer a ATER	Contratar recursos humanos de ATER	SEPROR	Tesouro, Fundo Amazônia, FAPEAM	IDAM
		Capacitar extensionistas em metodologias de ATER, pecuária sustentável, atividades madeireira e não madeireira	IDAM	MDA (Pacto Federativo), MMA, Tesouro	EMBRAPA, SEPROR
		Ampliar e aprimorar a capacitação das equipes técnicas para prestação dos serviços de assistência técnica voltada à Pecuária Sustentável	IDAM	Tesouro	EMBRAPA, SEPROR
		Estruturar o laboratório de geoprocessamento para a caracterização georreferenciada	IDAM	MMA	MMA
		Mapear potencial de produtos não madeireiros - castanha, copaiba, seringa	IDAM	Tesouro	IDESAM
2.2	Implantação de unidades demonstrativas, de observação e propriedades modelo em atividades agroflorestais sustentáveis	Implantar unidades demonstrativas e de observações em atividades agroflorestais sustentáveis, utilizando áreas degradadas	IDAM	Fundo Amazônia	EMBRAPA, INPA, UFAM, IFAM, CEPLAC
		Implantar propriedades modelo de uso do solo e produção sustentáveis	IDAM	Fundo Amazônia	EMBRAPA, SDS
		Implantar unidades demonstrativas e de observações em pecuária sustentável em áreas degradadas	IDAM	Tesouro	EMBRAPA

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

MACROAÇÃO 3: IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

3.1	Realizar capacitações e demonstrações em métodos de produção sustentáveis	Realizar demonstração de métodos e de atividades melíponas	IDAM	Tesouro, Fundo Amazônia	EMBRAPA
		Realizar Cursos, Palestras e Dias de Campo para agricultores familiares nas boas práticas das atividades agroflorestais sustentáveis e beneficiamentos de produtos agrícolas	IDAM	Tesouro e Fundo Amazônia	MAPA, SEPROR, CEPLAC
		Realizar oficinas de coleta de sementes	IDAM	Tesouro	Outras entidades de ATER
		Realizar Cursos, Palestras e Dias de Campo para agricultores familiares/produtores rurais em atividades pecuária e nas boas práticas da produção dos derivados do leite	IDAM	Tesouro, Fundo Amazônia	EMBRAPA, UFAM
		Realizar palestras de sensibilização sobre o Programa ABC para produtores rurais nos municípios que predominam a pecuária	IDAM, MAPA	Tesouro	EMBRAPA, BB, BASA, SDS
		Realizar curso em técnicas de manejo florestal	IDAM	Tesouro	MMA, SDS, WWF
		Realizar cursos em boas práticas de produtos não madeireiros (castanha, óleos e borracha)	IDAM	Tesouro e Fundo Amazônia	SEPROR
3.2	Prestar os serviços de ATER aos agricultores familiares/produtores rurais no enfoque da pecuária sustentável	Realizar visita técnica e elaboração de projeto de crédito rural-assessoria nas propriedades dos pecuaristas	IDAM	Tesouro, Fundo Amazônia, SUFRAMA	
		Elaborar projetos para o acesso ao Pró-Calcário para pecuarista na recuperação de pastagem degradadas	SEPROR	Tesouro	Agentes Financeiros
		Adequar legalmente as propriedades para acesso ao Pró-calcário	SEPROR	Tesouro	IDAM

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

3.3	Fortalecer a estruturação da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia	Fortalecer os serviços de ATER florestal para a cadeia de valor da castanha-do-Brasil através da capacitação de técnicos e produtores	SEPROR	Fundo Amazônia	IDAM
		Instalar unidade de beneficiamento de castanha em Tefé	SEPROR	Fundo Amazônia	IDAM
		Construir paióis para secagem e galpão para armazenamento de castanha	SEPROR	Fundo Amazônia	IDAM
		Apoiar as organizações e os produtores extrativistas para acessarem os Programas Federais (PAA e PGPM)	ADS	CONAB	IDAM, SEPROR, CNS
		Apoiar o processo de comercialização de castanha para o mercado Nacional.	ADS	Tesouro	IDAM, SEPROR
		Apoiar através de convênio a certificação orgânica para castanha-da-amazônia	ADS e SEBRAE	SEBRAE	IDAM
		Apoiar através de elaboração de projeto a melhoria da Infraestrutura das usinas de beneficiamento de castanha.	ADS	Ministério da Integração Nacional, BNDES (Fundo Social), BB	IDAM
3.4	Fomentar o manejo florestal	Elaborar Planos de Manejo florestal de pequena escala para pequenos produtores	IDAM	Tesouro	MMA, INCRA, ITEAM, SDS, IPAAM,
3.5	Estruturar e implantar redes de sementes florestais	Implantar redes de sementes e florestais entre agricultores familiares e entidades	IDAM	Fundo Amazônia	UFAM, SDS, CEPLAC
		Realizar palestra de sensibilização sobre os benefícios da implantação da rede de sementes	IDAM	Fundo Amazônia	UFAM, SDS, CEPLAC

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

3.6	Fornecer insumos para o plantio	Distribuir sementes de grãos, fibras e hortaliças e mudas diversas	SEPROR	Tesouro	IDAM
3.7	Desenvolver Unidades de Processamento de Frutas e Casas de Farinha	Implantar agroindústria de doces de Careiro da Varzea	SEPROR	SUFRAMA e MDA	SUFRAMA e MDA
		Adquirir equipamentos para agroindústria de frutas de Cooperativa dos Produtores Rurais da Comunidade Sagrado Coração de Jesus Paraná da. Eva - ASCOPE - Itacoatiara	SEPROR	SUFRAMA e MDA	SUFRAMA
		Implantar Agroindústria de doces do PA Aquidabã em Manacapuru	SEPROR	SUFRAMA	SUFRAMA
		Adquirir equipamentos para unidade de processamento de polpa de frutas de Presidente Figueiredo	SEPROR	SUFRAMA	SUFRAMA
		Adquirir equipamentos para a implantação de casas de farinha em todos os municípios	SEPROR	MAPA	IDAM

MACROAÇÃO 4: FOMENTAR O ACESSO DOS PRODUTOS FLORESTAIS AOS MERCADOS

4.1	Ampliar o alcance dos programas de compras públicas institucionais	Promover o estabelecimento de grupos formais e realizar o levantamento da demanda e oferta para compras públicas institucionais	ADS	Fundo Amazônia	SDS, IDAM
		Incluir produtores e grupos formais nos programas PAA, PNAE e PGPMBio e PREME	ADS	Fundo Amazônia	SDS, IDAM

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

4.2	Fomentar a comercialização de madeira legalizada	Fortalecer a divulgação de informação aos consumidores finais, através de rodadas de negócio e auxílio de acesso de maneira produzida em planos de manejo aos mercados consumidores (públicos e privados)	ADS	Tesouro	SDS,FAS, IDAM, IDESAM, WWF
		Expandir o Credenciamento no PROMOVE para os Municípios focos do PPCDAM	ADS	Tesouro	SEBRAE, FUCAPI, CETAM, AFEAM, SDS
		Apoiar os Credenciados do PROMOVE na produção de novos tipos de mobiliário e aumento da qualidade da produção e conquista de mercados	ADS	Tesouro	SEDUC, CETAM, SENAI, FUCAP e SDS, SEBRAE, AFEAM
4.3	Fortalecer as Empresas Moveleiras credenciadas no PROMOVE	Apoiar a aquisição de máquinas e equipamentos através de financiamentos e convênios.	ADS	Tesouro	AFEAM
		Capacitar mão-de-obra para melhoria da qualidade dos produtos.	ADS	Tesouro, SEBRAE	CETAM, SEBRAE, SENAI, SDS, SENAR
4.4	Garantir o escoamento da produção	Aquisição e repasse de pequenas embarcações para escoamento da produção	ADS, SEPROR	MAPA, Fundo Amazônia	IDAM, SDS
		Aquisição e repasse de veículos rodoviários para escoamento da produção	ADS, SEPROR	MAPA, Fundo Amazônia	IDAM, SDS

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

MACROAÇÃO 5: REVITALIZAR E DESENVOLVER A CADEIAS PRODUTIVA DA BORRACHA

5.1	Implementar a estrutura necessária para a produção da borracha	Distribuir kits de sangria	SEPROR	Tesouro, Fundo Amazônia	CNS, IDAM, Associações
		Adensar os seringais nativos com plantio de mudas resistentes ao mal da folha	SEPROR	Tesouro	Embrapa
		Construir 1000 casas para seringueiros	SEPROR	Ministério das Cidades	BB, Ministério das Cidades
		Viabilizar a abertura de estradas de seringueiras	SEPROR	Fundo Amazônia	IDAM, CNS
		Viabilizar a construção de galpões de armazenamento da produção - 2 galpões flutuantes	SEPROR	Fundo Amazônia	IDAM, CNS
		Capacitar os extrativistas em boas práticas na coleta do látex; manejo dos seringais e noções de associativismo e cooperativismo	SEPROR	Fundo Amazônia	CNS, Embrapa
5.2	Apoiar a estruturação da cadeia produtiva da borracha	Apoiar a divulgação dos programas de acesso a subvenção econômica da borracha.	ADS	CONAB, Tesouro	IDAM, SEPROR, CNS
		Acompanhar a organização das associações e dos seringueiros para acessarem Programas Federais (PGPM)	ADS	CONAB, Tesouro	IDAM, SEPROR, CNS

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS					
MACROAÇÃO 6: APOIAR O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUICULTURA COMO UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL					
6.1	Apoiar o desenvolvimento da aquicultura em áreas degradadas	Implantar o Programa Amazonas Rural Aquicultura	SEPROR	Tesouro, Iniciativa privada e bancos	IDAM, IPAAM, AFEAM, BASA, ITEAM, IFAM, INPA, UFAM, Embrapa
		Implantar Unidades de Produção de Alevinos - UPA	SEPROR	Tesouro, Iniciativa Privada	IDAM, IPAAM, UFAM, INPA, Embrapa, Prefeituras Municipais
		Implantar o Centro Tecnológico de Treinamento e Produção de Alevinos de Humaitá	SEPROR	Tesouro	Prefeitura de Humaitá, UFAM
		Realizar visitas técnicas e assessorias nas propriedades dos piscicultores	IDAM, SEPROR	Tesouro, MDA	
		Implantar unidades demonstrativas em viveiro escavado e canal de igarapé, em área degradadas	IDAM	Tesouro, MDA	MDA
		Realizar demonstrações de métodos em sistemas de cultivos de peixes	IDAM	Tesouro, MDA	
		Realizar dias de campo sobre os sistemas de cultivo de peixe	IDAM	Tesouro, MDA	SEPROR
6.2	Fortalecer o arranjo produtivo do Pescado	Prestar serviços de ATER aos pescadores artesanais, destacamente quanto a legislação ambiental e pesqueira	IDAM	Tesouro, MDA	SEPROR
		Realizar curso para pescadores artesanais em legislação ambiental e pesqueira e beneficiamento do pescado	IDAM, SEPROR	Tesouro, MDA, Fundo Amazônia	IPAAM
		Promover o adensamento da pesca manejada	SEPROR	Fundo Amazônia	INPA, IFAM
		Implantar unidades de produção de alevinos de Pirarucu - <i>Arapaima gigas</i>	SEPROR	Tesouro e Agentes Financeiros	Prefeitura de Tefé, IDSM

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

6.3	Apoiar a comercialização da produção aquícola no Amazonas	Cadastrar novos piscicultores	ADS	Tesouro	IDAM
		Realizar estudo de mercado para comercialização no atacado - levantar dados nos locais de comercialização de pescado oriundo da piscicultura a fim de subsidiar os estudos de mercados para definições da melhor época e locais para venda no atacado.	ADS	Tesouro	SEBRAE
		Implantar um sistema de balcão de agronegócios para venda no atacado de pescado da piscicultura	ADS	Tesouro	SEPA
		Apoiar a comercialização direta em ações pontuais (venda direta para o consumidor) - Abrir, para novos piscicultores familiares, locais para venda direta.	ADS	MPA, Tesouro	SEBRAE, Exército, Polícia Militar, SEDUC
		Equipar os piscicultores com estrutura para acondicionamento, exposição e comercialização de pescado nos locais da venda direta.	ADS	AFEAM, MDA e MPA	MDA, MPA, SEBRAE
		Articular a compra do pescado da piscicultura do Amazonas junto à empresas do PIM	ADS	Tesouro	SUFRAMA, FIEAM

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

MACROAÇÃO 7: FORTALECER A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA OS POVOS INDÍGENAS

7.1	Fomentar as atividades de agricultura familiar sustentável com diversificação agroecológica e segurança alimentar	Construir três casas de torrefação de guaraná orgânico nas comunidades indígenas do município de Maués	SEIND	Tesouro, Fundo Amazônia	IDAM, FUNAI
		Construir casas de farinha padrão amazônico e adquirir equipamentos relacionados	SEIND	Fundo Amazônia	SEPROR, IDAM, FUNAI
		Implantar unidades de produção de hortaliças (plasticultura)	SEIND	Fundo Amazônia, Recursos de Compensação	IDAM, FUNAI, SENAR
		Implantar 2 unidades de produção de mudas de frutíferas (viveiros de mudas)	SEIND	Fundo Amazônia	IDAM, FUNAI, SENAR
		Implementar viveiros comunitários para a produção de mudas de espécies frutíferas e florestais	SEPROR	Fundo Amazônia	SEIND, FUNAI
		Implantar unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais	SEPROR	Fundo Amazônia	SEIND, FUNAI
		Implantar unidades demonstrativas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	SEPROR	Fundo Amazônia	SEIND, FUNAI
		Realizar 10 cursos de associativismo, cooperativismo e empreendedorismo capacitando 250 indígenas	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	CETAM, SENAR
7.2	Apoiar atividades de fomento ao manejo florestal sustentável madeireiro e não madeireiro	Construir 9 galpões para secagem e armazenamento da castanha nos municípios	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	IDAM, FUNAI
		Elaborar e implantar um plano de manejo florestal comunitário na Terra Indígena Tenharim do Marmelo	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	FUNAI, IBAMA, IPAAM

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

7.3	Fomentar a atividades de pesca manejada e aquí-cultura nas regiões	Adquirir barco de pesca	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	MPA, FUNAI, IBAMA, Pre-feituras
		Adquirir e implementar 33 unidades de tanque rede para criação de peixes nas comuni-dades indígenas	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	IDAM, FUNAI
		Adquirir materiais para produção de artesanato nas comunidades.	SEIND	Fundo Amazônia, Tesouro	
		Fomentar a produção de peixes em tanques-rede e em canal de Igarapé	SEPROR	Fundo Amazô-nia	IFAM, SEPA
7.4	Promover capacitação visando o fomento das atividades produtivas	Realizar cursos de gestão da qualidade da produção de castanha-da-amazônia para produtores indígenas	SEIND	Fundo Amazô-nia	IDAM, FUNAI
		Realizar cursos em Boas práticas de extração de óleo de copaíba.	SEIND	Fundo Amazônia	SDS, IDAM, FUNAI
		Realizar cursos de melhoria da qualidade do artesanato indígena e identidade cultural, marketing e manejo de extração da matéria prima	SEIND	Fundo Amazônia	FUNAI, CETAM, SENAR
		Desenvolver um programa de capacitação em manejo agroecológico do solo, siste-mas agroflorestais, Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, produção de farinha, e cooperativismo e associativismo	SEPROR	Fundo Amazô-nia	SEIND, FUNAI
		Capacitar técnicos indígenas	SEPROR	Fundo Amazô-nia	SEIND, FUNAI
7.5	Melhorar as condições para escoamento da produção agrícola e extrativista	Adquirir barcos e veícu-los para escoamento da produção indígena	SEPROR	Fundo Amazô-nia	SEIND, FUNAI
		Implementar cinco feiras de produtos da agricultura, extra-tivismo e artesanato indígenas	SEPROR	Fundo Amazô-nia	SEIND, FUNAI

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

MACROAÇÃO 8: ESTRUTURAR E IMPLEMENTAR MECANISMOS OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E FINANCEIROS EFICAZES E EFETIVOS DE VALORAÇÃO E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO AMAZONAS

8.1	Desenvolver Proposta de Lei Estadual sobre Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais do Amazonas	Elaborar Proposta de Lei Estadual que estabeleça programas, subprogramas e mecanismos operacionais de valorização e conservação dos serviços ambientais do território do Amazonas	SDS	Tesouro, Fundação Moore	FAMC
		Encaminhar a Proposta de Lei Estadual para a ALEAM	Casa Civil	-	
8.2	Desenvolver e Implantar Subprograma de REDD+ para o Amazonas	Desenvolver proposta de regulamentação do Subprograma de REDD+ do Amazonas	SDS	Tesouro, GIZ	IDESAM, VCS, FAMC
		Desenvolver Linha de Base de Desmatamento para o Estado do Amazonas	SDS	KfW	IDESAM, FAS, FAMC
		Definir estratégia de alocação de unidades de emissões de carbono evitadas, em relação às unidades territoriais do Amazonas	SDS	KfW	IDESAM, FAS, FAMC
		Identificar áreas prioritárias para desenvolvimento de projetos/programas de REDD+ no Amazonas	SDS	Tesouro	FAMC
		Desenvolver salvaguardas socioambientais de REDD+ e indicadores relacionados à sua implementação e incorporá-los à regulamentação estadual de REDD+	SDS	Tesouro, CCB, Fundação Moore	FVA, FAS, FAMC, Associações, Sindicatos, outras organizações da sociedade civil

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

8.3	Desenvolver Programa de Conservação e Uso do Solo	Regulamentar a Lei do CAR (3165/2011) visando a emissão de cotas de reserva ambiental (CRA) para uso no Estado do Amazonas	SDS, IPAAM	Tesouro	BVRio, FAMC
		Desenvolver proposta de regulamentação para a implantação de programa estadual de Conservação e Uso do Solo e Subprograma de incentivo à regularização ambiental por meio do CAR	SDS, IPAAM	Tesouro	FAMC
		Realizar a emissão e monitoramento das Cotas de Reserva Ambiental para uso no Estado do Amazonas	IPAAM	Tesouro, Fundo Amazônia	SDS, BVRio
		Desenvolver banco de iniciativas de serviços ambientais das UCs Estaduais	SDS	Tesouro, Fundação Moore	FAS, IDESAM, FVA, IPE, IDSM, IIEB, IPI, CNS, GTA, Associações de moradores das Ucs, ADS, IDAM

EIXO ESTRATÉGICO III – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

8.4	Criar e implementar Fundo de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais	Elaborar instrumento jurídico que suporte a criação do Fundo de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, transparente e participativo, que operacionalize recursos de compensações e investimentos por serviços ambientais, com objetivo de fortalecer a manutenção de recursos naturais e serviços ecossistêmicos no território do Amazonas	SDS	Tesouro, PRO-FLORAM e GIZ	FAMC
		Desenvolver estudo e proposta de implementação do Fundo	SDS	Tesouro, PRO-FLORAM e GIZ	FAMC
		Implementar o Fundo de Mudanças Climáticas, estabelecendo conselhos, regimento, contas e regulamentação normativa	SDS	Tesouro, PRO-FLORAM e GIZ	SEFAZ, FAMC
		Desenvolver estratégia de valoração e contabilidade dos serviços ambientais das UCs Estaduais	SDS	Fundo Amazônia	IBOPE Ambiental, SEFAZ, FAMC
8.5	Estruturar o Sistema de Registro de Projetos, Programas e Ativos Ambientais do Amazonas	Criar de um sistema de registro para transação e/ou compensação de unidades de serviços ambientais, créditos de serviços ambientais resultantes e de ativos vinculados.	SDS	Tesouro, recursos adicionais a captar	Estados Brasileiros do GCF, FAMC

SIGLAS E ACRÔNIMOS

ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Áreas de Preservação Permanente
AVV – Agentes Ambientais Voluntários
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CBMA – Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CDSCPT/AM – Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas
CECLIMA – Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas
CERBAC – Conselho Estadual de Reserva da Biosfera da Amazônia Central
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação
CEZEE – Comissão Estadual de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico
CIGÁS – Companhia de Gás do Amazonas
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CO² – dióxido de carbono
CODEAMA – Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSbio – Câmara Setorial da Sociobiodiversidade
CTTPAH – Centro de Treinamento, Tecnologia e Produção Aquícola de Humaitá
DATEF – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal/IDAM
DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
e-NFA – Nota Fiscal Avulsa de Emissão Eletrônica
FAMC – Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia
FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente
FEPI – Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FLONA – Floresta Nacional
FLOREST – Floresta Estadual
FOPES – Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas
FVA – Fundação Vitória Amazônica
GEAM – Gerência de Educação Ambiental/ IPAAM
GEB – Granulado Escuro Brasileiro
GEC – Grupo Consultivo de Coordenação
GECAM – Grupo Estratégico de Combate a Crimes Ambientais

GEFC – Gerência de Controle Florestal (atividades Florestais)
GEFA – Gerência de Fiscalização Ambiental/IPAAM
GGEO – Gerência de Geoprocessamento/IPAAM
GELI – Gerência de Licenciamento Industrial
GiZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência de Cooperação Técnica Alemã)
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS – Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM – Instituto de Conservação de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IFAM – Instituto Fundiário do Amazonas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas
ITERAM – Instituto de Terras e Colonização do Estado do Amazonas
KfW – Banco de Desenvolvimento Alemão
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MZEE – Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas
NAE – Núcleo de Apoio ao Empreendedor
ONG – Organização Não-Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PAE – Projeto Agroextrativista
PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PFNM – Produtos Florestais Não-Madeiros
PGA/AM – Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas
PMFSPE – Plano de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala
PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPCD-AM – Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Amazonas
PPG-7 – Programa de Proteção para as Florestas Tropicais
PREVFOGO – Prevenção de Fogo
PROARCO – Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal
PRODERAM – Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde
PRODES – Programa de cálculo do desflorestamento da Amazônia
PROFLORAM – Projeto de Conservação da Floresta Tropical do Estado do Amazonas

PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD – Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação Florestal
RMM – Região Metropolitana de Manaus
SAFs – Sistemas Agroflorestais
SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia
SDS – Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SEACA – Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais
SEAFE – Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo
SEAGA – Secretaria Adjunta de Gestão Ambiental
SEAPAF – Secretaria Executiva Adjunta de Políticas Agropecuárias e Florestais
SECTI – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEIAM – Sistema Estadual de Informações Ambientais
SEIND – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas
SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMGRH – Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas
SETRAB – Secretaria do Trabalho do Amazonas
SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SPF – Secretaria de Estado de Política Fundiária
SPRN – Subprograma de Política de Recursos Naturais
SPU – Serviço do Patrimônio da União
SSP/AM – Secretaria de Segurança Pública
SUHAB – Superintendência de Habitação Urbanização e Assuntos Fundiários
TJAM/VEMAQA – Tribunal de Justiça do Amazonas/Vara Especial de Meio Ambiente e Assuntos Agrários
UAE – Universidade Estadual do Amazonas

UCs – Unidades de Conservação

UGMUC – Unidade Gestora de Mudanças do Clima e Unidades de Conservação
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico







© 2013 Governo do Amazonas
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

Coordenação Geral,
Nádia Cristina d'Ávila Ferreira

Supervisão Editorial e Organização de Conteúdo
João Henrique Souza Talocchi

Elaboração de Textos
Bárbara Karina Barbosa do Nascimento
João Henrique de Souza Talocchi
Roberto Franklin Perrella Gonçalves
Rodrigo Mauro Freire
Verena Cristina de Almeida

Revisão de Conteúdo
Bárbara Karina Barbosa do Nascimento
Verena Cristina de Almeida

Projeto Gráfico e Diagramação
Reggo Studio-Design

Governo do Amazonas
Plano Estadual de Prevenção e Controle do
Desmatamento no Amazonas
PPCD - Am 2012 – 2015/Manaus, Amazonas.
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – SDS.

112 p.

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – SDS.

SDS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

Av. Mário Ypiranga, 3280
Parque Dez de Novembro
Cep: 69057-002
Manaus-Amazonas

Fone: (92) 3642-4724
Fax: (92) 3659-1821
Email: nadia@sds.am.gov.br





ISBN 978-85-63651-32-7

